

14 JAN 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Judiciário. Dados sobre rendimentos e movimentações atípicas de magistrados que constam em relatório do Coaf fornecido ao conselho não serão investigados se forem mantidas as decisões do Supremo, em caráter liminar, de interromper inspeções em tribunais

Suspensão de atos do CNJ barra apuração dos indícios de venda de sentenças no País

CNJ teme não provar venda de sentenças

Integrantes do Conselho Nacional de Justiça disseram ao Estado temer que a barreira imposta por liminares do Supremo Tribunal Federal à investigação de tribunais do País impeça a comprovação de venda de sentenças e enriquecimento ilícito de magistrados. Para eles, o trabalho será comprometido.

Integrantes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) temem que a barreira imposta dentro do próprio Judiciário — via liminares do Supremo Tribunal Federal — para a continuidade de investigações nos tribunais impeça a comprovação de indícios de venda de sentenças e enriquecimento ilícito de magistrados e servidores, no radar da Corregedoria Nacional de Justiça.

Conforme relatos de membros da Corregedoria ao Estado, o CNJ partiu para a série de inspeções em 22 tribunais, que começou pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, munido de denúncias de que magistrados teriam patrimônio incompatível com seus rendimentos, o que leva à suspeita de que estariam negociando sentenças.

A proibição de acesso aos dados da evolução patrimonial de magistrados e servidores e à folha de pagamento dos tribunais, imposta pelo STF, praticamente torna sem efeito o relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), que mesmo sem revelar a identidade de servidores ou magistrados, mostrou que R\$ 855,7 milhões foram movimentados entre 2000 e 2010 de forma suspeita.

As denúncias que chegaram ao CNJ, as investigações em curso e os alvos nessas inspeções aos tribunais são sigilosos e não são revelados.

O cruzamento entre as declarações de bens de servidores e juízes e a folha de pagamentos dos tribunais poderia indicar discrepâncias. Aqueles que estivessem nessa situação, seriam chamados a esclarecer as diferenças e, eventualmente, a corrigir as declarações apresentadas ao tribunal e à Receita Federal. Se não houvesse explicação plausível, uma investigação certamente seria aberta no âmbito administrativo.

A decisão do ministro Ricardo Lewandowski, em processo das associações de magistrados, interrompeu as inspeções em todos os tribunais. Quando voltar do recesso, o tribunal terá de julgar o caso e decidir diversas questões jurídicas que envolvem este

caso, entre elas se a Corregedoria teria poderes para solicitar dados sigilosos do Coaf ou se poderia, a qualquer momento, analisar informações das declarações de bens e rendas de servidores e magistrados.

A depender do entendimento dos ministros do Supremo, uma série de investigações já em curso no CNJ será comprometida.

Alvos. Atualmente, a Corregedoria investiga 62 magistrados, cujos patrimônios pessoais e de dependentes não condizem com os rendimentos. Em 17 casos, indícios de irregularidades por trás da incompatibilidade entre patrimônio e salário levaram à abertura de sindicâncias. O conselho investiga se esses juízes construíram esse patrimônio se valendo da venda de sentenças.

Na apuração desses casos, a corregedora nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon, recebeu informações sigilosas da Polícia Federal, da Receita, do Banco Central e do Coaf. Para obter esses dados, ela se baseou no regimento interno do conselho. O texto permite que o corregedor requisite “das autoridades fiscais, monetárias e de outras autoridades competentes, exames, perícias ou documentos, sigilosos ou não, imprescindíveis ao esclarecimento de processos ou procedimentos submetidos à sua apreciação”.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

A depender da decisão do STF no mandado de segurança que barrou as inspeções, as investigações de venda de sentença que tenham se baseado em dados considerados sigilosos poderão ser comprometidas.

Na defesa que encaminhou ao Supremo, na tentativa de liberar as inspeções, Calmon negou que as apurações tenham violado os sigilos bancário e fiscal de magistrados e servidores ou que estivesse promovendo uma devassa nos tribunais. "Não foi solicitada qualquer investigação e muito menos devassa sobre magistrados e servidores", afirmou a corregedora nas informações prestadas ao STF. "Não há nada de incomum ou extravagante na fiscalização da Corregedoria."

No documento, Calmon anexou os dados do Coaf que indicam que 3.426 servidores e magistrados movimentaram em dez anos R\$ 855,7 milhões. Em dinheiro vivo, foram R\$ 274,9 milhões movimentados de forma atípica entre 2003 e 2010. Pessoas ligadas ao Judiciário receberam em suas contas R\$ 77,1 milhões em espécie e depositaram na conta de terceiros, também em espécie, R\$ 29,7 milhões.

Concentra-se na Justiça de SP, Rio e Bahia a maior quantidade de operações que entraram no radar do órgão de combate à lavagem de dinheiro. Em 2008, somente três pessoas ligadas ao TJ-SP e ao TJ da Bahia foram responsáveis por movimentações suspeitas no valor de R\$ 116,5 milhões, o equivalente a 73% do apurado naquele ano. O TJ-BA diz desconhecer quem seria o magistrado ou servidor que teve movimentação financeira considerada "atípica" em 2008. /

Conflitos No Poder Judiciário levam à 'lei do silêncio'

● O silêncio cerimonioso que cercou os juízes vitimou, em tempos de conflito entre CNJ e Supremo, as notícias produzidas pelos canais de comunicação do Judiciário. Entre as notícias produzidas nos últimos dias pelas assessorias de imprensa do CNJ e do STF, nenhuma informação sobre a batalha judicial travada em torno das competências do Conselho. Na rádio e na TV, o comportamento é o mesmo: não se fala no assunto até que o Supremo dê a última palavra sobre quem está com a razão.

Na quinta-feira, os canais da Justiça ignoraram solenemente as informações prestadas pela ministra Eliana Calmon, corregedora nacional de Justiça, ao STF no processo que interrompeu as inspeções em 22 tribunais do País. No CNJ, a última e derradeira notícia sobre o caso data do dia 22 de dezembro.

Naquele dia, Eliana Calmon, nos corredores do CNJ, concedeu uma entrevista para negar que tenha quebrado os sigilos bancário e fiscal de ministros do STF ou de magistrados. O site do STF parou de tratar do assunto também no final do ano passado. A última notícia sobre o caso data de 22 de dezembro.

14 JAN 2012

PARA LEMBRAR

Vender decisão, história antiga

A ideia de que, por trás do patrimônio incompatível com os rendimentos existam sentenças sendo negociadas traz à lembrança casos notórios na recente história do Judiciário. A começar pelo ministro Paulo Medina, afastado pelo STJ em 2007 e aposentado em 2010. Ou ainda o juiz federal João Carlos da Rocha Mattos, condenado em agosto passado a seis anos de prisão. A lista já inclusa, em 2003, outro membro do STJ, Vicente Leal, que se aposentou antes da sentença, e - para citar só mais um nome - a presidente do TJ de Tocantins, Willamara Leila, em 2010. Neste caso, um dos detidos, o juiz Liberato Póvoa, chegou a determinar a censura ao Estado, para que não divulgasse o caso. Sua decisão foi derrubada.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

14 JAN 2012



Algozes. Os ministros Ricardo Lewandowski e Marco Aurélio de Mello: ambos querem limitar os poderes de investigação do Conselho Nacional de Justiça

O ESTADO DE S. PAULO

TJ-SP identifica novo pagamento milionário

Magistrado, cujo nome não foi divulgado, recebeu R\$ 400 mil; é o quinto caso considerado 'mais grave' pela corte. Mais um pagamento milionário a magistrado foi identificado no Tribunal de Justiça de São Paulo, maior corte do País. A informação foi divulgada pela presidência do TJ. Não foi revelado o nome do contemplado, que recebeu cerca de R\$ 400 mil. É o quinto caso dessa natureza localizado desde que a corte se viu acuada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

"São cinco casos mais graves", declarou o desembargador Ivan Sartori, presidente do TJ paulista, referindo-se aos expedientes que deram amparo à liberação de dinheiro a título de créditos acumulados.

Em dois outros casos, anunciados há duas semanas, dois desembargadores receberam mais de R\$ 1 milhão cada, entre eles o desembargador Roberto Bellocchi, ex-presidente do TJ. "Tivemos alguns créditos anômalos de antecipação de direitos, inclusive férias, que foram pagos parceladamente."

Esses procedimentos relativos a desembolsos de R\$ 400 mil a 5 beneficiários foram submetidos na quinta-feira ao Conselho Superior da Magistratura, colegiado que reúne o presidente da corte, o vice, o corregedor-geral e os presidentes de seções.

Na cúpula do tribunal prevaleceu a remessa do assunto ao Órgão Especial - formado por 25 desembargadores, 12 mais antigos, 12 eleitos e o presidente do TJ - para decidir sobre que medidas devem ser adotadas diante de casos excepcionais.

Sartori quer saber minuciosamente como foram autorizados os pagamentos. Ele destacou que, embasado no poder geral de cautela e no estatuto dos funcionários, o Órgão Especial poderá impor a compensação imediata dos valores - na prática, o corte imediato de parcelas a que os magistrados ainda têm a receber.

Ele defendeu enfaticamente

os pagamentos ao repudiar tese de que seus pares deveriam entrar na agonia dos precatórios que levam até 20 anos para serem quitados. Disse que na Justiça do Trabalho os direitos são prontamente reconhecidos e clamou. "Porque os juízes não podem receber? Chegou o tempo de se valorizar a magistratura, é tempo de parar com os ataques à magistratura. Se existem maus elementos aqui vamos extirpá-los. Aqui é um tribunal aberto."

Sartori asseverou que "não houve lesão ao erário, nem à sociedade, porque são créditos devidos aos juízes". Destacou que os pagamentos dessa natureza são comuns em outras instituições. "A Justiça Federal já pagou isso, a própria ministra (Eliana Calmon) já disse isso. Uns recebem mais, outros menos."

Fiscalização. Ele anotou que todos os juízes têm prazo de 30 dias para entregarem cópias de suas declarações de Imposto de Renda. Cerca de 300 magistrados não cumpriram a obrigação. Quem resistir poderá ser alvo de "providências mais drásticas", como a retenção de vencimentos. "Houve uma certa omissão na fiscalização, mas é desculpável."

Ele rebateu com veemência a divulgação pelo CNJ sobre movimentações atípicas nos tribunais, inclusive, o que ele dirige. "Tem que ter mais cuidado antes de divulgar", declarou o desembargador, de posse do relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf).

"Não há uma única menção ao TJ, mas ao Tribunal de Justiça Militar de São Paulo e a outros."

O Coaf corrigiu a informação, excluindo o Tribunal Militar do rol de suspeitos. Em nota, Sartori declarou que "fiou-se" nas informações que constam em documentos oficiais. "Que venham os novos dados, serão apurados", reagiu o presidente, ao ser informado que o Coaf divulgou erros em seu relatório.

14 JAN 2012

• Ponto de vista

IVAN SARTORI PRESIDENTE DO TJ PAULISTA

"Não houve lesão ao erário, nem à sociedade, porque são créditos devidos aos juízes"

"Porque os juízes não podem receber? Se existem maus elementos aqui, vamos extirpá-los. Aqui é um tribunal aberto"



Solidário. Sartori não quer juízes na fila dos precatórios

O ESTADO DE S. PAULO

MARIA TEREZA AINA SADEK

A dessacralização

do Judiciário 14 JAN 2012

O Judiciário brasileiro tem sido identificado com uma caixa-preta. O juízo crítico propagou-se. Encontrou receptividade por retratar em uma só imagem a percepção popular de uma instituição fechada e desconhecida. Uma combinação de traços associados ao segredo, à opacidade, ao isolamento em relação à sociedade constrói a representação. Características peculiares da magistratura contribuem para a imagem. Entre elas estão desde garantias constitucionais – vitaliciedade, irredutibilidade de vencimentos, inamovibilidade – até uma tradição assentada na discriminação, numa cultura formalista e num linguajar hermético.

Uma magistratura homogênea, corporativa e refratária a críticas resultaria dessa percepção. Para completar, o retrato teria o condão de ser imune ao transcorrer do tempo, guardando no presente as marcas do passado.

Essa representação vem sendo posta em xeque. Aspectos novos indicam o desenrolar de um processo de transformação. Os efeitos da Constituição de 1988 e especialmente da Emenda Constitucional 45, de dezembro de 2004, tornam-se visíveis não apenas no perfil e na atuação da instituição, mas nas características de seus integrantes.

Vários fatores podem ser arrolados como impulsionadores desta nova magistratura. Em primeiro lugar deve-se notar o crescimento numérico, que, por si só, já imporia mudanças. O número de juízes mais do triplicou desde a redemocratização do País, passando de quase 5 mil em 1988 para aproximadamente 15 mil 23 anos depois. A participação feminina, que até os anos 80 era de apenas 8%, atingiu

Exigências centrais da democracia e da República se tornaram de difícil reversão

25%, inclusive com mulheres integrando os tribunais superiores. Essas alterações de caráter demográfico foram acompanhadas de significativas mudanças de natureza sociológica. Houve uma clara democratização na composição interna da magistratura, com uma importante proporção de juízas e juízes provenientes de famílias sem tradição no sistema de justiça e com pais e mães com baixos índices de escolaridade, havendo até aqueles com pais sem instrução formal.

Informações propiciadas por pesquisa realizada pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) em 2005 revelavam que as mudanças em curso não se resumiam a esses aspectos. Sinais, ainda mais excepcionais puderam ser observados nas opiniões expressas sobre uma série de questões, incluindo temas relacionados à distribuição de justiça e a questões corporativas. A pesquisa da AMB mostrava que variáveis como gênero, idade, tempo na magistratura, instância de atuação e região apresentavam correlação com avaliações e percepções tanto sobre a instituição como acerca de temas da vida pública. No conjunto, esses dados permitiam concluir que muitos dos mitos, estereótipos e suposições sobre a magistratura não coincidiam com a realidade. A diversidade interna e o pluralismo de opiniões desenhavam um perfil novo da magistratura.

O pluralismo pode ser constatado em manifestações sobre vários temas. Muitas das inovações criadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) não haviam ainda sido implantadas. Uma, por exemplo, a proibição de contratar parentes para cargos em comissão, obteve o apoio

da maioria. Notava-se, contudo, que o apoio era muito mais expressivo entre os juízes de primeiro grau do que entre os que atuavam em tribunais (71% x 58%), entre os com menor tempo na magistratura do que entre os mais antigos (75% x 60%), entre os do Sul do País do que entre os do Centro-Oeste (73% x 60%), entre os que exerciam suas funções nas unidades da Federação com IDH mais alto do que nas de IDH baixo (72% x 67%).

Os exemplos poderiam ser multiplicados. O que se pretende salientar é que a diversidade interna, que desde então já se manifestava, ganhou ímpeto e novos fóruns. O pluralismo tem-se evidenciado não apenas internamente, mas também de forma pública. Posições sobre temas relevantes têm sido explicitadas, ampliando o debate de questões que afetam não só o corpo de juízes, mas a vida social, econômica e política do País.

O recente questionamento da AMB sobre as competências do CNJ evidenciou tanto o pluralismo no interior da magistratura como a ampliação do fórum de debates. Tais fenômenos são auspiciosos do ponto de vista do processo de construção de uma instituição guiada por valores democráticos e republicanos. Ministros, desembargadores, juízes, expuseram argumentos revelando suas posições. Divergências vieram a público explicitando princípios em confronto. As discordâncias e sua divulgação mostram quão anacrônica se tornou a figura do “juiz boca da lei”, do juiz que não manifesta opiniões, do juiz alheio ao que se passa na sociedade.

CONTINUA

14 JAN 2012

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Acompanhando e impulsionando esse processo de transformação da magistratura e de sua relação com a opinião pública, os meios de comunicação têm reservado espaço cada vez maior para temas envolvendo o Judiciário, ampliando significativamente a arena de debates. Com efeito, o exame de editoriais, reportagens, cartas de leitores sobre o trabalho do CNJ tornou manifesto o desgaste do paradigma segundo o qual "juiz só se pronuncia nos autos" e questões da justiça são muito técnicas para serem debatidas por não iniciados.

Do ponto de vista da opinião pública, vem ocorrendo um fenômeno que poderia ser caracterizado como de dessacralização do Judiciário, aventando-se a possibilidade de punição de comportamentos desviantes, de questionamentos do que é visto como regalias e privilégios. Tal fenômeno, além de indicar um processo de mudanças no interior da magistratura e na percepção sobre o Judiciário pela sociedade, indica também que exigências centrais da democracia e da República - transparência e prestação de contas pelas instituições - se tornaram demandas de difícil reversão.

●
CIENTISTA POLÍTICA, PROFESSORA DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA DA USP, É PESQUISADORA SÊNIOR DO CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS E PESQUISAS JUDICIAIS

O ESTADO DE S. PAULO

14 JAN 2012

RIO CLARO

Após explosão, TJ pede escolta para juíza

A presidência do Tribunal de Justiça de São Paulo requisitou escolta policial para a juíza Cynthia Andraus Carreta, a quem estava endereçado o embrulho com a bomba caseira que explodiu anteontem no Fórum de Rio Claro, no interior. A juíza da 3.ª Vara Cível não estava no local na hora da explosão. Dois funcionários ficaram feridos – um deles já foi liberado. A pedido da família, o hospital não divulgou informações sobre o funcionário que passou por cirurgia após ter mãos, tórax e rosto atingidos por estilhaços. O artefato estava dentro de um boneco de Papai Noel.

Justiça nega recurso e mantém taxa a R\$ 44,36

A liminar pedida à Justiça pela Controlar – concessionária responsável pela inspeção veicular ambiental em São Paulo – foi negada anteontem pelo juiz da 10.ª Vara de Fazenda Pública. A empresa tentava barrar a redução da tarifa cobrada pelo serviço desde o dia 1.º de janeiro. Em dezembro, a Prefeitura determinou a redução de 28% no valor, que passou de R\$ 61,98 para R\$ 44,36 – após realizar um estudo de equilíbrio econômico-financeiro. A Controlar decidiu contestar o estudo que baseou a decisão da Prefeitura. A empresa promete recorrer a tribunais superiores.

SÔNIA RACY

De facto

Volta à tona o caso do ex-dócleiro **Antônio Claramunt**, o **Toninho da Barcelona**, condenado por crime contra o sistema financeiro. Está na pauta do dia 2, do STJ, o julgamento de recurso especial que quer anular a ação. A defesa argumenta que as investigações começaram via denúncia anônima, além de apontar outras supostas ilegalidades na produção de provas.

O advogado **Fábio Toffi** diz que é grande a expectativa devido à precedência já observada nas cortes superiores: pelos mesmos motivos, foi suspensa a operação Castelo de Areia.

De facto 2

O resultado pouco muda a vida do réu, que já cumpriu quase toda a pena. Toninho vive em regime aberto e voltou a morar em sua casa, em Alphaville, com a mulher e o filho pequeno. Tenta reestruturar a vida, fazendo trabalhos esporádicos. Rendimentos de imóveis ajudam na sobrevivência.

O ESTADO DE S. PAULO OS RATOS ESTÃO À SOLTA NO SENADO

Servidora foi mordida e Casa faz desratização

14 JAN 2012



O "ataque" de um rato a uma servidora da secretaria-geral do Senado nesta semana levou a Casa a promover uma desratização e dedetização ontem.

A servidora está sob observação médica desde que teve o pé mordido pelo roedor. A secretária-geral da Mesa, Cláudia Lyra, divulgou ontem nota informando todos os servidores sobre as medidas preventivas.

Ficarão interrompidas as atividades de seu gabinete e das secretarias de coordenação legislativa do Senado e do Congresso, que ficam próximas ao local onde o animal entrou em ação. As atividades serão retomadas às 10 horas da segunda-feira.

Senado e Câmara estão em período de recesso parlamentar. Os trabalhos serão retomados no dia 2 de fevereiro.

A folga este ano foi parcialmente interrompida pela convocação da comissão representativa do Congresso, anteontem, para ouvir o ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra Coelho (PSB), sobre denúncias relacionadas ao direcionamento político de verbas da pasta.

Plantão médico. É a primeira vez que se tem notícia da necessidade de cuidados médicos no Senado por conta de ataque de animais. Mas a presença na Casa de roedores e escorpiões se repete há anos.

Servidores da TV Senado receberam há poucos dias a visita de um rato e há relatos sobre o surgimento deles nas gavetas e armários, "roubando" biscoitos e outros alimentos do lanche de funcionários.

Já os escorpiões aparecem sobretudo nos períodos de chuva, entrando nas dependências do Legislativo pelas frestas das janelas. Servidores e frequentadores do Congresso reclamam da falta de cuidado com manutenção.

Há alguns dias, uma goteira obriga o pessoal da limpeza a manter panos de chão no corredor do chamado "túnel do tempo", onde estão localizados os gabinetes de senadores e comissões.

O ESTADO DE S. PAULO

Entrevista • 15 JAN 2012
Ives Gandra Filho

■ Rastreamento

No TJ-SP já foram identificados dois casos de desembargadores que receberam R\$ 1 milhão cada.

LOBBY DE JUÍZES IMPEDIU CNJ DE PÔR FIM À FARRA DAS VERBAS MILIONÁRIAS

Ex-conselheiro conta que tentou, sem êxito, votar proposta para regular pagamentos

QUEM É

Bacharel em Direito pela USP e Mestre em Direito pela Universidade de Brasília (1991), é ministro do Tribunal Superior do Trabalho desde outubro de 1999 e professor do Instituto Internacional de Ciências Sociais e da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho. Autor de 13 livros nas áreas de direito, filosofia e literatura, foi também conselheiro do CNJ (2009-2011) e subprocurador-geral do Trabalho (1988-1999), e ainda membro da Academia Nacional de Direito do Trabalho e da Academia Paulista de Magistrados.

CONTINUA

15 JAN 2012

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

O lobby de associações de magistrados e a pressão dos tribunais puseram abaixo iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de editar resolução para pôr um fim na farrá de desembolsos milionários à toga. Em 2011, "pelo menos duas ou três vezes", sem êxito, o então conselheiro Ives Gandra da Silva Martins Filho levou a plenário uma proposta para disciplinar a liberação de pagamentos de verbas acumuladas.

"Eu levei a matéria a plenário e pediram para adiar, eram pedidos de associações de magistrados e de Tribunais de Justiça, alguns presidentes de tribunais me procuraram colocando suas preocupações", relata Gandra Filho.

Aos 52 anos, ele é ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) desde 1999. Por dois anos exerceu a função de conselheiro do CNJ, entre julho de 2009 e junho de 2011.

Supercontracheques são alvo de uma frente de investigação sem precedentes do CNJ.

Aqui e ali magistrados se rebelam à inspeção. Alegam que os valores lhes são devidos, por férias não desfrutadas, vencimentos pagos com atraso e outras situações.

Em São Paulo descobriu-se a "turma do milhão". São desembargadores que receberam quantias superiores R\$ 1 milhão.

A tentativa de criar uma rígida norma para impedir privilégios e concessão de somas extraordinárias aos juízes foi tomada no CNJ depois do escândalo envolvendo onze magistrados do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, alguns aquinhoados com R\$ 1,5 milhão, em 2008, mediante suposta fraude financeira.

A proposta para evitar a reedição de episódios como os de Mato Grosso foi apresentada por Gandra Filho.

Qual era a sua proposta?

Eu pedia basicamente a adoção de duas medidas. A primeira, que os pagamentos fossem limitados às verbas não prescritas, ou seja, créditos que estivessem contidos exclusivamente em um período de até cinco anos antes da solicitação. A segunda medida previa que não fosse contemplado apenas um pequeno gru-

po do tribunal. Eu coloquei: não tendo dinheiro para pagar os atrasados a todos, então que se dividissem equitativamente os valores disponíveis. Que não se concentrasse toda a verba só para pagar um grupo.

Por que o sr. estabeleceu prazo prescricional de cinco anos?

Qualquer demanda que se apresente perante o Judiciário contra a União deve obedecer esse prazo. A minha proposta era para que fosse obedecido o critério da prescrição. Acho razoável, justo.

O que o fez tomar essa iniciativa?

A preocupação maior no conselho surgiu a partir do processo de Mato Grosso. Eles (*desembargadores*) inflacionaram a folha dos atrasados, calcularam para aumentar demais, de forma a atingir valores bem altos, e só pagaram a um grupinho ligado à presidência do TJ. Foi um processo bastante complicado.

Por quê?

A presidência do TJ de Mato Grosso era dominada por maçons, havia uma cooperativa ligada à maçonaria. Vários magistrados receberam para emprestar à loja. Esse processo foi o principal problema. Alguns ganharam R\$ 1,5 milhão. Nesse processo, do qual fui o relator, eu escrevi: "Parinha pouca, meu pirão primeiro". É assim: primeiro vamos cuidar do nosso.

Que sanções foram aplicadas?

O Conselho Nacional de Justiça afastou os magistrados, mas providências de âmbito civil e penal são de competência de outras esferas, como o Ministério Público. Dez juízes foram afastados, mas o Supremo Tribunal Federal devolveu-os às suas funções e cargos, sem entrar no mérito. O STF entendeu que eles (*os juízes*) deveriam retomar suas atividades e que fossem julgados antes pelo próprio tribunal ao qual pertencem. Nesse contexto de um caso concreto é que surgiu a imposição, a necessidade de uma providência para disciplinar os pagamentos aos magistrados.

Por que fracassou a resolução para impor regras nos pagamentos?

Pelo menos duas ou três vezes, no ano de 2011, levei a plenário a proposta, mas sem êxito. Pediram para adiar, eram pedidos de associações de magistrados e de Tribunais de Justiça. Alguns presidentes de tribunais me procuraram colocando suas preocupações.

Quais preocupações?

Eles não queriam que limitássemos em cinco anos o prazo prescricional, sob argumento central de que o problema não é gerado pelo Judiciário. Alegavam que o Judiciário tem direito à verba, mas não tem caixa para pagar porque o Executivo não repassa. Vai passando o tempo, fica o débito e eleva os valores a níveis bem altos.

O que são verbas atrasadas a que os magistrados alegam ter direito?

Basicamente vantagens pessoais e pagamentos relativos a períodos de planos econômicos, quem não recebeu se sentiu prejudicado. Alegam, por exemplo, equiparações ao Ministério Público. Ninguém pode ganhar mais que ministro do Supremo. Mas deputados estavam ganhando com os auxílios mais que os ministros. Esses auxílios foram entendidos ao Judiciário. Outro problema era a forma de cálculos aplicada pelos tribunais. Veja, não estou criticando nenhum colega. Eu propus critérios, se a resolução vai emplacar ou não eu não sei.

O sr. insistiu em levar sua proposta à votação?

Eu queria votar o mais rápido possível. Nada melhor que parâmetros claros, até para respaldar os presidentes dos tribunais que são os ordenadores de despesas. Eu coordenava a Comissão de Eficiência Operacional e de Gestão de Pessoas, um setor que trata das questões relativas aos magistrados. Por mais que tentássemos não conseguimos votar. Entidades pediam para que estudássemos melhor, apresentaram muitas sugestões.

Por que o sr. não conseguiu?

Todas as vezes em que levei a matéria e coloquei em pauta não se quis votar. Alguns conselheiros achavam que devíamos votar, outros que a matéria ainda precisava amadurecer. Eu precisei contar com o apoio da Secretaria Orçamentária. Recusação que as ponderações em sentido contrário são razoáveis. Os tribunais alegavam que sofriam restrições do Executivo, que os governos não repassavam as verbas orçamentárias. A proposta de resolução levantou muitos pontos polêmicos, todas as vezes que levei a plenário não conseguimos aprová-la.

CONTINUA

15 JAN 2012

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

● Sem resolução específica como ficam os pagamentos milionários?

No meu modo de ver, quanto mais demora, pior fica. Uma resolução já resolveria, depois que se faça os ajustes, a calibragem. Melhor do que ficar sem nenhuma norma. Com o vácuo legal, nem o administrador tem a segurança necessária, nem o cidadão fica tranquilo. Vai questionar se aquele valor foi pago de acordo com a lei. Se o juiz tem que julgar e tem que ser justo no seu trabalho não pode ser questionado publicamente se está recebendo privilégios.

● O CNJ se curvou à pressão dos tribunais e das entidades de classe?

As associações cuidam dos interesses dos magistrados de forma mais corporativa ou menos corporativa. As entidades pediam para que estudássemos melhor, apresentaram muitas sugestões. Reitero que os tribunais alegavam restrições orçamentárias por falta de repasse do Executivo. Este é um argumento que reconheci, porque realmente a situação pode ocorrer.

O ESTADO DE S. PAULO

Erro do Coaf transformou TJ militar em vilão por um dia

15 JAN 2012

O Tribunal de Justiça Militar (TJM) de São Paulo, em um único dia, passou de vilão a vítima. Na sexta-feira a corte foi citada no relatório Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) sobre fantásticas movimentações de recursos em contas bancárias da toga militar - o documento apontava "significativa concentração" de operações atípicas no TJM paulista. Mas o próprio Coaf se redimi e, no fim da tarde, excluiu o tribunal da lista sob suspeita.

"Aqui não há segredos, não há pagamentos extraordinários", declarou o juiz presidente do TJM, Orlando Eduardo Geraldi. "Fomos surpreendidos com a informação que apontava movimentação de R\$ 116 milhões envolvendo duas pessoas ligadas ao tribunal. Esse valor excede em três vezes a nossa verba orçamentária, que é pouco superior a R\$ 40 milhões por ano. Isso já afasta a possibilidade de uma movimentação dessa proporção. Ficamos perplexos."

Antes mesmo de o Coaf admitir o equívoco, Geraldi enviou ofício à ministra Eliana Calmon, ministra corregedora nacional da Justiça, solicitando informações em caráter oficial.

Em dezembro, uma equipe do Conselho Nacional de Justiça fez inspeção na corte - que conta com quadro de apenas 14 magistrados de primeiro e segundo graus e menos de 200 servidores. "Não temos nenhum problema em abrir as informações. A transparência é obrigação. O conselho examinou os dados dos recursos humanos e as planilhas. Verificaram tudo. Não nos foi perguntado nada especificamente."

Na última terça-feira, Eliana Calmon disse ao Estado que não havia identificado irregularidades nem resistência do TJM. "Não temos registro de pagamento atípico. Normalmente, o tribunal parcela pagamentos, mas nenhum crédito eventualmente concedido teve valor elevado."

A peça do Coaf, inicialmente, apontava 2008 como o ano das operações excepcionais. "Não existe a menor possibilidade de um valor desses ter transitado aqui. Somos uma corte pequena. Qualquer problema que foi apontado será apurado."

O ESTADO DE S. PAULO

FRASE

15 JAN 2012

"Estou vendo a serpente nascer e não posso me calar"

ELIANA CALMON, corregedora do Conselho Nacional de Justiça, dizendo que não vai recuar na investigação do Judiciário

FÓRUM DOS LEITORES

Espada da Justiça

Os R\$ 855 milhões comprovam que a "xerife" Eliana Calmon estava corretíssima! E sem quebrar sigilo, conforme injustamente acusada. E agora, ministro Marco Aurélio (STF), a espada da Justiça vai apontar para quem?

HONYLDO R. PEREIRA PINTO

honyldo@gmail.com
Ribeirão Preto

Bombo

As togas não serão suficientemente espessas para blindar os "malfeitos" dos tribunais. Os contribuintes ainda não sabem o que tantos desejam esconder, mas o Coaf sabe quem andou fora dos trilhos. E a corregedora Eliana Calmon voltará a ter poder para desvendar o mistério.

ANTONIO MARTINS FERRARI

anferrari@pobox.com
São Paulo

Senhores de toga

Com tantos senhores "rogados" neste país, não temos mais ninguém com coragem de se solidarizar com a corregedora Eliana Calmon e enfrentar essa maioria corporativista que em nada contribui para o Brasil? Ou estão todos com o "rabo preso"?

LUIZ ROBERTO SAVOLDELLI

savoldelli@uol.com.br
São Bernardo do Campo



Ministra Eliana Calmon, a Nação brasileira lhe agradece, neste sufocante calor, pela feliz e corajosa ideia de ligar o ventilador!"

AMÉRICO CÂMERA, ADVOGADO / SÃO PAULO, SOBRE OS 'MALFEITOS' NO JUDICIÁRIO
rebecam@uol.com.br

"Ministra Eliana Calmon, muuuito obrigado por sua atuação, a senhora nos enche de orgulho e alegria!"

RICARDO FREITAS / COTIA, IDEM
r.f.a.freitas@gmail.com

'Operações atípicas'

A imprensa informa que o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), órgão administrativo vinculado ao Ministério da Justiça, detectou "operações atípicas", entre 2000 e 2010, no montante de R\$ 855 milhões, movimentados por juízes, desembargadores e servidores do Judiciário. Nem tudo deve ter origem desonesta, mas que há uma porcentagem disso, talvez elevada, dá para desconfiar... Salve o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e também a corajosa ministra Eliana Calmon, que não se deixou enredar pelo corporativismo existente em todos os tribunais e por isso está sendo atacada por parte do Judiciário, incluindo o Supremo Tribunal Federal (STF).

MÁRIO A. DENTE

dente28@gmail.com
São Paulo

Sem dó

R\$ 855 milhões movimentados de forma "atípica" pelo Judiciário? A tradução é simples: botaram a mão sem dó no dinheiro público.

FRANCISCO ZARDETTO

fzardetto@uol.com.br
São Paulo

STF x CNJ

Parabéns à competente corregedora nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon, por seu extraordinário comportamento e sua dedicação ao trabalho. É de gente assim, honesta e competente, que o nosso Brasil tanto necessita. Precisamos dar um fim ao estado calamitoso para o qual estamos caminhando. Continue assim, ministra Eliana!

PAULO FERRAZ COSTA NEGRAES

pautonegraes@trident.com.br
Itapuí

Novilíngua

O que conhecíamos por ganhos suspeitos se chama agora "operações atípicas". Pobre Justiça rica a do Brasil!

GILBERTO MARTINS COSTA FILHO

pindorama@estadao.com.br
Santos

15 JAN 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Solto coronel acusado de receber propinas

Ex-comandante do 7.º Batalhão da Polícia Militar do Rio, em São Gonçalo, o coronel Djalma Beltrami foi solto novamente ontem, após ter sido preso pela segunda vez em menos de um mês. O desembargador Antonio Carlos Bitencourt concedeu habeas corpus ao oficial na noite de sexta. Juiz de futebol aposentado, Beltrami é acusado de ter recebido propinas de traficantes.

O ESTADO DE S. PAULO

GAUDÊNCIO TORQUATO

Os domínios 15 JAN 2012 da drogalândia

A primeira vista, a repressão aos consumidores e vendedores de drogas na região central da cidade de São Paulo conhecida como cracolândia se resume à questão: adotar o método da tolerância zero, praticado pelos Estados Unidos e que consiste na retirada forçada das ruas de dependentes e traficantes, ou implantar o sistema europeu, usado por países como França, Espanha e Holanda, permissivo e que comporta até um padrão de consumo de drogas considerado não tão prejudicial? A par das evidências de que a ação policial pecou pela ausência de articulação entre as instâncias federal, estadual e municipal, escancara-se a hipótese de que a proteção, que agrada aos moradores das regiões invadidas, se assemelha à prática de enxugar gelo. Os viciados tentarão conseguir a droga em outras regiões, ajudando criminosos do narcotráfico a conquistar novos territórios. Enquanto houver demanda, haverá oferta. E a experiência tem demonstrado que a abstinência forçada da droga não tem diminuído o contingente de viciados. Nos EUA, apenas 30% dos dependentes conseguem abandonar o vício.

O *affaire* paulistano indica a necessidade de o País substituir medidas improvisadas por consistentes programas de prevenção e reinserção social, o que se faz absolutamente premente ante este dado estupefacente: o crack pode ser encontrado em 98,7% dos municípios brasileiros. A cada ano se expande a estética da degradação que acolhe os usuários em praticamente todas as regiões do Brasil. Ao contrário do que se supõe, o balão das drogas infla mesmo sob pressão de programas desenvolvidos por uma pletera de órgãos, fóruns, entidades e movimentos espalhados pelo território. O tráfico não dá sinais de que reflui.

Enquanto houver demanda, haverá oferta. E o tráfico não dá sinais de que reflui

Não se trata, porém, de uma característica brasileira. Redes governamentais, agências e organizações internacionais que atuam na vanguarda e na retaguarda das batalhas contra as drogas não têm conseguido sustar as redes de corrupção e os polos de irradiação do narcotráfico, controlados por financiadores, transportadores e agentes que comerciam um dos negócios mais rentáveis do planeta.

Infelizmente, o Brasil tornou-se espaço estratégico do esquema. Desde o início dos anos 1990, quando os EUA passaram a controlar a região do Caribe, o País foi escolhido pelos cartéis para ser, inicialmente, rota de trânsito, ao lado da Europa Oriental, da zona ao sul e ao leste do Mediterrâneo, do México e de países africanos. Depois ganhou a posição de entreposto para estocagem, produtor de drogas (incluindo centros de processamento de folhas de coca e laboratórios para refino de cocaína) e plataforma de exportação.

Essa é a explicação para o fato de, por estas plagas, a indústria da droga crescer em progressão geométrica, enquanto o aparato de combate caminha em progressão aritmética. O País já ocupa o segundo lugar no ranking mundial de lavagem de dinheiro apurado pelo narcotráfico na América do Sul. A questão, portanto, é muito mais grave que a leitura que se extrai da polêmica sobre as cracolândias do arquipélago nacional.

Os polos de consumo de drogas integram um gigantesco empreendimento internacional, cujas conexões envolvem sistemas bancá-

rios (nacionais e internacionais), empresas farmacêuticas, meios de transporte intermodais, estruturas de Estado, organizações políticas e partidárias, forças policiais, subindo ao sagrado altar do Judiciário. Pode parecer exagero. Estudiosa da matéria, Lia Osório Machado, em documento sobre *O comércio ilícito de drogas e a geografia da integração financeira: uma simbiose?*, mostra que parcela ponderável do PIB mundial deriva do comércio ilegal de drogas. O lucro do crime transnacional é da ordem de US\$ 1 trilhão, do qual parcela considerável (podendo chegar a US\$ 500 bilhões) é processada pelo sistema bancário mundial após a "limpeza" nas lavanderias de dinheiro. Aliás, o combate à lavagem de dinheiro é o centro da luta contra o narcotráfico, a partir dos EUA.

Não é de admirar que esse portentoso empreendimento, que cria um Estado informal dentro do Estado formal, seja capaz de alterar a fisionomia geográfica e populacional de países, contribuindo para a expansão de cidades médias, alterando o mapa da distribuição de habitantes via fluxos migratórios e inflando na condução dos poderes locais e regionais. Parte dos lucros é estocada em bancos subterrâneos, seja para financiar programas sociais, seja para alavancar obras de infraestrutura, e outros recursos são destinados ao financiamento de guerras e movimentos de terror. Os domínios da drogalândia são tão largos que se chega a apontar, em certos territórios, a participação de narcodivisas no incremento de reservas cambiais, contribuindo para ajustar políticas monetárias, bancárias e financeiras de governos periféricos.

CONTINUA

15 JAN 2012

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Insera-se essa engrenagem na moldura das economias transnacionais, adicione-se a paisagem dos "paraísos fiscais" e, assim, se chega facilmente à conclusão de que um espaço continental como o Brasil, com 16,8 mil quilômetros de fronteiras (7 mil de fronteiras secas e 9,8 mil de fronteiras de rios), constitui alvo central para o império da droga. Sob esse formato, nosso mapa ultrapassa a geografia sul-americana, conectando-se a superfícies intercontinentais. Com essa preocupação, o governo brasileiro determinou prioridade para o Plano Estratégico de Fronteiras, que em seis meses apreendeu cerca de 115 toneladas de maconha e cocaína.

Ter controle sobre o território, eis a condição *sine qua non* para o Brasil armar sua política de combate às drogas. Outros verbos são fundamentais nesse processo: coordenar, integrar, flexibilizar, harmonizar, dinamizar. Das funções que deles se extraem dependerá a eficácia das ações. Claro, os programas devem fluir harmoniosos e bem articulados entre as instâncias federal, estadual e municipal. Só assim serão capazes de evitar o espetáculo pirotécnico que se viu na cracolândia paulistana.

O ESTADO DE S. PAULO

DENIS LERREAR ROSENFELD

16 JAN 2012

Abuso legal

Em histórica sessão, foi realizado em 2008 o julgamento do caso da Raposa-Serra do Sol, tendo como grande novidade as diretrizes estabelecidas pelo então ministro Menezes Direito, do STF. Trata-se de um julgamento que elaborou diretrizes que deveriam ser seguidas pelos diferentes órgãos e entidades do Estado brasileiro, obrigando-os mesmo a uma revisão dos processos em curso de identificação e demarcação de terras indígenas. Em decorrência, movimentos sociais e ONGs deveriam seguir em suas ações o que foi estipulado pela Suprema Corte.

Dentre essas diretrizes, cabe assinalar duas que merecem especial destaque: a que estabelece o fato antropológico de ocupação efetiva de indígenas quando da promulgação da Constituição de 1988 e a que proíbe a revisão de limites das demarcações de terras já realizadas, por óbvio, segundo os critérios da época em que foram feitas.

No que diz respeito à primeira, passa a contar a presença efetiva de indígenas nas terras a serem identificadas e demarcadas, o que implica dizer que a consideração de terras tradicionais deve levar em conta a ocupação de fato, e não traços históricos como cemitérios, por exemplo. No que concerne à segunda, estão proibidas as ampliações de terras indígenas. No momento em que uma terra foi considerada como indígena, seus limites também passaram a ser considerados como não indígenas, estabelecendo a segurança jurídica para ambas as partes. Explosões demográficas configuram um problema social que deveria ser equacionado em sua seara própria, e não via violação dos direitos já consagrados.

E o que fez a Funai, entretanto? Passados três anos, não normatizou a decisão do Supremo Tribunal. Isso mesmo! Um órgão do Estado segue em seus processos de identificação e demarcação, como se o STF nada tivesse decidido. Não se pode alegar, evidentemente, falta de tempo! Ocorre uma burla à lei.

No que toca à ampliação de terras indígenas, esse órgão do Estado está produzindo o argumento de que as já existentes não são propriamente ditas fruto de identificações e demarcações, por não obedecerem aos novos critérios estabelecidos pela própria Funai. Ou seja, ela continua a legislar por atos administrativos, não seguindo, reitero, as orientações do STF. Estamos, na verdade, diante de uma hermenêutica ideológica de identificações e demarcações de terras indígenas.

Observe-se que há 110 milhões de hectares de terras indígenas já demarcadas e homologadas no Brasil, algo em torno de 13,5% do território nacional, para uma população global, segundo diferentes estimativas (inclusive da Funai e de ONGs como o Instituto Socioambiental), entre 450 mil e 550 mil pessoas.

Enquanto a Funai não normatiza as decisões do Supremo, o que já foi solicitado pela Advocacia-Geral da União (AGU), os processos de identificação e demarcação, novos e em curso, seguem seu próprio ritmo. Casos de ampliação de terras indígenas, como em Barra Velha, e de novas demarcações, como em Cahy-Pequi, no sul da Bahia, continuam em processo, atingindo direitos há décadas assegurados. No primeiro caso, isso afeta basicamente pequenos e médios empreendedores rurais e, no segundo, assentamentos da reforma agrária, sobretudo representados pela Petraf/CUT. Os conflitos só se estão exacerbando, em flagrante desrespeito às orientações estabelecidas pelo STF. Assinale-se ainda, no caso do sul da Bahia, que a própria AGU tem um parecer postulando que as normas do Supremo devem ser seguidas, o

que até hoje não foi feito.

Caso semelhante de ampliação ocorre no sul de Mato Grosso do Sul, lugar emblemático de conflitos acirrados, que só se estão perpetuando, com evidentes prejuízos para indígenas e produtores rurais. Ninguém sai ganhando, salvo os que incentivavam as disputas. A região de Dourados tem aparecido como símbolo desses conflitos, sendo um caso basicamente social de explosão demográfica, a ser equacionado mediante políticas públicas de moradia, educação, trabalho e saúde.

Processos novos de identificação, como nos municípios de Gentil, Marau, Mato Castelhano e Círfaco, no Rio Grande do Sul, ou em oito municípios paulistas mostram, por sua vez, como pouco é obedecida a determinação do STF de ocupação efetiva quando da Carta Magna de 88. A alegação de que nesses casos se trata de estudos preparatórios e de formação de grupos de trabalho é um véu para enganar incautos, porque, posta a máquina administrativa-antropológica em funcionamento, o resultado está determinado de antemão.

Os antropólogos dizem textualmente que sua função não consiste em contrariar os interesses "indígenas", não trabalhando, salvo raras exceções, para os empreendedores rurais. Há até um dito "código de ética" para disciplinar tais atividades. O "laudo", portanto, será sempre favorável aos indígenas, estando os atingidos por essas medidas numa espécie de beco sem saída.

CONTÍNUA

16 JAN 2012

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Na situação atual, os conflitos só tendem a se reproduzir, com as partes em litígio buscando seus direitos na Justiça. Logo, sendo assim, não há solução à vista, os processos judiciais prolongando-se indefinidamente. Se há conflito de direitos entre indígenas e empreendedores rurais, a resolução dessa questão se daria com a compra de terras pelo governo, a preço de mercado, terra nua e benfeitorias, garantindo às distintas partes bem-estar e segurança jurídica. O que é perfeitamente possível, há legislação para tal. Basta vontade política.

Enquanto isso não ocorrer, pessoas morrerão e serão feridas em ambos os lados, ninguém ganhando com isso, salvo os que pretendem continuar uma guerra que tem tudo de ideológica e nada do bom senso de um equacionamento técnico do problema. Portarias existentes deveriam ser suspensas ou revogadas enquanto a necessária normatização da decisão do STF não for feita. É o Estado de Direito que está em questão.

Conflitos por ampliação de terras indígenas se exacerbam, em flagrante desrespeito ao STF

16 JAN 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Após 13 anos, caso Ceci Cunha abre julgamento

Réus acusados de terem assassinado a deputada do PSDB vão a júri a partir de hoje em Alagoas em clima de comoção

Passados 13 anos do assassinato da deputada federal Ceci Cunha (PSDB-AL), fuzilada junto com o marido e dois parentes na varanda da casa da irmã, a Justiça enfim vai levar os acusados ao banco dos réus. O júri popular, que começa hoje, deve durar três dias e fechará um dos dez casos de impunidade, selecionados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que mais afetam a credibilidade do Judiciário.

Acusado de ser o mandante do crime, o ex-deputado Talvane Albuquerque, sentará ao lado dos quatro autores dos disparos, ex-assessores e seguranças dele. Segundo o Ministério Público, o ex-deputado, que ficou na primeira suplência de Ceci na eleição de 1998, planejou o crime porque precisava da imunidade parlamentar para se livrar de outros processos que respondia na Justiça, inclusive por homicídio.

Os cinco acusados continuam soltos. Talvane, que alega inocência, trabalha como médico em dois hospitais do interior de Alagoas.

O caso demorou tanto a ser julgado que o filho de deputada, Rodrigo Cunha, que tinha 17 anos à época do crime, formou-se em direito e funcionará como um dos assistentes de acusação. "Foram tantas manobras que o sentimento de justiça se perdeu no tempo, mesmo que os assassinos sejam condenados", disse ele ao Estado.

O júri será presidido pelo juiz André Granja, titular da 1ª Vara Federal de Alagoas, que também carrega na memória o trauma da pistolagem. Ele é filho do jornalista e advogado Francisco Guilherme Tobias Granja, morto com um tiro na nuca, na porta de casa, em junho de 1982. O empresário Dagoberto Calheiros (mandante) e dois pistoleiros foram condenados a 13 e 18 anos pelo crime, respectivamente.

Em mais de 12 anos de tramitação, o processo sofreu várias reviravoltas, envolvendo conflitos de competência entre a Justiça Federal e Estadual, além de sucessivos recursos movidos pelos réus, o que atrasou a ação. Diante da impunidade, o júri ocorrerá em clima de comoção e uma forte mobilização tomou conta das ruas de Maceió. Foram distribuídos cartazes e panfletos pedindo a condenação dos acusados. "O PSDB tem orgulho de ter tido Ceci em seus quadros e trabalhará para defender sua memória", disse Sérgio Guerra, presidente da sigla.

FOLHA DE S. PAULO

TJ quer corrigir privilégio

em pagamentos

4 JAN 2012

Presidente da corte paulista propôs "compensação" para reparar tratamento diferenciado entre desembargadores

Ivan Sartori também disse que não há movimentações financeiras atípicas no Tribunal de Justiça

O presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, Ivan Sartori, propôs uma "compensação" para corrigir os pagamentos privilegiados que alguns desembargadores da corte receberam.

Segundo Sartori, a proposta feita por ele foi aprovada pelo Conselho Superior da Magistratura e será avaliada pelo Órgão Especial do TJ. Se passar, atingirá a princípio cinco desembargadores.

Eles não terão necessariamente que devolver recursos. Provavelmente apenas deixarão de receber novas parcelas de atrasados — como férias e licença-prêmio — até igualar o antecipado. Isso porque ainda teriam créditos atrasados a receber do TJ.

Os nomes dos magistrados investigados não foram oficialmente divulgados. De acordo com Sartori, são cinco os "casos mais graves" de desembargadores que receberam "créditos anômalos".

Apuração do Tribunal de Justiça aponta o ex-presidente da corte Roberto Bellocchi como um dos mais favorecidos. Ele teria liberado pagamento de cerca de R\$ 1,5 milhão para si próprio.

Como os magistrados paulistas recebem mensalmente algo próximo de R\$ 5.000 em atrasados, a compensação demoraria 300 meses — 25 anos — no caso de Bellocchi.

Sartori, porém, enfatizou que as verbas recebidas, mesmo nos casos considerados mais graves, são créditos a que tinham direito.

"Houve apenas quebra de igualdade entre os magistrados. (...) Não há prejuízo à sociedade", disse. "O prejuízo por uns terem recebido a mais é dos próprios magistrados."

Durante entrevista coletiva ontem à tarde, o presidente do TJ criticou a "generalização" feita pelo Conselho Nacional de Justiça ao afirmar que há movimentações anômalas na "Justiça paulista".

Para Sartori, a afirmação leva a crer que se trata do TJ-SP, quando, na verdade, seria o Tribunal de Justiça Militar de São Paulo.

"É preciso tomar cuidado com declarações", disse Sartori, que exibiu relatório do Coaf (órgão de inteligência financeira do Ministério da Fazenda) para provar que o TJ não era citado.

JUDICIÁRIO

OAB-RJ CRITICA CONDOTA DE MAGISTRADOS

O presidente da OAB do Rio, Wadli Damous, afirmou que o Judiciário não pode tolerar condutas suspeitas dos juízes e funcionários. A afirmação foi feita após a informação de que magistrados e servidores movimentaram, entre 2000 e 2010, R\$ 856 milhões em operações consideradas "atípicas" pelo Coaf, órgão da Fazenda.



Presidente do TJ-SP, Ivan Sartori, em entrevista no tribunal

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

14 JAN 2012

JOAQUIM FALCÃO

ANÁLISE

Perda de privacidade é um preço que se paga na carreira pública

A sociedade tem o direito de conhecer todos os atos dos juízes? A vida privada também? Qual o nível de transparência judicial necessário na democracia?

Esse debate é um bom subproduto da ação da Associação dos Magistrados Brasileiros contra o CNJ. A resposta não é simples.

Quando o juiz decide um caso, a Constituição é clara: publicidade total. Aceita-se sigilo só para proteger a privacidade individual. Mesmo assim se não prejudicar o interesse público à informação.

O ministro Cezar Peluso mandou que, nos processos criminais, só se colocassem as iniciais das partes para proteger réus e vítimas. Mas Marco Aurélio Mello considera que isto fere a Constituição. Põe de volta os nomes nos casos em que é relator.

Quando o juiz pratica ato administrativo a regra também é a publicidade. Exemplo: o tribunal tem que divulgar salários, carros, diárias, produtividade e horário de atendimento de cada um, quando sai de férias, etc.

Uns tribunais são mais transparentes que outros. Há necessidade de aperfeiçoar. Às vezes, publicar não é informar. Quando o tribunal publica o salário base do juiz mas não inclui os pagamentos de adicionais, benefícios e atrasados, como agora, publica mas não informa tudo.

Quanto aos atos pessoais, o juiz tem direito a privacidade tanto quanto um cidadão. Não tanto. O Supremo já decidiu que, quando uma pessoa decide ser servidor público, juiz, seu direito à privacidade é menor.

É "o preço que se paga pela opção por uma carreira pública no seio de um Estado republicano". Sua conduta fora do âmbito jurisdicional contribui também para a confiança dos cidadãos no Judiciário, diz o Código de Ética.

O direito à privacidade não prevalece, e a transparência é urgente, sobretudo quando atos administrativos e razões privadas se misturam. Como os casos de adiantamento de salários para ajudar juízes a pagar dívidas pessoais.

O Congresso aprovou uma das melhores leis de transparência do mundo: a Lei de Acesso à Informação. Com ela, a democracia não mais se satisfaz com a "transparência passiva": colocar as informações no site, e esperar que mídia ou cidadão as peça, decifre e procure.

Agora tem que ser transparência ativa: fornecer claramente tudo antes mesmo de ser perguntado. Por que não?

JOAQUIM FALCÃO é professor de direito constitucional da FGV Direito-Rio.

FOLHA DE S. PAULO

WALTER CENEVIVA

Limites do CNJ na Constituição

O texto é claro ao definir o conteúdo substancial da competência do Conselho Nacional de Justiça

14 JAN 2012

MEDIDAS ADOTADAS pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça) continuam agitando a área jurídica. O destaque no noticiário sugere breve análise constitucional do que lhe cabe na Carta Magna, com seus 15 membros, sob o presidente e vice-presidente, ministros do STF (Supremo Tribunal Federal).

A essência do tema está em sete incisos do art. 103-B da Constituição, em especial no parágrafo 4º: "Compete ao Conselho o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes". O texto é claro ao definir o conteúdo substancial da competência, no justo enquadramento dos termos "controle" e "cumprimento", à luz dos órgãos e componentes do Poder enquanto tal.

A atividade dos ministros Gilson Dipp e Ellana Calmon, anterior e atual executores da missão do CNJ, como corregedores, se vincula a sua condição de membros Superior Tribunal de Justiça (art. 103-B, parágrafo 5º). É ajustada ao Estatuto da Magistratura e a três incisos do mesmo parágrafo 5º.

O corregedor exerce a missão executiva (inspeção e correção geral). Requisita e designa juízes como seus assessores, delegando-lhes atribuições que incluem o recebimento de reclamações e denúncias relativas a magistrados e serviços judiciários de todo o Brasil.

O CNJ deve "zelar pela autonomia do Poder Judiciário e pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura". Pode expedir atos regulamentares. Deve recomendar providên-

cias, de ofício e de sua iniciativa, para cumprir seus fins. Atento aos termos do art. 37 da Constituição, aprecia "a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário", por ação direta ou dando prazo para "providências necessárias ao exato cumprimento da lei", sob princípios fundamentais do "caput" do mesmo art. 37.

No atendimento de seus fins, o CNJ pode receber de terceiros e conhecer, por sua iniciativa, reclamações contra membros ou órgãos do Judiciário e serviços notariais e de registro. A missão inclui o dever de "avocar processos disciplinares em curso e determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria e outras sanções administrativas".

O parágrafo 7º do art. 103-B autoriza a criação de ouvidorias para receber reclamações e denúncias relativas à magistratura e seus serviços auxiliares. Pode, ainda, representar ao Ministério Público e rever, de ofício ou mediante provocação, processos disciplinares de juízes e membros de tribunais julgados há menos de um ano (inciso V).

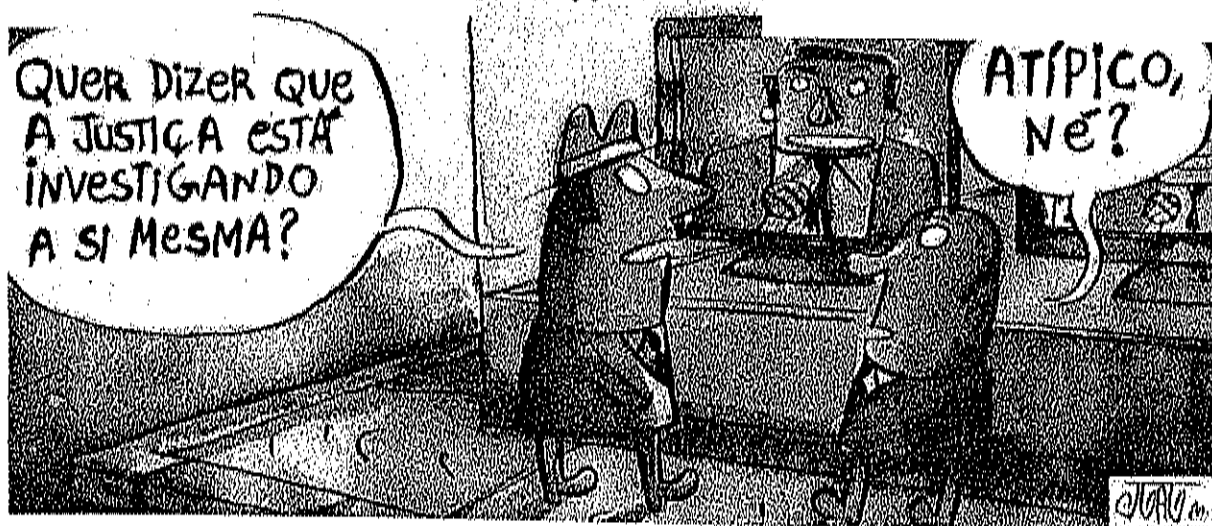
De tudo, o CNJ oferece relatório estatístico semestral sobre processos e sentenças prolatadas nos órgãos do Judiciário. Ao fim do exercício anual propõe (incisos VI e VII) providências necessárias e enuncia as atividades do Conselho para integrar mensagem do presidente do STF e do CNJ ao Congresso Nacional.

O parágrafo 6º impõe a atuação do Procurador-Geral da República e do Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil junto ao CNJ, pois advocacia e Ministério Público são funções essenciais da Justiça (arts. 127 a 135 da Constituição).

A diversidade de opiniões a respeito do que é o CNJ e de seus limites inspirou este resumo. Esperemos que ajude o leitor na avaliação das posições divergentes.

14 JAN 2012

FOLHA DE S. PAULO COISAS ATÍPICAS



14 JAN 2012

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

Via rápida

Quatro ministérios já recorreram ao modelo da licitação concluída em dezembro pelo Conselho Nacional de Justiça, que permitiu a compra de programas e equipamentos de informática no valor total de R\$ 70 milhões. A concorrência foi considerada fraudulenta pela IBM e está sob investigação no colegiado.

A lei permite que um órgão aproveite preços de licitações de outros entes da administração para economizar tempo, recursos humanos e dinheiro. Dez dias após o pregão do CNJ, o mecanismo foi utilizado pelo Ministério da Saúde para fazer a encomenda de produtos no valor estimado em R\$ 20 milhões.

Outro lado O Ministério da Saúde afirma que o resultado da licitação está "vigente" conforme a lei e demonstra "viabilidade técnica e econômica". Também já pediram formalmente para aproveitar os termos da concorrência os ministérios da Previdência, do Desenvolvimento e do Meio Ambiente.

PAINEL DO LEITOR

Judiciário

Jornais informam que um órgão do Ministério da Fazenda, o Coaf, detectou "operações atípicas no montante de R\$ 856 milhões entre 2000 e 2010", valor movimentado por juizes, desembargadores e servidores do Judiciário. Nem tudo deve ter origem desonesta, mas dá para desconfiar que uma porcentagem, talvez elevada, desse montante tenha origem suspeita. Salve o CNJ e a corajosa corregedora Eliana Calmon, que não se deixou enredar pelo corporativismo existente em todos órgãos e, por isso, está sendo atacada por uma parte do Judiciário, incluindo o Supremo.

MÁRIO A. DINTE (São Paulo, SP)

A primeira coisa que me veio à cabeça depois de ler a manchete "CNJ vê R\$ 856 mi atípicos em contas bancárias de juizes" ("Primeira Página", ontem) foi ouvir as músicas "Podres Poderes" e "Ideologia", de Caetano Veloso e Cazuza, respectivamente.

Executivo, Legislativo e Judiciário rasgaram a Constituição e, mesmo assim, nós ainda acreditamos que tudo vai mudar.

SÉRGIO MORAES DE GOUVÊA (Lubatuba, SP)

Onde se exige mais transparência, assertividade e probidade — o Judiciário —, deparamo-nos com suspeita de movimentação fora do padrão. Que seja apurada a veracidade dos fatos, inclusive para que não sejamos ludibriados por quem está aí para nos proteger de atos ilegais.

ELIANE SEXTO (São Paulo, SP)

14 JAN 2012

FOLHA DE S. PAULO

A ação do governo na crackolândia é adequada?

SIM

Política higienista? Não, dever constitucional

PAULO CAPPELLETTI, JULIANO MELO E MARTINIANO BORGES

Quando o governo procrastina, o resultado é quase sempre desastroso. O descalabro da crackolândia é um desses casos.

Há 15 anos, algumas ruas do centro velho de São Paulo foram tomadas por uma nova droga, o crack. Durante o dia, os usuários desapareciam. Escondiam-se em canteleros de avenidas, em hotéis baratos e em organizações não governamentais (na maioria dos casos, religiosas).

À noite, quando as lojas se fechavam, como no clipe "Thriller", de Michael Jackson, maltrapilhos e moribundos "surgiam". Hordas de "batmans", enrolados em cobertores, atacavam transeuntes e moradores para poder levar algo que permitisse comprar pedras de crack.

Autoridades? Sim, a Polícia Militar fazia rondas. Às vezes, fazia abordagens ou um estardalhaço com algumas dezenas de homens.

A inovação da crackolândia, na alameda Dino Bueno e na rua Helvétia, foi o aperfeiçoamento da desgraça. A três quadras de um batalhão da polícia, viciados e traficantes encontraram o ambiente perfeito para passarem o dia todo.

Em pouco tempo, uma linha de ônibus teve o seu trajeto alterado, e o lugar foi abandonado, tornando-se um ponto de tráfico e uso de crack. Estima-se que 2.000 pessoas tornaram aquela latrina a céu aberto o centro dos seus universos. Imagens de televisão não transmitem a

fedentina repugnante.

Durante anos, desleixadamente (e criminosamente, por que não dizer?), nossos governantes permitiram que a pedra fosse negociada livremente. Durante os anos 1990, a "inteligência policial" ignorou denúncias, não fez quase nada. Muitas vezes, foi conivente e corrupta.

Hoje, apesar de carente em inteligência e em investigação — esta nova retomada se fez com poucas prisões e nenhum mandado de busca —, a ação da polícia é a esperança de uma nova postura do Estado.

Culpam a ação policial por prejudicar o trabalho das ONGs e dos agentes de saúde. Eles estariam criando vínculos com possíveis adeptos do tratamento. É discutível.

Os agentes de saúde são estagiários e estudantes de diversos cursos universitários, contratados não pela Prefeitura, mas por ONGs terceirizadas. Em geral, são pessoas sem vocação, preparo ou experiência. Vestidos com coletes azuis e com pranchetinhas nas mãos, andam burocraticamente pelas ruas vendendo a mentira de que estão criando vínculos com os dependentes.

Quais vínculos são esses? Eles esperam substituir os pais, os irmãos e os amigos, há muito perdidos pelos "nóias"? Vão acompanhá-los durante todo o tratamento? E depois do tratamento, serão seus melhores amigos? Não. Sobre esses vínculos, muito pouco pode se esperar.

E agora? Vamos reprovar a ação da polícia? Não! A crackolândia é um misto de problemas. E um deles é de segurança pública.

Óbvio que excessos cometidos por autoridades não devem ser tolerados. Mas isso não tira a obrigação do Estado de estar lá, recuperando a região do domínio do crack e reinstaurando a ordem. O que a Polícia Militar está fazendo agora é apenas o que deveria ter feito há 15 anos — se tivesse feito, hoje não haveria crackolândia com endereço fixo. A operação deve continuar. Política higienista? Não. Dever constitucional.

Óbvio que a polícia não resolverá a dependência química, mas poderá propiciar um ambiente seguro para que as outras formas de ajuda possam chegar a quem necessita. A polícia abre caminho para que os usuários tenham o acesso à saúde, às igrejas, às ONGs e aos familiares.

A internação compulsória também deve ser exercida. Durante um resgate, os paramédicos não perguntam se o acidentado aceita ser encaminhado ao hospital. O dependente precisa dessa ajuda. Talvez ele saia da internação e imediatamente volte para o crack, mas ele tem o direito de passar alguns dias limpo para que retome seu poder de decisão.

PAULO CAPPELLETTI, 51, teólogo, é diretor da Missão SAL (Salvação, Amor e Libertação). Atua no tratamento de dependentes há 15 anos.

JULIANO MELO, 33, bacharel em letras, e MARTINIANO BORGES, 30, sociólogo, são diretores do IBTE - Instituto Brasileiro de Transformação pela Educação.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO 14 JAN 2012
NÃO

Nada a ver com as UPPs

PEDRO ABRAMOVAY

A Polícia Militar ocupou a cracolândia. Ocupou? Por que o uso desse termo militar? Há dois possíveis motivos para isso.

Políticos raramente fogem à tentação de utilizar metáforas bélicas quando estão se referindo às drogas. Sempre pode sobrar algum dividendo político de se dizer parte de uma "guerra às drogas".

Vários líderes mundiais se reuniram recentemente para apontar que a lógica de guerra fracassou. É hora de produzir políticas mais inteligentes, que causem menos danos à sociedade. Infelizmente, muitos insistem em não perceber isso.

O segundo motivo, que me parece o principal neste caso, é uma tentativa de aproveitar o impacto positivo das ocupações em favelas cariocas e tentar colar nessa imagem.

Mas é preciso perceber que a lógica por trás das UPPs é diametralmente oposta à lógica da ocupação da cracolândia. Os problemas são radicalmente diferentes e merecem soluções distintas.

As UPPs vêm para enfrentar um problema de segurança pública: uma ocupação militarizada dos morros cariocas por organizações criminosas. Essa ocupação produzia violência e atingia frontalmente a liberdade dos moradores. O êxito dessa iniciativa veio quando o secretário de Segurança disse clara-

mente que aquela não era uma operação para erradicar as drogas. O objetivo era diminuir a violência e recuperar o espaço das favelas para a cidade.

Esse foco preciso produziu uma política que tem combinado ações policiais com ações sociais. Com os percalços naturais de uma política pública tão complexa, ela está atingido o seu objetivo.

Mas, no caso da cracolândia, em São Paulo, o problema não é de segurança pública.

É um problema de saúde pública, agravado pela profunda exclusão social dos usuários de crack. Utilizar a polícia para tratar uma questão que não é de segurança pública tem poucas chances de sucesso. Em todas as experiências internacionais bem-sucedidas de promoção da saúde para usuários de drogas, o afastamento da polícia permitiu uma abordagem mais profunda por parte de profissionais da saúde e de assistência social.

O exemplo mais proeminente foi o de Portugal. Dez anos após a descriminalização do porte de pequenas quantidades, o país conseguiu, sem aumentar o consumo, aumentar de forma expressiva o acesso à saúde dos usuários.

No caso da cracolândia, é evidente que a presença da polícia reduz as chances de uma política de aces-

so à saúde.

Mesmo a ideia inicialmente apresentada, de que a polícia pode acabar com o tráfico na região, foi já desmentida pelo comandante da Polícia Militar na região central. Ele afirmou ser "utopia" dizer que é possível atingir tal feito.

Até porque essa separação tão clara entre o traficante e o usuário não é real. Uma parte significativa dos usuários de crack, em algum momento, já venderam a droga para sustentar o seu vício. Mas, mesmo nesses casos, a abordagem policial não resolve o problema. Apenas esconde.

A solução para a cracolândia não passa por viaturas e revólveres. Ela passa por consultórios móveis, com profissionais bem capacitados para dar atendimento aos usuários. Passa também por uma política consistente de assistência social para os moradores de rua.

Querer exportar o modelo carioca para a cracolândia é usar uma estratégia de segurança pública para lidar com um problema de saúde. É tão eficiente quanto utilizar metralhadoras para acabar com mosquitos da dengue.

PEDRO ABRAMOVAY, 33, é professor da Escola de Direito da FGV do Rio de Janeiro e coordenador do site www.bancodoinjusticas.org.br; foi secretário nacional de Justiça (2010)

FOLHA DE S. PAULO

Vingança motivou atentado contra juíza, suspeitam TJ e polícia

14 JAN 2012

'Apuramos que seria um problema de guarda de filho', diz presidente do tribunal paulista

O presidente do Tribunal de Justiça paulista, Ivan Sartori, afirmou ontem que pode ter sido vingança o motivo do atentado a bomba contra a juíza Cyntia Andraus Carreta, de Rio Claro (173 km de SP).

"Apuramos que seria um problema familiar, de guarda de filho", disse. "A polícia já tem ideia [do autor], mas não posso dizer quem é para não prejudicar as investigações."

A Polícia Civil confirma. Suspeita que o responsável seja parte envolvida em ação julgada pela magistrada, a quem o artefato estava endereçado.

Segundo o delegado seccional de Rio Claro, Roberto José Daher, a juíza ajudou a indicar suspeitos. "Ela descartou políticos ou advogados de casos que já analisou. Buscamos em outras causas."

Diretora do Fórum e titular da 3ª Vara Cível, Cyntia julga casos de adoção, divórcio, briga de vizinhos e direito do consumidor, por exemplo.

Daher disse que alguns investigados haviam feito ameaças indiretas a ela em e-mails e mensagens em blogs. Foram encontrados ainda textos em blogs que mostram insatisfação com decisões da juíza.

O TJ determinou escolta por tempo indeterminado à juíza, que ontem se reuniu com o presidente do tribunal.

O Fórum reabre na segunda, mas não há previsão de quando a juíza volta a trabalhar. Oficialmente, ela está em licença médica e será substituída temporariamente na direção do Fórum pelo juiz da 4ª Vara Cível, Cláudio Pavão.

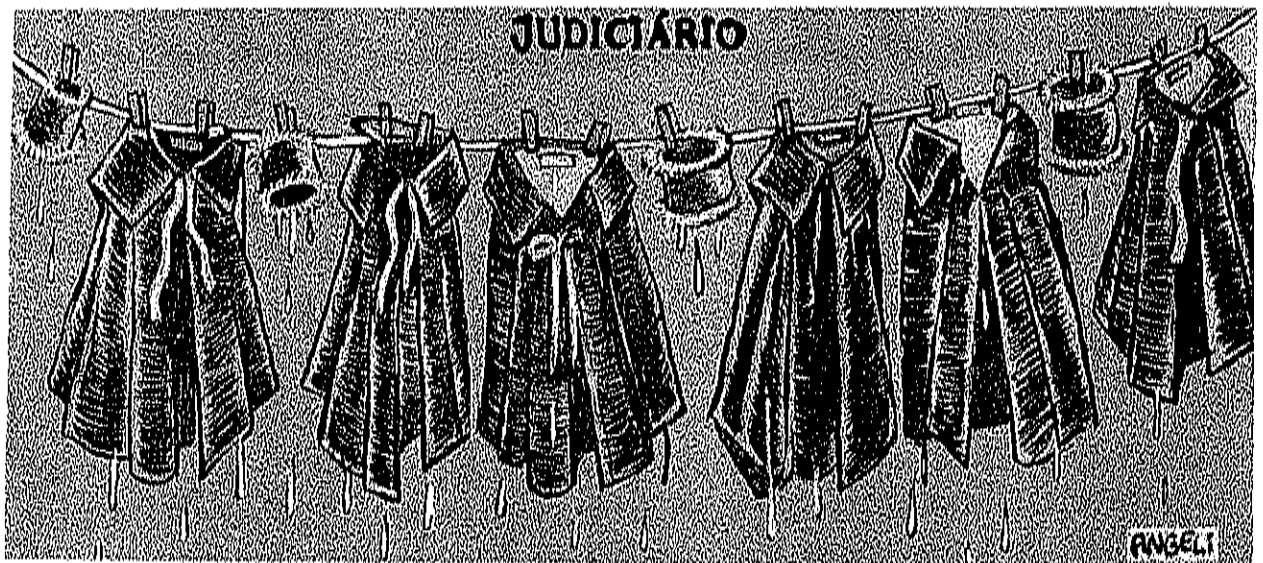
Conforme Pavão, a segurança do prédio será reforçada com mais policiais e mudanças no controle de acesso.

Câmeras de segurança, ainda em fase de instalação, não estavam funcionando no dia do atentado. A polícia vai solicitar gravações de câmeras de estabelecimentos vizinhos.

O funcionário Menotti Razzini, que se feriu ao abrir a caixa, foi transferido do Hospital Unimed. Não há informações sobre seu estado nem o local para onde foi. O outro funcionário ferido, João Alfredo Torres da Silva Melo, já teve alta.

15 JAN 2012

FOLHA DE S. PAULO



FOLHA DE S. PAULO

Secretário da Justiça

propõe 15 JAN 2012

pena de demissão

para juízes

Flávio Caetano defende mudança na legislação para punir magistrados

Novo titular da Secretaria de Reforma do Judiciário diz que aposentadoria compulsória, prevista hoje, 'não é punição'

O novo secretário da Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, Flávio Caetano, 41, defende mudanças na lei para possibilitar a demissão de magistrados que tiverem cometido irregularidades.

Hoje, a maior pena prevista na Lei Orgânica da Magistratura, de 1979, é a aposentadoria compulsória.

"Este é um ponto que realmente tem que ser discutido. A aposentadoria não é tida juridicamente como punição. Pelo contrário, é um direito", disse Caetano à **Folha** na sexta-feira, dia em que assumiu o cargo no ministério.

Antes, ele ocupava a chefia do gabinete do ministro José Eduardo Cardozo.

"Punição é demissão. É a forma como alguém pode ser retirado do serviço público. Para os servidores públicos existe a demissão, não existe a aposentadoria", afirmou.

Criada em 2003, a Secretaria de Reforma do Judiciário foi protagonista na criação do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) e exerce hoje a função de articular os interesses do Judiciário e do governo.

No caso da lei da magistratura, é o STF (Supremo Tribunal Federal) quem tem competência para propor mudanças, mas nada impede que o governo participe do debate.

Atualmente, o presidente do Supremo, ministro Cezar Peluso, esboça um projeto de lei para modificar a legislação, considerada ultrapassada até por setores da magistratura. A expectativa é que ele envie o texto ao Congresso até o final de abril.

'MEXER NO BOLSO'

Ao defender a discussão sobre como efetivamente punir juízes envolvidos em irregularidades, Caetano engrossa o coro pela modernização da lei. No ano passado, a corregedora do CNJ, ministra Eliana Calmon, defendeu que as penas "têm de mexer no bolso" dos magistrados.

Segundo ela, as punições devem também incluir multas e a devolução dos valores obtidos com a venda de sentenças ou outros atos ilegais.

Quando defendeu isso, em novembro, ela também chegou a criticar a demora do Supremo em preparar a nova lei.

MUDANÇA

Com a posse do novo titular, a secretaria vai ter seu nome alterado. Passará de Reforma do Judiciário para Assuntos Judiciários.

Caetano contou que pretende focar projetos que possibilitem uma maior celeridade da Justiça.

"Aquele velho ditado de que a Justiça tarda, mas não falha não tem razão de ser. Só por tardar ela está falhando", disse ele.

Um das primeiras medidas da nova gestão será lançar uma linha de financiamento em parceria o BNDES de R\$ 300 milhões, ainda neste mês, para as defensorias públicas dos Estados.

A ideia é que o defensor monitore por meio de sistema informatizado a execução de penas, desde a prisão até a condenação, para evitar que uma pessoa fique presa além da sentença.

15 JAN 2012

FOLHA DE S. PAULO

ELIANA CANTANHÊDE

Contradições da adolescência

BRASÍLIA— Entramos o ano discutindo questões inéditas, surpreendentes e até apaixonantes. Bem mais do que a queda de ministros.

O SUS e os planos de saúde têm de bancar a retirada da velha e também a colocação da nova prótese de silicone da moça que adora modismos, detesta seios pequenos e agora é vítima de vazamentos e inflamações por falta de controle do governo?

Receber telefonemas e e-mails em casa e nas férias caracteriza ou não hora extra a ser remunerada? Quando, como e em que casos?

Até onde deve ir o CNJ? A ministra Eliana Calmon poderia ou não pedir relatório ao Coal, o órgão de fiscalização financeira do governo? E o que fazer diante das "operações atípicas" de R\$ 856 milhões nas contas de juizes e servidores do Judiciário?

Afinal, as levas de haitianos devem ser recebidas sob a ótica humanitária ou sob os imperativos da lei, da economia e da segurança?

E a cracolândia? Usuários devem ser dispersados com balas de borracha pela polícia ou delegados só a psiquiatras e assistentes sociais?

São questões polêmicas, que dividem opiniões, mexem com emoções e cultura de cada um. Os prós e contras se atropelam atabalhoadamente na internet e descambam para a agressão a quem, simplesmente, pensa diferente. Os nervos estão à flor da pele.

Mulheres tratam os riscos do silicone como questão de gênero, patrões e empregados reavivam a luta de classes em torno de e-mails, juizes se sentem no banco dos réus, haitianos viram cobaias de um previsível movimento migratório rumo ao Brasil. E a cracolândia deixa de ser problema de saúde e segurança para virar palanque político.

Se tudo isso é ruim? Não, pelo contrário. São apenas sintomas de que o Brasil cresce e aparece, e a sociedade participa, questiona e influencia. Enquanto a Europa sofre o "estresse sistêmico" da velhice, o Brasil vive as contradições da adolescência: não é mais criança, mas está longe de ser desenvolvido.

PAINEL DO LEITOR

Judiciário

Se o CNJ (Conselho Nacional de Justiça) não pode investigar os magistrados — como idealiza o ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal — quem é que pode exercer esse papel fundamental em defesa dos interesses dos cidadãos brasileiros? Como diria o macaco Sócrates, do saudoso humorístico "Planeta dos Homens": "Não precisa explicar, eu só queria entender!".

RONALDO GOMES FERRAZ (Rio de Janeiro, RJ)

Ministra Eliana Calmon, a nação brasileira lhe agradece, neste sufocante calor, pela feliz e corajosa ideia de ligar o ventilador.

AMÉRICO CÂMERA (São Paulo, SP)

15 JAN 2012

FOLHA DE S. PAULO

CONTRACHEQUES

na balança

Comparação mostra distância entre **benefícios de trabalhador** da iniciativa privada e aqueles concedidos a **magistrados e congressistas**

RANIER DRAGON
EDITOR-ASSISTENTE DE "PODER"
PAULO GAMA
DE SÃO PAULO

Dois meses de férias, além de uma folga extra no fim de ano. Aposentadoria com salário integral, estabilidade no emprego, carro com motorista e um "cotão" mensal pra torrar com restaurantes, jatinhos e uma série de coisas.

Esse são alguns dos benefícios que fazem parlamentares e magistrados figurarem desde muito como alguns dos

mais bem aquinhoados trabalhadores do país.

O extra de deputados e senadores, por exemplo, engorda seus já altos salários — o teto do funcionalismo — em até 190%. No Judiciário, os 60 dias de férias não inibem "emendões" como os 18 dias de folga concedidos pelo Tribunal de Justiça de São Paulo no fim do ano.

Mas especialistas enxergam, apesar de tudo, luz no fim do túnel para os submetidos à velha CLT, a bíblia das relações privadas de trabalho

edificada no longínquo 1943.

Wadih Damous, presidente da OAB-RJ, cita a possibilidade de negociações coletivas com empregadores, opção vedada ao funcionalismo.

"E eu tenho certeza de que um advogado top ganha mais do que um ministro do Supremo Tribunal Federal", lembra do alto de sua singular experiência dentro e fora dos três Poderes o ex-funcionário da iniciativa privada, ex-servidor, ex-juiz e ex-deputado federal Flávio Dino, 43, por ora presidente da Embratur.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

15 JAN 2012

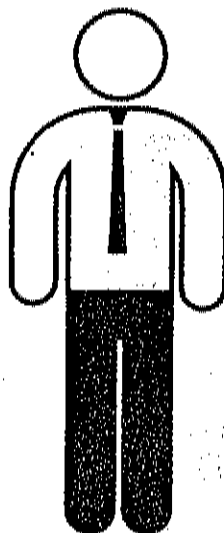
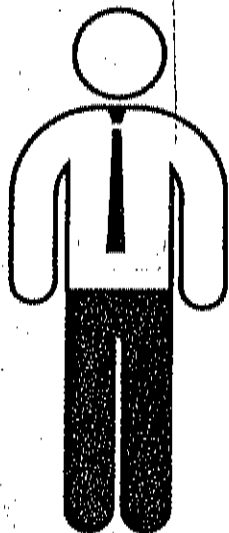
✓
possui benefício

✗
não possui benefício

FUNCIONÁRIO DA INICIATIVA PRIVADA

SERVIDOR PÚBLICO DO EXECUTIVO FEDERAL

VEREADOR DA CIDADE DE SÃO PAULO



SALÁRIO

R\$ 1.434,5

Salário médio do setor privado segundo o IBGE

R\$ 2.598,30

Salário médio do setor público segundo o IBGE

R\$ 9.288,05¹

130

13º SALÁRIO



OUTROS SALÁRIOS



AUXÍLIO-MORADIA



PRINCIPAIS BENEFÍCIOS

> **Fundo de Garantia** do Tempo de Serviço com adicional de 40% em caso de demissão
> **Férias remuneradas** com adicional de 1/3
> **Aviso prévio** proporcional em caso de demissão
> **Vale-transporte**, com desconto de no máximo 6% do salário

> **Estabilidade** depois de três anos na função
> **Licença-prêmio** (três meses a cada 5 anos)
> **Gratificação natalina** (1/12 do salário)
> Pode ter ajuda de **custo para mudança** (até três salários)

> Cota mensal de **R\$ 16.359,48** para gastos como telefone, deslocamentos, assinatura de jornais, divulgação do mandato, entre outros

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

15 JAN 2012



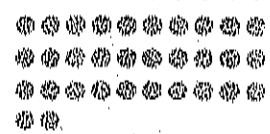
FÉRIAS
REMUNERADAS
E RECESSOS



30 dias, com adicional
de 1/3 do salário

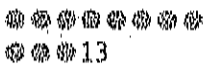


30 dias, com adicional
de 1/3 do salário



62 dias

FERIADOS E
PONTOS
FACULTATIVOS



13



16



16



APOSENTADORIA

R\$ 1.434,5



Atendidas algumas
regras, recebe o
salário integral,
com o teto do INSS
como limite
(R\$ 3.916,20)

R\$ 2.598,30



Atendidas algumas
regras, recebe o
salário integral,
mesmo que seja
maior que o teto
do INSS

R\$ 3.916,20



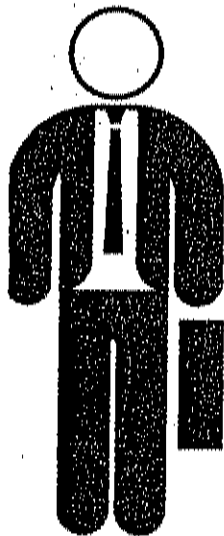
Não há regime
próprio; contribui
com o teto do INSS

DEPUTADO
ESTADUAL
DE SP

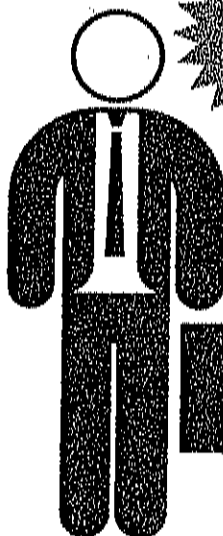
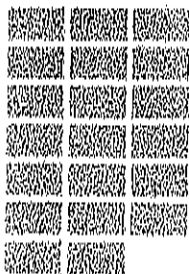
DEPUTADO
FEDERAL

SENADOR

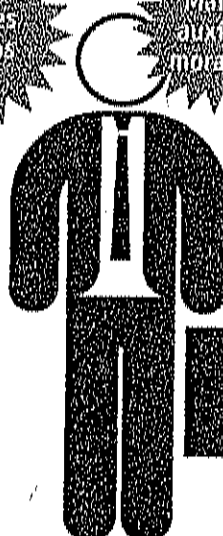
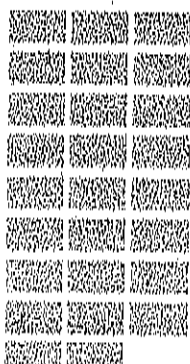
DESEMBARGADOR
DO TRIBUNAL DE
JUSTIÇA DE SP



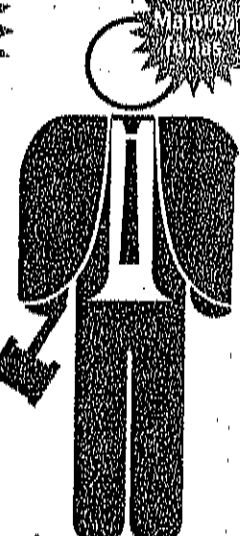
R\$ 20.042,34



R\$ 26.723,00



R\$ 26.723,00



R\$ 24.117,62



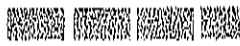
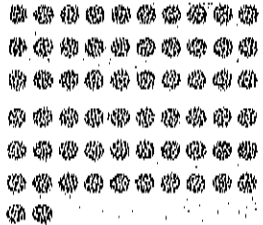
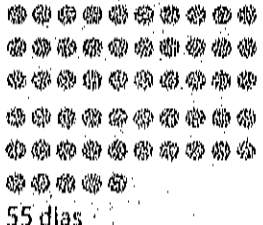
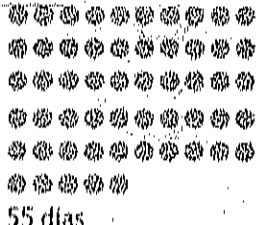
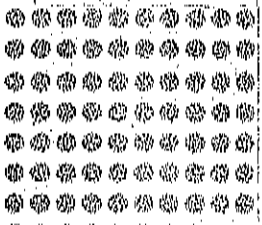
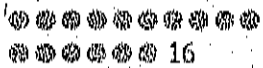
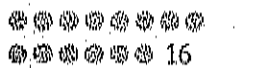
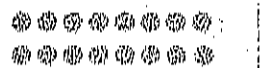

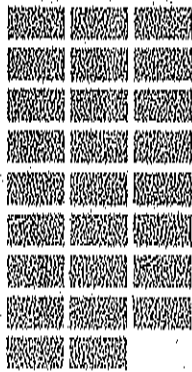
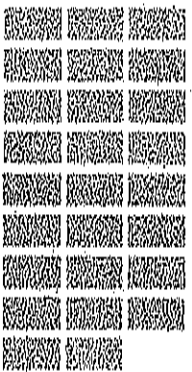
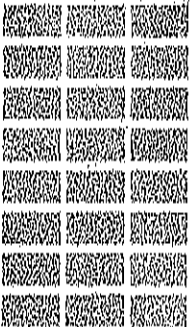


CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

15 JAN 2012

✓ ✗	✓	✓	✗
✗	✓	✓	✗
	14º e 15º, totalizando R\$ 53.446 ³	14º e 15º, totalizando R\$ 53.446 ³	
R\$ 2.250 	R\$ 3.000  Ou apartamento funcional	R\$ 3.800  Ou apartamento funcional	> Para equiparar salário com outros Poderes, auxílio foi incorporado
> Cota mensal de R\$ 23.050,00 para o mesmo tipo de despesa dos vereadores no exercício do mandato > Carro oficial	> Cota mensal de R\$ 23.033,13 a R\$ 34.258,50 para gastos com passagens aéreas, combustível, alimentação, telefone, entre outros > Reembolso de despesas médicas	> Cota mensal de R\$ 6.700 a R\$ 42 mil para gastos do mesmo tipo dos deputados > Reembolso de despesas médicas > R\$ 500 para telefone fixo > Ressarcimento de conta de celular > Carro com motorista	> Cargo vitalício e estabilidade > Licença-prêmio (90 dias a cada 5 anos) > Abono de permanência (11% do salário se continuar trabalhando além da data em que poderia se aposentar)
 62 dias	 55 dias	 55 dias	 78 dias, com adicional de 1/3 do salário
 16	 16	 16	 20
R\$ 3.916,20  Não há regime próprio; contribui com o teto do INSS	R\$ 26.723,00  Atendidas algumas regras, recebe o salário integral	R\$ 26.723,00  Atendidas algumas regras, recebe o salário integral	R\$ 24.117,62  Atendidas algumas regras, recebe o salário integral

¹ 13º e aumento para R\$ 11.393 foram aprovados em 2011, mas estão suspensos

² Recebia 14º e 15º como ajuda de custo, mas foram suspensos em 2011

³ Salários extras como ajuda de custo, recebidos no começo e no final do ano

⁴ Apenas se exercer função comissionada em cidade diferente da original

15 JAN 2012

FOLHA DE S. PAULO

STF poderá rever regras para deficientes

Caso aprovada, ação do Pão de Açúcar abrirá precedente contra rigidez da lei que prevê contratações pelas empresas

STF pode facilitar a contratação de deficientes

O STF julga ação do Pão de Açúcar que poderá facilitar contratação de deficientes. O grupo diz que cumpria a cota exigida, mas foi autuado porque os procuradores só contabilizaram deficientes com carteirinha do INSS.

A ação pede que o reconhecimento não seja exclusividade do órgão.

Somente 25% das empresas conseguem preencher as cotas; total de contratados está em queda

O STF (Supremo Tribunal Federal) votará nos próximos meses uma ação que poderá instituir a flexibilização das regras para a contratação de deficientes pelas empresas.

Hoje elas são obrigadas por lei a reservar cotas para deficientes sob pena de multa.

A ação é um recurso movido pelo Pão de Açúcar no STF contra o Ministério Público do Trabalho, que autuou a rede Sê, adquirida pelo grupo, por descumprimento das cotas há dez anos.

A empresa diz ter cumprido a lei e que foi multada porque só consideraram como deficientes aqueles com atestado do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social).

Caso seja julgado em favor do grupo, o recurso abrirá precedentes ao empresariado que hoje reclama da rigidez da legislação.

Segundo o Ministério do Trabalho, somente 25% das empresas conseguem preencher as cotas. A lei vale para companhias com mais de cem funcionários e define que entre 2% e 5% do total têm de ser deficientes habilitado pelo INSS. O índice varia com o porte da empresa.

A legislação também define os tipos de deficiência, excluindo as consideradas "mais leves" — diferenciação que as empresas consideram "inconstitucional".

Resultado: entre 2007 e 2010, o número de deficientes contratados passou de 348,8 mil para 306 mil, uma queda de 12%, segundo o Ministério do Trabalho. No mesmo período, os registros em carteira tiveram alta de 17%.

FALTA MÃO DE OBRA

Além dessas restrições, o empresariado reclama da escassez de deficientes capacitados para o trabalho.

No último Censo, 24% da população declarou possuir algum tipo de deficiência.

Em Joinville (SC), por exemplo, onde 12% da população declarou-se deficiente, pesquisa feita pelo Sesi (Serviço Social da Indústria) revelou que somente 0,76% estaria apto. Em Blumenau, esse índice foi de 0,9%. Na cidade, 12% da população disse ter deficiência.

"Existe o problema da qualificação, mas estamos em uma fase de transição", diz Loni Manica, gestora nacional do programa Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) de Ações Inclusivas que já capacitou 76 mil deficientes. "Mais da metade está empregada."

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

MENOS DEFICIENTES CONTINUAÇÃO

Lei prevê cotas, mas as empresas não conseguem preenchê-las



EMPRESAS
Número total
de funcionários



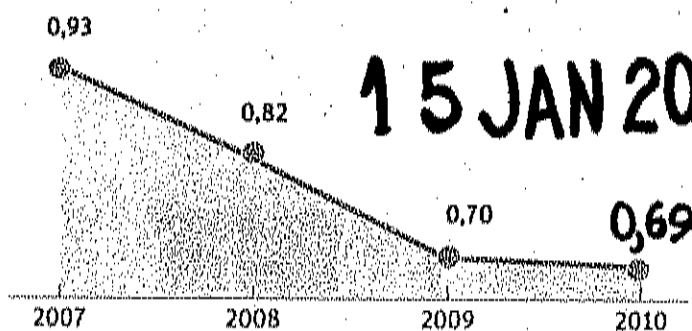
NA LEI
% de funcionários
deficientes que as
empresas deveriam ter



NA REALIDADE
% de funcionários defi-
cientes que as empresas
têm, em média

EMPRESAS	NA LEI	NA REALIDADE
100 a 249	2	1,03
250 a 499	3	1,29
500 a 999	4	1,24
mais de 1.000	5	0,8

DEFICIENTES CONTRATADOS, EM % DO TOTAL



**25% das
empresas**
do país cumprem a
lei das cotas

Fontes: Espaço Cidadão, Observatório do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região, Raís 2010

Cumprimento de cota daria emprego a 937 mil deficientes

Instituições e empresas que fazem recrutamento de trabalhadores estimam que o país teria 937 mil vagas preenchidas por deficientes caso a lei 8.213, batizada de Lei de Cotas, fosse cumprida. Hoje, só 306 mil são registrados, um terço do exigido.

"A lei existe há 20 anos. As empresas já tiveram tempo para se adaptar", diz Carlos Aparício Clemente, coordenador do Espaço Cidadania, que atende a Grande São Paulo. "O problema é que diversas empresas recorrem à Justiça dizendo que não encontram profissionais qualificados no mercado."

O IBDD (Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência) diz que a escassez de profissionais no mercado é um falso argumento. "Sempre conseguimos atender aos pedidos das empresas", diz a superintendente Teresa Costa d'Amaral.

Com 12 mil currículos cadastrados (a maioria de nível superior completo), a Page Personnel diz que o problema é o preconceito. "Além disso, as empresas não sabem

o que fazer com um deficiente no ambiente de trabalho", diz Danilo Castro, diretor da Page Personnel.

Resultado: insatisfação. Em São Paulo, 64% dos contratados estão frustrados, segundo uma pesquisa feita pela Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) para a Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo. Sete entre dez disseram nunca ter recebido uma promoção.

PLANO DE CARREIRA

Mas há exceções. Em 2010, o laboratório Fleury contratou Eric Mooser, 34, para coordenar o atendimento de uma unidade na capital paulista. Mooser, que não tem uma parte do antebraço esquerdo, foi promovido no ano passado a supervisor das unidades de Campinas e Jundiaí.

Na Positivo Informática, os deficientes também têm plano de carreira, como qualquer funcionário. "A nossa preocupação não é só cumprir as cotas," diz Hélcio Tessano, diretor de RH. "O objetivo é incluir de verdade."

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

ANÁLISE

Inclusão depende também de adaptação do resto da equipe

JAIRO MARQUES
COLUNISTA DA FOLHA

15 JAN 2012

No escritório, um assessor jurídico cego tenta trabalhar, mas, como não há um programa que faz a leitura da tela do computador, passa o dia jogando palavras cruzadas em braille.

A moça, quase surda, do telemarketing, pelega para conseguir entender o cliente que fala "baixinho". O auxiliar de almoxarifado, cadeirante, não vê a hora de acabar o expediente. O banheiro da firma não tem adaptação.

Empresas se apressam para tentar, de qualquer modo, promover o que acreditam ser inclusão e evitar serem feridas no bolso, tomando multas por não cumprir a Lei de Cotas.

Por trás dessas ações, pessoas com deficiência deixam de ser cidadãos e profissionais para servir de escudo legal.

O espírito da garantia ao trabalho àqueles que possuem limitações físicas, sensoriais e intelectuais é digno de reverência, uma vez que pretende dar dignidade a quem teve uma vida de exclusão social e que é alvo fácil de análises ligeiras de suas capacidades.

Mas, em um país onde apenas nos últimos anos esses cidadãos começaram a sair de casa e a ter seus direitos reconhecidos —inclusive pelo Estado—, é razoável que haja alguma dificuldade de adequação e cumprimento das normas.

Também é possível considerar a existência de algum grau de limitação para encontrar esses profissionais habilitados, uma vez que falta de qualificação é realidade geral no Brasil.

Botar uma pessoa com um cão-guia dentro de uma empresa envolve bem mais do que comprar uma tigelinha com a inscrição "Lulu". É preciso saber em qual setor ela pode e tem capacidade de atuar de maneira satisfatória, alertar os colegas sobre possíveis diferenças na realização de um trabalho e preparar o ambiente para a atuação dela.

Cotas devem ser para valorizar diferenças e promover justiça social, mas é preciso pensá-las com planejamento e dar alternativas de compensação para casos de dificuldades flagrantes de contrato.

16 JAN 2012

FOLHA DE S. PAULO

Estados apertam Orçamento para pagar benefícios a juízes

Passivo da década de 90 obriga governos a programar despesa extra até 2016

Promotores também têm direito a receber repasses retroativos por auxílio-moradia; RS já recorreu para não pagar

Centro da polêmica que opõe magistrados de São Paulo ao CNJ (Conselho Nacional de Justiça), benefícios atrasados desde os anos 90 e reivindicados por juízes e promotores se tornaram um fardo nas contas de outros Estados e têm obrigado governos a fazer manobras em seus Orçamentos.

Há casos em que nem foi calculado o tamanho das dívidas, nas quais incidem também juros e correção monetária. A Federação dos Servidores do Judiciário fala em "bilhões" de reais pendentes.

No Ceará, o Ministério Público elaborou um cronograma para quitar os atrasados até 2016. Conforme o planejamento, neste mês os promotores e procuradores estão recebendo uma parcela que deveria ter sido incluída no salário em agosto de 1995.

Para arcar com a despesa extra, o governo de Cid Gomes (PSB) abriu um "crédito especial" de R\$ 10,3 milhões no Orçamento em outubro passado. Sem o adicional, os procuradores cearenses já ganhariam R\$ 24,1 mil ao mês.

O governo do Tocantins reservou R\$ 13,6 milhões para cobrir os atrasados em 2012. Na Paraíba, um projeto na Assembleia remaneja R\$ 4,8 milhões para pagar os benefícios. No Rio Grande do Norte, o governo deslocou R\$ 600 mil para este fim em 2011.

CONTESTAÇÃO

No Rio Grande do Sul, o governo de Tarso Genro (PT), que sofre pressão de servidores por reajustes, tenta evitar a despesa extra e já recorreu, em outubro passado, ao Tribunal de Contas do Estado.

O argumento é que o passivo já estaria prescrito e que os pagamentos seriam direito apenas de juízes federais. O governo afirma que a obrigação de quitar a dívida gera "grave prejuízo ao erário".

Em 2010, o Estado desembolsou em um mês R\$ 2,5 milhões com o pagamento de benefícios retroativos apenas para o Tribunal de Justiça.

Em Roraima, a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2012 estima os gastos com o pagamento de benefícios atrasados em R\$ 8,5 milhões.

Foi preciso criar um artifício para escapar de um artigo que limita o aumento das despesas do Estado com a

Promotoria e o Judiciário.

O secretário estadual do Planejamento, Haroldo Amóras, afirma que a dívida leva o Estado a deixar de aproveitar "outras oportunidades".

"Mas é uma imposição legal, tem que cumprir a exigência. Normalmente, o Executivo não contesta, apenas se discute o fluxo de caixa, como fazer isso", diz.

Em São Paulo, o Tribunal de Justiça afirma que sua dívida com servidores e magistrados supera R\$ 3 bilhões.

O desembargador Roberto Bellocchi, ex-presidente da corte, aprovou para si próprio um pagamento de R\$ 1,5 milhão no biênio 2008-2009. Outros 28 magistrados têm pagamentos investigados.

Em dezembro, o STF (Supremo Tribunal Federal) paralisou investigação do CNJ que apurava privilégios nos pagamentos. O conselho não questiona a legalidade do passivo, e sim o seu pagamento em condições privilegiadas a alguns magistrados.

CONTINUA

16 JAN 2012
FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

“ Mas [o pagamento da dívida] é uma imposição legal, tem que cumprir a exigência. Normalmente, o Executivo não contesta, apenas se discute o fluxo de caixa

HAROLDO AMÓRAS
secretário estadual de Planejamento do Roraima

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTA MILIONÁRIA CONTINUAÇÃO

Estados têm de pagar passivos dos anos 90 à Justiça e ao Ministério Público

16 JAN 2012



O BENEFÍCIO

A "Parcela Autônoma de Equivalência" é um adicional que os juízes conseguiram agregar como forma de equiparar seus ganhos aos de deputados federais



EXTENSÃO

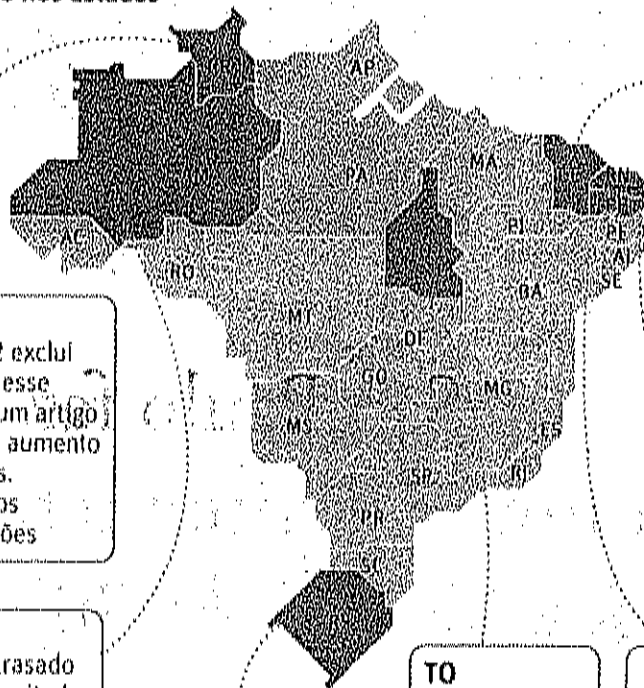
Com a decisão do STF, em meio a uma ameaça de greve dos juízes em 2000, os magistrados recorreram para receber também de maneira retroativa



MINISTÉRIO PÚBLICO

O benefício acabou estendido a procuradores e promotores. Só com juízes do Trabalho, foram gastos ao menos R\$ 150 milhões no ano passado

O pagamento nos Estados



RR

Lei de 2012 exclui gastos com esse passivo de um artigo que limita o aumento de despesas. São previstos R\$ 8,5 milhões

AM

Benefício atrasado só deve ser quitado em até 15 anos e soma R\$ 40 milhões, diz o Ministério Público

RS

Governo diz que benefício prescreveu, recorre para não pagar e diz que há "grave prejuízo ao erário"

TO

O Estado já reservou R\$ 13,6 milhões do Orçamento de 2012 para pagar a parcela

PB

Projeto na Assembleia remaneja R\$ 4,8 milhões para pagar esse adicional atrasado

CE

O governo abriu um crédito de R\$ 10,3 mi em outubro para pagar o polêmico passivo ao Ministério Público e ao TJ. Há previsão de pagamentos até 2016

RN

O governo remanejou em 2011 R\$ 600 mil para pagar a dívida

R\$ 1,5 milhão

foi o valor pago ao ex-presidente do TJ-SP, Roberto Bellocchi, por benefícios atrasados

29 magistrados

do tribunal paulista têm pagamentos sob investigação

Fontes: Governos estaduais e Ministério Público

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Juiz acha que 'nunca vai receber', diz presidente da AMB

O presidente da AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros), Henrique Nelson Calandra, afirma que o pagamento de benefícios atrasados é "legal e constitucional", mas esbarra nas limitações de orçamento do Judiciário.

Ele reclama da demora nos Estados para quitar dívidas, retroativas à década de 90.

Segundo Calandra, que é desembargador do Tribunal de Justiça paulista, poucos magistrados têm a perspectiva de receber o passivo a curto prazo, já que os tribunais têm de respeitar o limite de 6% nos gastos com pessoal.

"A gente fica olhando para a dívida, mas sabendo que nunca vai receber", afirma.

No caso do Ministério Público, segundo Calandra, o pagamento dos atrasados é menos complicado porque são menos os beneficiários.

Para o representante dos juizes, o argumento do governo do Rio Grande do Sul de que a dívida já estaria prescrita não tem fundamento.

Ele diz que a "maior parte" do passivo devido aos magistrados demora tanto a ser quitada que o dinheiro acaba indo para pensionistas.

O benefício, chamado de "parcela autônoma de equivalência", é relativo a um auxílio-moradia que só era pago os deputados federais.

Em 2000, sustentando necessidade de "isonomia", o então ministro do STF Nelson Jobim determinou que magistrados recebessem o direito.

Houve efeito cascata, e o auxílio retroativo se estendeu ao Ministério Público.

16 JAN 2012

16 JAN 2012

FOLHA DE S. PAULO

Além dos padrões

Relatório sobre operações financeiras de membros do Judiciário não prova irregularidades, mas sugere necessidade de investigação

Não constituem, por si, prova de irregularidades as movimentações financeiras "atípicas" identificadas em contas bancárias de pessoas físicas ou jurídicas.

Um depósito mais elevado que o habitual pode ser fruto de doação, herança ou transação comercial perfeitamente lícita. Deve-se considerar, portanto, com cautela o relatório do Coaf — órgão ligado ao Ministério da Fazenda que monitora essas operações — relativo à vida bancária de membros do Judiciário.

A peça, que abrange o período de 2000 a 2010, foi encaminhada ao Supremo Tribunal Federal pela corregedora Eliana Calmon, do Conselho Nacional de Justiça.

O intuito é rebater a acusação, levantada por entidades de classe, de que o órgão teria violado o sigilo financeiro de magistrados — uma vez que o documento não identifica nenhum indivíduo. Ao mesmo tempo, o CNJ procura reiterar a existência de indícios que justificariam a continuidade de apurações interrompidas provisoriamente por decisão de membros do STF.

Como se sabe, o ministro Ricardo Lewandowski concedeu liminar que priva o CNJ do poder de investigar a vida financeira de juízes, por considerar que deveria protegê-los de eventual violação. Já o ministro Marco Aurélio Mello, em outra liminar que restringiu a atuação do órgão, entendeu que

magistrados não poderiam ser alvo de apurações por parte do Conselho sem que antes fossem investigados pelas corregedorias dos tribunais em que atuam.

O documento apresentado por Calmon traz, sem dúvida, situações que pedem esclarecimentos.

Três pessoas, por exemplo, duas delas vinculadas ao Tribunal de Justiça Militar de São Paulo e uma ao Tribunal de Justiça da Bahia, movimentaram R\$ 116,5 milhões em um único ano — 2008. Em 2002, alguém ligado ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, no Rio, movimentou R\$ 282,9 milhões.

Além disso, sempre segundo o relatório, R\$ 274,7 milhões das movimentações consideradas atípicas, num total de R\$ 856 milhões, foram realizadas em dinheiro vivo.

Se nada é conclusivo, constata-se, ao menos, a existência de operações questionáveis. O documento junta-se, assim, a outros levantamentos de ações suspeitas, como os pagamentos privilegiados feitos a juízes, por parte do Tribunal de Justiça de São Paulo — que promete encontrar meios para corrigi-los.

É natural que as investigações do CNJ despertem temores e reações corporativas no Judiciário. O Conselho não deve, por certo, acumular poderes ilimitados, mas seria um retrocesso reduzir sua autonomia para acompanhar o desempenho administrativo de juízes e tribunais.

É de esperar que, ao retornar do recesso, o STF, que decidirá sobre a extensão das atribuições do CNJ, vote a favor da prerrogativa do órgão de abrir investigações quando considerá-las necessárias.

16 JAN 2012
FOLHA DE S. PAULO

PAINEL DO LEITOR

CNJ

Recentemente, como presidente da Apamagis (Associação Paulista dos Magistrados), usei a expressão "quem não deve não teme", acrescentando que não se pretende obstar as atividades próprias do CNJ. Cabe reafirmar que isso decorre da convicção de que a Corregedoria de Justiça de SP exerce exemplarmente suas funções. Os raríssimos casos de desvios de conduta contaram com firme atuação da Corregedoria, muitas vezes mais rigorosa que o próprio CNJ.

Dito de maneira direta e clara: os magistrados paulistas apoiam qualquer ação voltada ao aperfeiçoamento e à fiscalização, o que nem de longe se coaduna com o desrespeito às leis e à Constituição, que estabelecem balizas importantes como limites da competência entre Poderes e órgãos, a presunção de inocência e, especialmente, a necessária ponderação nas manifestações.

No Estado de Direito, ninguém está acima da Constituição. Por isso, a Apamagis estende apoio aos ministros do STF e confia que as ações que visam evidenciar os limites de atuação do CNJ e das Corregedorias serão julgadas de maneira serena, independente e com os olhos voltados ao melhor para o Brasil e para a cidadania.

ROQUE MESQUITA, desembargador e presidente
da Apamagis (São Paulo, SP)

FOLHA DE S. PAULO

PAINEI 16 JAN 2012

Licença para contratar

Além de reivindicar as custas judiciais hoje recolhidas ao governo estadual, a nova gestão do TJ-SP elegeu como prioridade a criação de 2.199 cargos de assistentes para juizes de primeira instância, que poderão, por exemplo, atuar na redação de sentenças. Pronto para votação na Assembleia paulista, projeto de lei de autoria do Judiciário prevê o preenchimento das vagas sem concurso público e por indicação dos magistrados.

Se implantada integralmente pelo tribunal, investido pelo Conselho Nacional de Justiça por pagamentos irregulares a desembargadores, a medida resultará em despesas anuais avaliadas em R\$ 120 milhões.

Sobrecarga Em média cada juiz de primeira instância tem sob seus cuidados 9,4 mil processos. Os desembargadores do TJ, responsáveis pelo julgamento dos recursos, já contam com assistentes para preparar seus votos.

Em família Entidades representativas dos servidores do Judiciário apontam o risco de nepotismo cruzado e sustentam que, na prática, juizes já usam escreventes de cartórios como auxiliares.

MONICA BERGAMO

MISSÃO ESPECIAL

O deputado Protógenes Queiroz (PC do B) lançou a revista "Protógenes Contra a Corrupção". O primeiro exemplar traz entrevista com o próprio. Ele conta que tinha "missão expressa do gabinete presidencial" de Lula para fazer a Operação Satiagraha, que em 2008 prendeu o banqueiro Daniel Dantas. O gabinete "percebeu que a República estava ameaçada" e escolheu Protógenes pelo "histórico de nunca ter falhado nas missões".

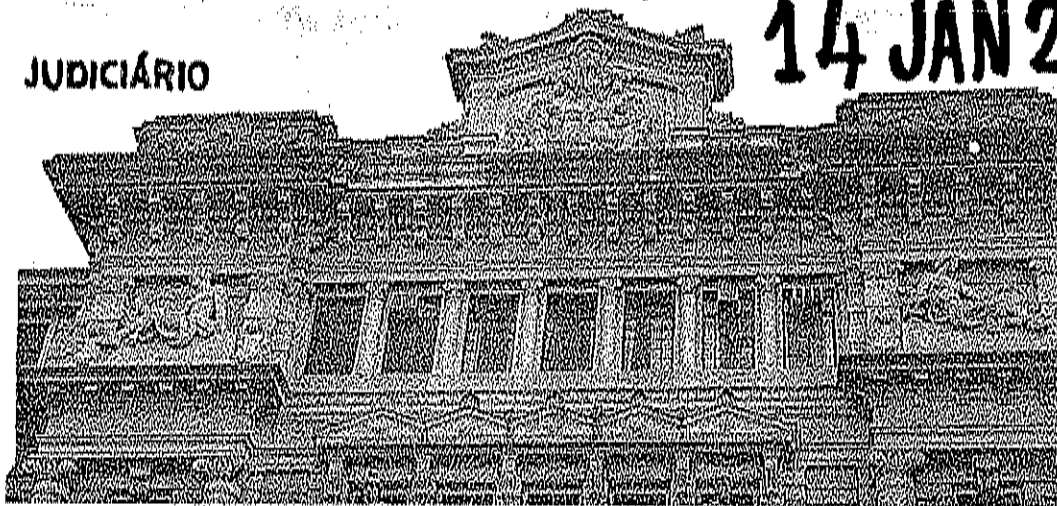
MISSÃO ESPECIAL 2

A revista publica cordel em homenagem a Protógenes: "Com delegado afastado/A coisa não anda boa/ Em missão presidencial/ Largaram o cara à toa (...). A Missão Satiagraha/ Reprimiu grande banqueiro/ um grandão que parecia/ intocável por dinheiro/ Porém no final termina/ Com ministro que fulmina/ com ar de pipoqueiro". A Satiagraha foi anulada por ministros do STJ, que consideraram suas provas irregulares.

GAZETA DO POVO

14 JAN 2012

JUDICIÁRIO



Tribunal de Justiça de São Paulo: Conf registrou movimentação financeira atípica que totalizaram R\$ 169,7 milhões.

Juízes de SP têm 30 dias para explicar movimentações

Órgão de controle diz
que tribunal paulista
é o que tem maior
volume de
movimentações
"atípicas". Em todo
o país, são
R\$ 856 milhões

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

14 JAN 2012

O Tribunal de Justiça (TJ) de São Paulo estipulou prazo de 30 dias para que os juízes apresentem as declarações de bens dos últimos cinco anos. As informações são da Agência Brasil. Segundo relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), entre 2000 e 2010 foram registradas em São Paulo movimentações financeiras atípicas de pessoas ligadas ao Judiciário que totalizaram R\$ 169,7 milhões.

A cifra coloca São Paulo como o estado com maior número de operações que fogem dos padrões da norma bancária e do sistema nacional de prevenção de lavagem de dinheiro. Em todo o país, o Coaf encontrou R\$ 855,7 milhões em operações suspeitas envolvendo membros do Judiciário.

Os dados foram integrados ao processo que tramita no Supremo Tribunal Federal (STF) que pede o fim das investigações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sobre os ganhos de magistrados e servidores.

O comunicado do TJ paulista, publicado no Diário da Justiça, lembra aos magistrados que deixaram de fazer a declaração que essa é uma obrigação anual determinada pela Lei 8.429 de 1992.

Na documentação, devem ser apresentados bens com indicação das fontes de renda, incluindo companheiros, filhos e outras pessoas que vivam sob dependência econômica do magistrado.

Pagamentos

Ontem, soube-se que mais um pagamento de valor alto a magistrado foi identificado no Tribunal de Justiça de São Paulo. Não foi revelado o nome do contemplado, que recebeu cerca de R\$ 400 mil. É o quinto caso dessa natureza localizado desde que a corte se viu acuada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

"São 5 casos mais graves", declarou o desembargador Ivan Sartori, presidente do TJ paulista, referindo-se aos expedientes que deram amparo à liberação de dinheiro a título de créditos acumulados.

Em dois outros casos, anunciados há duas semanas, dois desembargadores receberam mais de R\$ 1 milhão cada, entre eles o desembargador Roberto Bellocchi, ex-presidente do TJ. "Tivemos alguns créditos anômalos de antecipação de direitos, inclusive férias, que foram pagos parceladamente", disse.

Sartori quer saber minuciosamente como foram autorizados os pagamentos. Ele destacou que, embasado no poder geral de cautela, e no estatuto dos funcionários, o Órgão Especial poderá impor a compensação imediata dos valores — na prática, o corte imediato de parcelas a que os magistrados ainda têm a receber.

SUSPEITAS

OAB cobra investigação

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do Rio de Janeiro, Wadli Damous, afirmou que o Judiciário não pode tolerar suspeitas sobre conduta dos juízes e funcionários.

O comentário foi feito após a informação de que magistrados e servidores movimentaram, entre 2000 e 2010, R\$ 856 milhões em operações financeiras consideradas "atípicas" pelo Coaf, o órgão de inteligência financeira do Ministério da Fazenda.

"O cidadão quando senta à frente de um magistrado em audiência quer ter a certeza de que está diante de um homem ou uma mulher de bem, que dá bom exemplo aos seus concidadãos. Qualquer suspeita em contrário corrói a democracia", disse o advogado.

Para Damous, é fundamental que os suspeitos demonstrem que os valores movimentados são lícitos. "Se não o fizerem, que o façam os presidentes ou os corregedores dos tribunais apontados nas informações do Coaf. Temos o direito de saber, e eles, o dever de informar", disse.

Ele defendeu enfaticamente os pagamentos ao repudiar tese de que seus pares deveriam entrar na agonia dos precatórios que levam até 20 anos para serem quitados. Disse que na Justiça do Trabalho os direitos são prontamente reconhecidos e clamou. "Porque os juízes não podem receber? Chegou o tempo de se valorizar a magistratura, é tempo de parar com os ataques à magistratura. Se existem maus elementos aqui vamos extirpá-los. Aqui é um tribunal aberto." Sartori asseverou que "não houve lesão ao erário, nem à sociedade, porque são créditos devidos aos juízes".

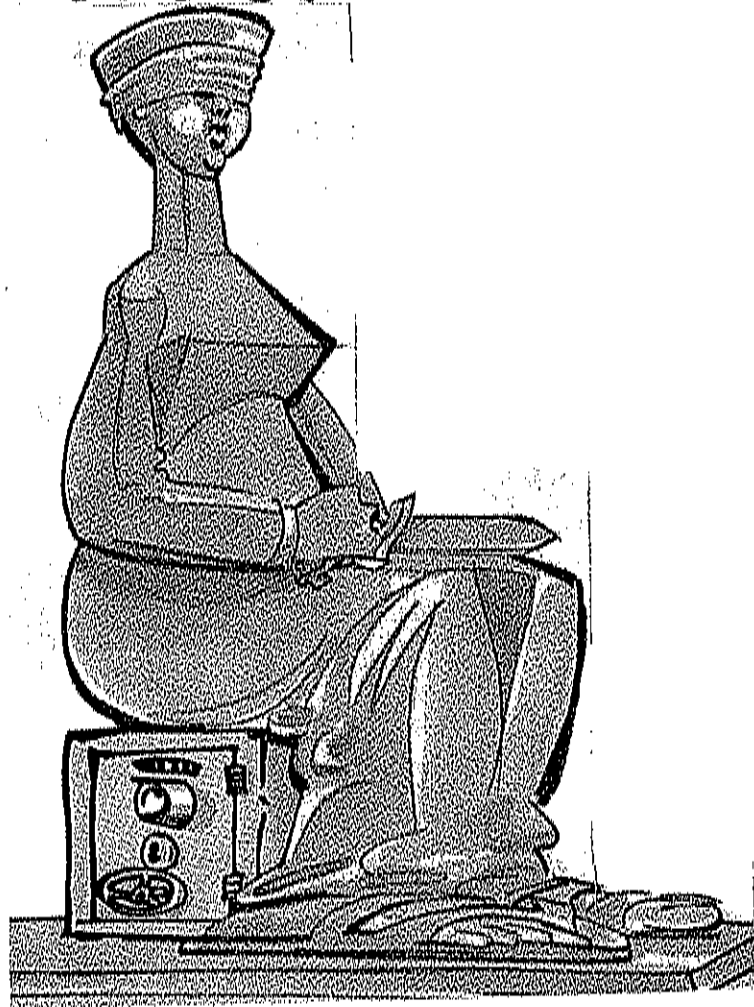
Erro

O Coaf informou ontem que houve erro no relatório de transações atípicas do Judiciário. As informações são da Agência Brasil. O Coaf informa que, na transposição da base de dados recebida para seu sistema, alguns servidores do Tribunal de Justiça de São Paulo constaram como se fossem do Tribunal de Justiça Militar de São Paulo (TJMSP). O relatório informava que o TJMSP era um dos três órgãos do Judiciário que concentravam o maior número de comunicações do Coaf em relação a operações em espécie e operações atípicas.

14 JAN 2012

GAZETA DO POVO

PAIXÃO



GAZETA DO POVO

NOTA POLÍTICA Recadastramento

O TRE vai fazer plantão neste fim de semana para atender os eleitores de Curitiba que ainda não fizeram o recadastramento biométrico – impressão digital. O prazo termina na próxima sexta-feira. Para a eleição em Curitiba utilizar a nova tecnologia, o TSE estipulou que 80% do eleitorado da capital fizesse o recadastramento. Dos cerca de 1,3 milhão de eleitores curitibanos, até ontem 1,05 milhão havia comparecido ao TRE. O atendimento é das 8 horas às 18h30. É preciso levar um documento oficial de identidade com foto e título de eleitor, além de um comprovante de residência. Só serão aceitos os documentos originais. A central do TRE fica na Rua João Parolin, 55, Prado Velho, Curitiba. Os telefones são (41) 3330-8674 e (41) 3330-8673. Há estacionamento próprio e gratuito no local. Para agendar o recadastramento na internet, o eleitor acessar o site do TRE: www.tre-pr.jus.br.

COMBUSTÍVEIS Oito postos tinham lacres violados

■ A força-tarefa do Instituto de Pesos e Medidas do Paraná (Ipep-PR) encontrou lacres violados em bombas de combustível de apenas oito dos 34 postos de Curitiba e Litoral que eram clientes da empresa de manutenção Power Bombas, de Cléber Salazar. A fiscalização, que resultou na interdição de 11 bombas, foi feita entre quinta-feira e ontem. "Vamos passar todas as informações ao Ministério Público, que vai tomar as medidas cabíveis contra esses postos", afirmou o

diretor-técnico do Ipep-PR, Shiniti Honda. Além dos 34 visitados nos últimos dois dias, outros dez postos do Paraná foram fiscalizados pelo Ipep entre segunda-feira e quarta-feira, mas como a análise feita nestas datas foi mais detalhada, o órgão não divulgou quantos apresentaram problemas com lacres. Nos postos catarinenses, a fiscalização será realizada por órgãos locais.

BESSA 14 JAN 2012

Obra para as obras

Os advogados Alfredo de Assis Gonçalves Neto e Leonardo Sperb de Paola são os responsáveis por coordenar e organizar o livro *Manual Jurídico da Construção Civil*. A obra, inédita no segmento editorial brasileiro, vem suprir uma necessidade prática do mercado – o manual aborda 15 temas de interesse dos profissionais da área. Os tópicos foram escritos por advogados atuantes nos diversos ramos, como incorporação imobiliária, responsabilidade civil do empreiteiro, do construtor e do incorporador, regulação urbanística e ambiental, entre outros. O lançamento oficial está previsto para fevereiro, mas a obra já pode ser adquirida no site da Editora Ithala.

...
O livro chega em boa hora, diante do boom do mercado imobiliário.

CASO TIGRE Delegado diz que atirou em legítima defesa

■ O delegado gaúcho Leonel Carivalli, da 1.ª Delegacia Regional Metropolitana, sediada em Gravataí, alegou legítima defesa pelos disparos que fez em uma ação que terminou com a morte de um refém paranaense, o agricultor Lúcio Persch.

A afirmação foi feita no depoimento que Carivalli prestou à Corregedoria da Polícia Civil do Rio Grande do Sul na noite de quinta-feira.

Segundo o delegado Paulo Rogério Grillo, responsável pela investigação do caso, Carivalli afirmou que atirou, após ouvir barulho de estampidos. "Nas investigações não há vestígio de tiro por parte dos sequestradores, mas ele [Carivalli], alegou que ouviu estampidos", diz Grillo.

A partir de agora, Grillo vai reavaliar todas as provas e deve concluir seu relatório sobre o caso na próxima semana.

14 JAN 2012

GAZETA DO POVO

Três alunos do Paraná pedem revisão do Enem

Dois estudantes reclamam da correção da redação e outro, da nota em outras provas

Dentse Drechsel

Três estudantes no Paraná recorreram ao Ministério Público Federal (MPF-PR) para conseguir a revisão de notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Dois deles reclamam da correção da redação e o último da pontuação alcançada em outras provas. Até agora, 71 alunos no país obtiveram, por meio da Justiça Federal, o acesso à correção da prova de redação, dos quais 30 passaram por um processo de revisão. Desde o início das reclamações, dois estudantes conseguiram a alteração da nota.

A procuradora regional dos Direitos do Cidadão, Antonia Lélla Sánchez, do MPF-PR, vai unificar representações paranaenses em um mesmo procedimento administrativo e enviar um ofício até o fim de janeiro para o Ministério da Educação (MEC). A expectativa do MPF-PR, no entanto, é que essas petições sejam contempladas no requerimento feito à Justiça Federal pelo MPF-CE, no qual se pede que todos os candi-

datos da avaliação possam ver a correção da prova de redação.

O primeiro aluno que conseguiu a revisão da nota da redação é de São Paulo e teve a sua pontuação alterada de zero para 880. De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), o primeiro corretor argumentou "fuga do tema" e deu a nota zero. O segundo e o terceiro corretores deram a nota 880, mas a primeira pontuação acabou valendo. Após a avaliação de uma banca, o Inep admitiu o erro e reconsiderou a nota.

No segundo caso, um aluno de Minas Gerais teve a sua nota alterada de zero para 440 sem recorrer à Justiça. Ele telefonou para o 0800-616161, o canal de dúvidas do Inep, e fez a reclamação. O órgão reconheceu a falha e a sua causa. O aluno mineiro, no dia da prova, avisou ao fiscal da sala que o número do seu documento de identidade estava errado na folha de prova. O incidente foi registrado, mas acabou não sendo retificado no sistema.

Os problemas identificados com a correção das provas de redação não foram os únicos inconvenientes desta edição do Enem. Poucos dias após a aplicação da prova, o MPF-CE pediu a anulação do exame após descobrir que alunos do Colégio Christus, em Fortaleza, tiveram acesso a 13 questões da prova antecipadamente. A Justiça Federal determinou que 9 pergun-

tas fossem anuladas para os 622 estudantes da instituição.

Comparação

Na opinião de especialistas, os inconvenientes verificados na correção das provas de redação do Enem se deram, principalmente, pela grandiosidade do exame, do qual participaram quatro milhões de estudantes brasileiros. Como acontece em vestibulares de outras universidades, espera-se que os corretores passem por um treinamento intensivo e o acompanhamento do seu trabalho.

Na Unicamp, por exemplo, um dos maiores vestibulares do Brasil, na primeira fase do vestibular desse ano 120 professores trabalharam mais de oito horas por dia durante duas semanas para corrigir cerca de 60 mil redações. "É um trabalho intenso, cansativo, com controle estatístico diário", explica Maurício Kleinke, coordenador executivo da Comvest, responsável pelo concurso.

Já se espera que a correção de uma prova de redação seja subjetiva, mas as drásticas mudanças nas notas dos alunos do Enem mostram, de acordo com Renato Casagrande, consultor educacional, que faltou um melhor acompanhamento de todo o processo. "Isso é um alerta para que o Inep reavalie a qualidade os seus procedimentos e a preparação dos seus corretores", conclui.

GAZETA DO POVO

BOMBA

Atentado seria vingança contra juíza

14 JAN 2012

O presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, Ivan Sartori, afirmou ontem que teria sido vingança o motivo do atentado a bomba contra uma juíza de Rio Claro, cidade a 173 quilômetros da capital paulista. "Apuramos que seria um problema familiar, de guarda de filho", disse Sartori durante entrevista coletiva.

A bomba caseira foi aberta na tarde de quinta-feira no Fórum de Rio Claro e feriu dois funcionários do órgão. Segundo a Polícia Civil, o alvo era a juíza Cynthia Andrauss Carreta, diretora do fórum.

O presidente do TJ descartou a possibilidade de envolvimento do crime organizado no atentado. De acordo com ele, uma das partes de um processo de família teria ficado insatisfeita e agiu por vingança, tentando atemorizar a juíza. "Mas evidentemente o Judiciário não vai aceitar esse tipo de procedimento (...) e já está reagindo", disse.

O TJ determinou escolta à juíza, que na quinta-feira se reuniu com o presidente da corte. Além dela, segundo Sartori, há mais três casos de ameaças a magistrados em São Paulo — os nomes não foram revelados.

Papai Noel

A bomba explodiu por volta das 14 horas. Dois funcionários do fórum ficaram feridos e um deles está internado na Santa Casa da cidade. Segundo a Polícia Militar, o artefato estava dentro de um pacote, endereçado à juíza diretora do fórum.

De acordo com Roberto José Daher, delegado seccional de Rio Claro, uma funcionária encontrou o pacote no saguão do primeiro andar. Estava destinado à juíza, mas não tinha remetente. A funcionária chamou um guarda municipal, que levou o pacote para a recepção do térreo. Segundo Daher, o pacote era do tamanho de uma caixa de bombom.

Dois funcionários do cartório abriram o pacote e encontraram um Papai Noel de brinquedo dentro, que explodiu, ferindo os dois. O delegado diz que a bomba tinha objetos metálicos dentro.

GAZETA DO POVO

JOSÉ ALEXANDRE SARAIVA

As taxas do nosso Detran (final) 14 JAN 2012

A iniciativa do governo paranaense nasceu com um vício juridicamente inaceitável: para justificar o violento reajuste, alegou-se oficialmente que parte da arrecadação seria destinada à consecução de outros serviços estatais

Chegamos ao fim da nossa série de comentários atinentes ao polêmico reajuste dos valores das taxas cobradas pelo Detran do Paraná (em média, 271%). O aumento, que já virou lei, começa a valer a partir deste ano de 2012. Ao todo, foram elaborados oito artigos, incluindo a coluna de hoje.

Nesses comentários, procuramos deixar nossos leitores informados sobre a posição da doutrina e da jurisprudência no que diz respeito às várias facetas do tributo taxa. Na medida do possível, também esclarecemos didaticamente os principais aspectos técnico-jurídicos desse tributo, que exige lei para a sua instituição e é regido nos termos do artigo 145, II, da Constituição Federal; e artigos 77 e seguintes do Código Tributário Nacional (CTN).

A propósito, enfatizamos que a definição de taxa dada pelo artigo 77 do CTN é, reconhecidamente, uma das mais perfeitas e acatadas em toda a literatura mundial sobre o tema. Segundo esse artigo, as taxas cobradas pela União, pelos estados, pelo Distrito Federal ou pelos municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

Muitos leitores enviaram mensagens à coluna. Numa delas, o remetente defende o aumento, afirmando que os valores das taxas do nosso Detran estavam defasados em comparação com outros estados. Acrescenta que, se o Paraná faz parte da mesma federação, legítimo resulta o reajuste.

Ocorre que a iniciativa do governo paranaense nasceu com um vício juridicamente inaceitável, além das expressões numéricas que irá contabilizar em seu caixa. Tudo porque, para justificar o violento reajuste, alegou-se oficialmente que parte da arrecadação seria destinada à consecução de outros serviços estatais, já suportados pelos súditos via impostos gerais. O direito positivo brasileiro não admite ousadia fiscal dessa envergadura!

Em outras palavras, para uma compreensão clara e objetiva da celeuma, é dizer o seguinte: se um serviço público, específico e divisível, custa ao cidadão R\$ 20 e o Leviatã cobra R\$ 40, o contribuinte está sendo assaltado ao remunerar duas vezes o mesmo serviço. É óbvio!

Tem-se constatado, porém, que o Fisco, cuja sede de arrecadar sempre foi inesgotável, geralmente dribla a capacidade contributiva dos contribuintes, valendo-se de suas inúmeras taxas. De moeda em moeda, enche as burras além do justo, do aceitável. É que o tributo taxa não se sujeita a vários princípios constitucionais aplicáveis aos impostos.

Contudo, no caso em apreço, o reajuste, do ponto de vista jurídico, nasceu ferido de morte não apenas por conta do impactante inchaço que surtirá na arrecadação, mas, sobretudo, porque, de acordo com a nossa Constituição Cidadã de 1988, ninguém está obrigado a remunerar ninguém, muito menos o Estado, duas ou mais vezes em razão de um mesmo serviço público prestado ou posto à disposição do interessado. O estado do Paraná ainda é um ente integrante da República Federativa do Brasil. Como tal, submetido aos princípios democráticos da Carta Magna de 1988 e às regras de tributação aplicáveis a todos os demais membros, indistintamente.

15 JAN 2012

GAZETA DO POVO O JUDICIÁRIO EM NOVO MOMENTO

Se por um lado a disposição do presidente do Supremo em propor uma nova lei sobre as regalias da magistratura deve ser saudada como positiva, permanece a preocupação com as ações para reduzir os poderes do CNJ. Se isso efetivamente ocorrer, será um lamentável retrocesso na busca por uma Justiça que atue com mais presteza e transparência, em consonância com os anseios da nação

Não paira qualquer dúvida de que o Judiciário brasileiro experimenta desde os últimos meses de 2011 a mais grave crise de sua história, consequência fundamentalmente do corporativismo que se cristalizou na instituição. Com problemas internos profundos — falta de celeridade processual e a defesa de privilégios, para citar dois deles — a Justiça do Brasil parece não querer partilhar da necessidade que tem o país de passar a limpo as suas instituições públicas, de modo a adequá-las às atuais e reais necessidades da sociedade. A manifesta insatisfação de entidades representativas dos juízes com a atuação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que consideram estar extrapolando seus poderes de fiscalização, é um exemplo da falta de sintonia com a realidade.

Desde que a corregedora nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon, falou sem meias palavras da existência de bandidos de toga, os ânimos se acirraram, elevando a temperatura das discussões em torno da atuação e dos limites do CNJ. As investigações do conselho para apurar suspeitas de enriquecimento ilícito de magistrados e a concessão de benesses indevidas por tribunais colocaram, então, definitivamente em rota de colisão Judiciário e CNJ.

Pelo papel fundamental que desempenha na sociedade como um dos pilares da democracia, o Judiciário precisa superar o momento difícil que vive, deixando de lado posições anacrônicas que ainda subsistem em sua estrutura. Tanto isso é verdade que o próprio presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Cezar Peluso, anunciou dias atrás que irá enviar ao Congresso a proposta de uma nova Lei Orgânica da Magistratura. Muito embora o texto não esteja concluído, já se sabe que os juízes perderão, se aprovado, alguns benefícios e regalias considerados indefensáveis até mesmo por setores do próprio Poder. A intenção de Peluso, conforme o que foi noticiado, é dar andamento à matéria até o mês de abril próximo, quando vencerá seu mandato à frente do STF.

CONTINUA

15 JAN 2012

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Se por um lado a disposição do presidente do Supremo em propor uma nova lei sobre as regalias da magistratura deve ser saudada como positiva, permanece a preocupação com as ações para reduzir os poderes do CNJ. Se isso efetivamente ocorrer, será um lamentável retrocesso na busca por uma Justiça que atue com mais presteza e transparência, em consonância com os anseios da nação.

Assim sendo, em 2012, o grande teste que terá pela frente o Judiciário será o julgamento no STF do mensalão, um escandaloso estelionato político urdido no primeiro governo do ex-presidente Lula. Em troca da garantia de apoio político no Congresso ao incipiente governo lulista, parlamentares da base recebiam um quinhão mensal. A "quadrilha", como bem definiu o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, em seu libelo, era integrada por líderes petistas, a começar do ex-ministro José Dirceu, apontado como o mentor do golpe, parlamentares de diversos partidos, publicitários e banqueiros. No total, 38 são os acusados que sentarão no banco dos réus.

O ministro Joaquim Barbosa já concluiu o seu relatório condensando em 122 páginas nada menos que 233 volumes e 495 apênsos que compõem o processo, totalizando 49.914 páginas. O documento e todos os autos do processo foram agora encaminhados ao ministro-revisor, Ricardo Lewandowski, que também irá formular seu relatório e voto. A partir daí, caberá ao presidente do STF marcar a data do julgamento em plenário, o que deve ocorrer até maio. Nas palavras do ministro Barbosa, o mensalão representa "uma ação de natureza penal de dimensões inéditas na história desta Corte" [O Supremo Tribunal Federal], o que por si só dispensa outros comentários sobre sua magnitude. Julgar a tempo para evitar a prescrição das penas e punir exemplarmente os mensaleiros que impingiram ao país a maior trama política da história é o que a sociedade brasileira espera. Varrer da vida pública os envolvidos no caso pode representar o divisor de águas entre a impunidade recorrente nos crimes cometidos por maus gestores e um novo patamar ético para a administração pública brasileira.

GAZETA DO POVO

ANDERSON FURLAN

JOSÉ LÚCIO GLOMB

15 JAN 2012

Transparência pública em risco

A falta de transparência pública é uma doença. A medida que as sombras avançam sobre os negócios públicos, cria-se o ambiente propício para a proliferação da corrupção

O princípio da transparência tornou-se obrigatório na gestão pública. Hoje já não se admitem administradores públicos agindo em desacordo com esse conceito, tanto porque o cidadão tem direito constitucional de acesso às despesas realizadas pelos gestores públicos, como é lícito saber todos os aspectos envolvidos na tomada de decisão: razões, fatos, lógica e base jurídica, seja ela ato ou contrato.

Em termos jurídicos, o Paraná está na vanguarda do acesso às informações públicas. A Lei da Transparência, aprovada a partir de anteprojeto apresentado pela Associação Paranaense dos Juizes Federais (Apajufe) e pela Ordem dos Advogados do Brasil — seccional do Paraná (OAB-PR), foi uma conquista do povo paranaense, permitindo eficácia máxima ao princípio constitucional da publicidade administrativa, além de ampliar sua abrangência em relação às leis federais que regulavam a matéria. Na prática, a Lei da Transparência estabelece um pacto entre governantes e cidadãos, tendo os primeiros a obrigação de demonstrar as despesas e, a população, o direito de examiná-las.

Apesar da nossa posição de vanguarda, noticiou-se recentemente que o presidente da Assembleia Legislativa do estado tem se recusado a publicar na internet os gastos com gratificações dos agentes públicos ocupantes de cargos em comissão. O argumento para não publicá-los estaria no fato de a Lei da Transparência obrigar apenas a publicação das remunerações dos agentes públicos, mas não as gratificações.

Sem dúvida, o presidente da Alep, como administrador público que é, tem o dever de interpretar a lei para aplicá-la. Não pode, todavia, adotar interpretação que lhe negue vigência. O argumento de que as "gratificações" não seriam "remunerações", estando, portanto, fora do alcance da Lei da Transparência, faz distinção não autorizada pela letra da lei. Pior ainda, chega a uma conclusão absolutamente conflitante com seu espírito.

A Lei da Transparência possui um conteúdo mínimo irreduzível. Em várias passagens, ela determina que todos os atos e contratos que importem em despesas públicas

devem ser publicados no diário oficial e na internet. A única exceção são os atos e contratos que impliquem risco à segurança pública, caso em que serão publicados apenas os valores nominais, sem a especificação da despesa.

A lei foi fundamentada em conceitos amplos justamente para prever todas as situações administrativas que originem despesas públicas. O comando "todos os atos e contratos que originem despesas públicas devem ser publicados" evidentemente pode ser interpretado, mas não de uma maneira a encontrar exceções que não se enquadrem naquelas alinhadas pelo próprio texto.

É sintomático que a lei, em mais de uma passagem, taxativamente inclua como de obrigatória publicidade os atos envolvendo os ocupantes de cargos em comissão. Essa preocupação do legislador se justifica exatamente por serem tais cargos uma anomalia institucional em vários países desenvolvidos, mas que se tornou a regra de aparelhamento do Estado no Brasil.

Ainda que uma interpretação restritiva do conceito de "remuneração", como sendo aquilo que o agente público recebe como contraprestação de seu serviço, possa diferenciá-lo do conceito de "gratificação", nenhuma acrobacia exegética pode retirá-lo do alcance da transparência quando a lei determina a publicação de todos os atos que originem despesas.

Sendo a concessão de gratificação ao agente comissionado um ato administrativo, por lei deve ser ele publicado. Preferencialmente junto ao nome, cargo e lotação de quem o recebe.

A falta de transparência pública é uma doença. A medida que as sombras avançam sobre os negócios públicos, cria-se o ambiente propício para a proliferação da corrupção.

Em matéria de transparência pública, a interpretação das palavras da lei diz muito sobre quem a interpreta. Dessa forma é que aguardamos por parte do presidente da Assembleia Legislativa — que de resto tem tomado importantes decisões em nome do interesse público — que reveja sua decisão, dando ampla divulgação às gratificações pagas aos ocupantes de cargos em comissão, mesmo porque tal medida estará alinhada com os mais altos valores éticos comungados pela sociedade paranaense.

Anderson Furlan é presidente da Apajufe (Associação Paranaense dos Juizes Federais).

José Lúcio Glomb é presidente da OAB-PR (Ordem dos Advogados do Brasil, seccional do Paraná).

GAZETA DO POVO

15 JAN 2012

CELSO NASCIMENTO

GASPARi

Eremildo, o idiota

Eremildo é um idiota e defende o fechamento do Conselho Nacional de Justiça, substituindo-o por um programa de isolamento para a população. Justificando os cidadãos que saíram na bolsa de valores alguns desembargadores do Tribunal de Justiça de São Paulo explicaram que a prescrição é pagamento por conta de necessidades especiais.

Segundo o presidente da Corte, um desembargador estava depunhando e outro doente. Daí tiraram o dinheiro R\$ 150 mil porque a chave não deu sua cobertura. Outros cobrou mais de R\$ 500 mil por que tinha dívidas. O desembargador Roberto Belloni, que fez a cobrança R\$ 1,5 milhão. Entre 2008 e 2009, o pleito que há situações pessoais que de vem ser compreendida.

Eremildo, que é capaz de compreender tudo o que se passa na vida, mas que se não adaptou a situação pessoal dos funcionários, em seguida o conteúdo se foi encaminhado a população que está na luta para receber precatórios. Em São Paulo, essa dívida é na ordem de R\$ 20 bilhões.

EU também

Na mesma quinta-feira, a CNJ que está comprando equipamentos de informática, sem licitação, no valor de R\$ 32 milhões, feita pelo governador estado junto a empresa paulista (Cesco), imprensa nacional, mostra a CNJ também comprando o completo do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) através de uma empresa também em licitação e envolvendo a mesma empresa. Segundo o CNJ, a empresa de licitação se deu por fora. A obra de licitação e a validade dos produtos, no entanto, do próprio CNJ, no entanto, consideramos a compra de uma licitação por que a licitação aquisição foi realizada.

COLUNA DO LEITOR

Crise no Judiciário

É de gente assim, como essa extraordinária Eliana Calmon, honesta, competente e muito corajosa que o Brasil tanto está precisando. A Câmara dos Deputados seria um brilhante exemplo com 513 Elianas, o Senado funcionaria dentro da sua normalidade constitucional, o Poder Judiciário passaria responder com seriedade e trilhando pelo seu real caminho da justiça.

Banona Augusta de Palva

PAIXÃO



15 JAN 2012

GAZETA DO POVO

NOVO TÍTULO

Eleitor só tem até sexta para ir ao TRE

O eleitor curitibano tem apenas até a próxima sexta-feira para fazer o recadastramento biométrico na Justiça Eleitoral. Quem não comparecer ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) terá seu título cancelado e não poderá votar, participar de concurso público, renovar matrícula em estabelecimento de ensino oficial e obter empréstimo em banco público. Os servidores públicos com título cancelado também ficam impedidos de receber o salário. O TRE funcionará todos os dias até o fim do prazo, inclusive neste fim de semana. O atendimento é das 8 horas às 18h30. É preciso levar um documento oficial de identidade com foto, o título de eleitor atual e um comprovante de residência. Só serão aceitos documentos originais. O TRE fica na Rua João Parolin, 55, Prado Velho. Há estacionamento gratuito no local. É possível agendar o recadastramento no site www.tre-pr.jus.br.

SANTO ANDRÉ

Justiça marca julgamento do caso Eloá

A Justiça de São Paulo marcou para 13 de fevereiro o julgamento de Lindemberg Alves Fernandes, acusado de matar Eloá Pimentel, 15, e manter outros três adolescentes reféns em 2008. O júri acontecerá em Santo André, na Grande SP. Eloá era ex-namorada do acusado e foi mantida em cárcere privado em sua casa, em Santo André, por cerca de 100 horas. A polícia invadiu o local e a adolescente e sua amiga Nayara Rodrigues foram baleadas. As duas foram socorridas, mas Eloá não sobreviveu. O júri popular já havia sido marcado para fevereiro do ano passado, mas foi adiado e o processo voltou à fase de audiências. Testemunhas de defesa e de acusação foram ouvidas e a Justiça voltou a determinar que Lindemberg fosse a júri popular. Ele responde pelos crimes de homicídio qualificado, tentativa de homicídio, cárcere privado e disparo de arma de fogo.

SERVIÇO:

Mais informações: (41) 3330-8674 e 3330-8673.

GAZETA DO POVO

MEC acata Justiça

e muda

nota de redação

do Enem

16 JAN 2012

Ministério da Educação alterou pontuação de mais um estudante, desta vez por decisão judicial

O Ministério da Educação (MEC) acatou decisão da Justiça e alterou a nota de redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de mais uma estudante. Esse é o primeiro caso em que o MEC teve de alterar nota por decisão judicial.

A candidata Bianca Peixoto, de 17 anos, do Rio de Janeiro, teve a nota alterada de 440 para 680. Ela foi uma das estudantes que conseguiram ter vista da redação depois de ficar insatisfeita com sua nota.

A redação dela teve uma reavaliação por parte do Centro de Seleção e de Promoção de Eventos da Universidade de Brasília (Cespe/Unb), que integra o consórcio responsável pelo Enem. Mas na página de correção encaminhada para Bianca, em que o Cespe/Unb argumenta a manutenção da nota, há uma distorção. Em parte do texto, os revisores afirmam que a nota final era 680. Entretanto, a estudante havia ficado com 440.

O MEC afirma que houve um erro de digitação. Bianca entrou com uma nova ação. A Justiça Federal determinou então que a nota fosse corrigida para 680, o MEC recomeçou, mas a juíza Marcia Maria Ferreira da Silva determinou a alteração da nota.

A juíza afirma que "causa estranheza a esta julgadora que a parte ré, somente quando instada a cumprir a decisão judicial de fls. 82, tenha 'percebido' a ocorrência de erro material ao digitar a nota da autora, pretendendo que não haja a majoração da mesma de 440 pontos para 680." A estudante acredita que sua nota foi aleatória. "Vou entrar com nova ação", garante Bianca. Antes com média 637 no Enem, a estudante passou a ter 720, insuficiente para uma vaga em Medicina, o curso almejado. Foi revelado hoje que, ao contrário do que o MEC afirmava, não eram apenas 2 os estudantes com notas da redação do Enem alteradas, mas 129. A reportagem teve acesso a documento do Cespe com a lista dos nomes e, questionado, o MEC confirmou.

Com o caso da estudante carioca, sobe para 130 o número de alterações. O de Bianca é o único em que a mudança não foi uma iniciativa do MEC. O estudante Michael Cerqueira de Oliveira, de São Paulo, primeiro caso de alteração de nota conhecido, entrou na Justiça, mas o ministério se antecipou e corrigiu o erro — mudou de anulada para 880 pontos.

Os casos de alterações na redação colocam dúvidas sobre sistema de correção. No Enem, a redação é o fator que mais descompensa a nota final e é decisiva para garantir uma vaga pelo Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que reúne as vagas em instituições de ensino que adotam o Enem como vestibular.

Os novos casos provocam uma dúvida, segundo o procurador da República Oscar Costa Filho, sobre a existência de problemas em outras redações. "Por isso vou insistir que a Justiça obrigue o MEC a mostrar cópia das correções a todos os inscritos", defende o procurador, do Ministério Público Federal no Ceará. "Falta transparência na correção da redação e também das questões."

O MEC deve entregar amanhã à Justiça parecer em que defende a inviabilidade de mostrar a redação a todos. A pasta insiste que vai seguir o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado com o MPF no qual se compromete a dar vista aos textos no Enem deste ano.

O advogado carioca Diogo Rezende, que defende Bianca e já conseguiu vista da prova para outros 13 candidatos, ressalta que os casos de alterações só vieram depois de queixas ao MEC. "Tem gente que pode achar que não foi bem na prova, não tem noção que foi prejudicada. Uma pessoa pode ter tirado 600 e mereceu 800", diz Rezende.

GAZETA DO POVO

CRISE NO JUDICIÁRIO

16 JAN 2012

OAB aguarda dados de transação atípica

São esperadas para hoje explicações sobre movimentações financeiras atípicas de R\$ 282,9 milhões por um magistrado ou servidor do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) do Rio de Janeiro. O pedido de esclarecimento foi apresentado pela seccional da Ordem dos Advogados do Brasil no Rio (OAB-RJ), na última sexta-feira. As informações são da Agência Brasil.

"Diante das informações publicadas na imprensa sobre o relatório do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), requeremos que o tribunal informe quem é a pessoa e qual a proveniência desses recursos", disse o presidente da OAB-RJ, Wadih Damous. "Entendemos que o tribunal tem como conseguir esses dados, caso não o tenha", completou.

Dados do Coaf entregues à Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) apontam que uma única pessoa do TRT movimentou a quantia de R\$ 282,9 milhões, em 2002. O valor equivale a 94,3% das movimentações fora do normal registradas no órgão naquele ano.

No caso do TRT do Rio, se for comprovada movimentação irregular ou ilícita de servidor ou de algum juiz, a OAB-RJ espera que o Ministério Público Federal abra investigações. No entanto, para Damous, o mais importante é que magistrados "não resistam a um sistema de transparência".

"Os indícios [de irregularidades] são muitos. Se constituem crime ou conduta irregular é o que queremos saber. Os juízes, a associação dos magistrados, em vez de clamar tanto



Damous, da OAB-RJ: magistrados não devem temer transparência.

por sigilo, deveriam clamar por publicidade. Como servidores, têm a obrigação da transparência, mostrar que não têm nada a temer. Mostrar que sua movimentação, mesmo atípica, foi regular", declarou.

Entre 2000 e 2010, foram identificadas pelo Coaf R\$ 855,7 milhões de operações atípicas, feitas por juízes e servidores do Judiciário.

A corregedoria do Conselho Nacional de Justiça, que recebeu os dados sobre as movimentações irregulares, encaminhou as informações ao Supremo Tribunal Federal (STF), na última sexta-feira.

16 JAN 2012

GAZETA DO POVO

Para pensar...

NOTA POLÍTICA

"Uma dose apenas razoável de espírito público põe fim a esta crise do CNJ com os juízes. Ceder anéis para não perder os dedos, e o respeito."

Roberto Requião senador (PMDB-PR).

GAZETA DO POVO

TRÂNSITO

Estado cerca motoristas estrangeiros infratores

16 JAN 2012

Muito procurados por turistas estrangeiros nesta época do ano, os estados do Sul lidam de maneiras diferentes com motoristas de fora do país que cometem irregularidades no trânsito.

Enquanto o Rio Grande do Sul apertou o cerco àqueles que deixam o Brasil sem pagar suas multas, o governo de Santa Catarina não autua veículos com placas de outros países.

Durante o verão, milhares de turistas argentinos costumam atravessar a fronteira, de carro, em direção a praias como Balneário Camboriú e Canasvieiras (SC).

Só no Rio Grande do Sul, foram aplicadas 185 mil multas nos últimos cinco anos a carros emplacados fora.

Segundo o diretor técnico do Detran-RS, Ildo Szinvelski, o estado aplica o princípio da "reciprocidade". "Lá [no exterior], se os brasileiros são autuados, são cobrados."

Em Santa Catarina, os motoristas estrangeiros não são autuados nas cidades nem nas estradas estaduais, de acordo com o Detran do Estado, porque não há como cadastrar placas estrangeiras no sistema informatizado.

Segundo o governo catarinense, um sistema que aceite essas placas deve ficar pronto até o próximo verão.

A Polícia Rodoviária Federal em Santa Catarina afirma que, nas rodovias federais do Estado, a autuação ocorre normalmente.

Pagamento

No Rio Grande do Sul, o volume de multas a estrangeiros que não foram pagas nos últimos anos soma R\$ 22,8 milhões — o equivalente a 94% das autuações feitas.

Até 2009, uma liminar impedia que as autoridades de trânsito apreendessem os veículos dos inadimplentes.

Para facilitar o pagamento, foram providenciadas máquinas de cartão de crédito internacional em cinco postos em rodovias federais que cortam o estado.

Nos fins de semana e à noite, o estrangeiro pode pagar as multas até em algumas farmácias e supermercados. A irregularidade mais cometida pelos visitantes do exterior no Rio Grande do Sul é o excesso de velocidade.

GAZETA DO POVO

16 JAN 2012

CEZAR BUENO

Juventude e proibição das drogas

É tempo de enfrentar, sem falsos moralismos, a possibilidade de lidar com a questão das drogas priorizando soluções que valorizam práticas socioculturais antirrepressivas e o enfoque na saúde pública.

A ideologia punitiva dos aparelhos oficiais de Estado, setores acadêmicos e mídia policial constitui grande obstáculo à produção de debates, estudos e pesquisas não criminalizadoras como meio de reverter o triste cenário brasileiro que, em decorrência da proibição do tráfico e consumo de drogas, produz milhares de jovens autores e vítimas de assassinatos.

As mudanças culturais profundas nas sociedades atuais encorajam o surgimento de novos padrões de normalidade social e exige habilidade do Estado e de suas instituições punitivas para conviver com novas realidades, ampliar os laços de tolerância, despir-se de preconceitos e abordar antigos problemas de novas maneiras. No caso das substâncias psicoativas requer-se uma visão social menos passional e um questionamento crítico do funcionamento das instituições de repressão e controle.

Primeiro, a amplitude da indústria de produção, distribuição e consumo de drogas desafia as políticas governamentais antidrogas e a ação da polícia que insistem em abordar esse grave e complexo problema vendendo à sociedade a falsa imagem de que o universo das substâncias psicoativas gira em torno da maconha, da cocaína e do crack. Segundo, é inadmissível que as instituições oficiais de repressão e controle continuem, de maneira reducionista e socialmente estigmatizante, identificando jovens usuários como vítimas indefesas e os traficantes como monstros impiedosos e mensageiros do diabo. Terceiro, é descabido exigir mais prisões ou responsabilizar moralmente a suposta "banda podre" da polícia como forma de justificar a inoperância do Estado proibicionista em relação às drogas.

Para além da existência e consumo das drogas tradicionalmente conhecidas, milhares de jovens usuários demandam o consumo de drogas sintéticas produzidas em laboratórios, fato que dificulta ainda mais as instituições proibicionistas do Estado detectá-las e coibi-las. No cotidiano de suas existências, os jovens são levados a manter relações de proximidade com as substâncias psicoativas e muitos deles evitam o consumo por razões contrárias à cultura do medo e da punição. Quando um jovem deseja ter acesso às drogas, ele sabe, apesar da proibição, onde encontrá-las com certa facilidade.

CONTINUA

16 JAN 2012

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Uma atmosfera sociocultural favorável à produção de conhecimentos sem preconceitos no seio das famílias, instituições educacionais, religiosas e ambiente de trabalho tende ser mais eficaz que a suposta eficácia do Estado proibicionista para manter o jovem distante das drogas. Em termos oficiais, o estabelecimento da nova legislação penal Anti-Drogas (Lei 11.343/06, art. 28) optou pela despenalização do consumidor ocasional, com o propósito de retirar uma massa dos jovens consumidores filhos classe média da mira repressiva e policial do Estado. A mesma sorte não coube aos jovens pobres da periferia. Estes, sem ajuda financeira da família, acesso à educação de qualidade e oportunidade de trabalho decente para realizar o sonho de consumo da classe média, são atraídos pela indústria ilegal do tráfico e levados a instituir suas verdades morais e expectativas de vencer na vida a qualquer preço.

Daf, a importância do Estado, grande mídia e instituições acadêmicas abrirem espaços para debates que não se limitam a atualizar propostas que reforçam o paradigma proibicionista. Caso contrário, as instituições políticas repressivas continuarão a exigir mais impostos e recursos humanos sem, contudo, oferecerem respostas efetivas à sociedade.

As políticas proibicionistas mostram-se incapazes de evitar a expansão do tráfico de drogas, coibir a violência, frear o encarceramento em massa e impedir que a guerrilha urbana e sangrenta faça da morte juvenil o destino quase fatal dos filhos da miséria. É tempo de enfrentar, sem falsos moralismos, a possibilidade de lidar com a questão das drogas priorizando soluções que valorizam práticas socioculturais antirrepressivas e o enfoque na saúde pública.

Cezar Bueno, doutor em Sociologia, é professor da PUCPR.

14 JAN 2012

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Promoção pessoal em Andirá

A 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná manteve, por unanimidade de votos, a sentença da Vara Cível de Andirá (Norte Pioneiro) que condenou, por improbidade administrativa, o ex-prefeito da cidade Carlos Kanegusuku. Ele teria, segundo denúncia formulada pelo Ministério Público, feito promoção pessoal com dinheiro público, ao vincular a própria imagem à publicidade oficial, de atos, programas, obras, serviços. Ele foi condenado a suspensão dos direitos políticos por quatro anos e ressarcimento integral do valor do dano ao erário (R\$ 809,10), corrigido e atualizado, entre outras penalidades.

■ Em seu voto, a relatora do caso no TJ, desembargadora Lé-
lia Samardá Giacomet, lembra ainda que a publicidade con-
testada foi veiculada em ano eleitoral, "em que era candidato,
obtendo vantagem de promoção pessoal por órgão oficial do
município, afrontando os princípios da moralidade, impesso-
alidade e ilegalidade".

14 JAN 2012

FOLHA DE LONDRINA

CLÁUDIO HUMBERTO

Quem era contra compra milionária saiu do CNJ

A diretora-geral do Conselho Nacional de Justiça, Helena Azuma, pediu demissão por divergir da compra de R\$ 68,6 milhões em equipamentos considerados desnecessários pela Diretoria de Informática, cujo titular, Declieux Dantas, também deixou o cargo. A informação é de servidores do CNJ. A pressa de fechar o negócio milionário fez seus responsáveis esquecerem um "detalhe": não havia onde instalar os equipamentos.

Outro lado

O CNJ informa que Helena Azuma se demitiu por aceitar convite para trabalhar no TJ de São Paulo. A ex-diretora-geral não se pronunciou.

Primeiro o ovo

Após a licitação vencida pela empresa CDS/NTC, parceira da Oracle, o CNJ passou a construir às pressas a "sala forte" dos equipamentos.

A toque de caixa

O Conselho Nacional de Justiça fez a licitação no prazo recorde de nove dias para dar o contrato de R\$ 68,6 milhões à empresa CDS/NTC.

Punição severa

O jurista Benedito Calheiros Bomfim defende pena de morte para juiz corrupto e para torturador, apesar de ser contra a punição do criminoso com outro crime, a morte. "Se houve injustiça na afirmação da ministra Eliana Calmon", diz, "certamente não foi com os bandidos de toga."

14 JAN 2012

FOLHA DE LONDRINA

Fraudes nos combustíveis

6 Não é surpresa o fato de o Paraná estar incluído entre os três Estados com mais registros de irregularidades.

A grande repercussão em toda a imprensa das fraudes praticadas por alguns postos de combustíveis não chega a ser surpreendente. Não são de hoje os relatos de irregularidades na gasolina e no etanol, de crimes contra o consumidor e contra o Estado praticados por alguns empresários desse segmento. As fiscalizações praticadas por órgãos de proteção ao consumidor até são realizadas, mas estão longe de qualquer resultado efetivo. Desta forma, a conclusão a que se chega é que o consumidor está completamente abandonado à própria sorte.

É importante ressaltar que não se trata de generalizações. Em todos os segmentos há profissionais bons e ruins. No entanto, a atual situação acaba por expor todo o grupo, levando à desconfiança de toda a categoria. Fica difícil ao consumidor separar o joio do trigo.

Matéria publicada ontem nesta FOLHA traz uma estimativa da Associação Brasileira de Combate à Falsificação (ABCF). Segundo a entidade, o País perde anualmente cerca de R\$ 3 bilhões em arrecadação tributária e fatura-

mento na indústria do setor. No Paraná a estimativa é de R\$ 300 milhões, 10% do volume total. Esse montante perdido poderia ajudar no financiamento de várias obras públicas, incluindo a construção de escolas, hospitais e estradas, só para ficar em alguns

exemplos. Desta forma, esses maus empresários estão lesando todos os cidadãos.

Também não é surpresa o fato de o Paraná ficar incluído entre os três Estados com mais registros de irregularidades, perdendo apenas para São Paulo e Rio de Janeiro. Não são poucos os problemas relatados frequentemente pela imprensa. Uma das únicas saídas apontadas é a intensificação das fiscalizações, que devem ser conjuntas entre órgãos técnicos e de proteção ao consumidor. No entanto, há que se considerar que a publicidade excessiva do caso já alertou os maus empresários. Por isso, é importante que essas averiguações sejam feitas mais frequentemente e sem agenda definida. Somente com o fator surpresa é que as fraudes poderão ser coibidas.

14 JAN 2012

FOLHA DE LONDRINA Exame da OAB aprova só 24% dos candidatos

Curitiba - A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) divulgou a lista dos aprovados no 5º Exame da Ordem. A relação contém, além dos nomes de candidatos já indicados na lista preliminar, aqueles que entraram com recursos e foram aprovados. Pouco mais de 26 mil dos 108.335 inscritos foram aprovados, ou seja, o índice de aprovação foi de 24%, maior que o registrado no exame anterior, quando 15,02% dos candidatos superaram a prova.

Quem não foi aprovado poderá fazer o próximo processo de avaliação. O 6º Exame da Ordem está com as inscrições abertas até o dia 16. A inscrição custa R\$ 200 e pode ser feita no site da FGV Projetos, organizadora do concurso. A prova da primeira fase será no dia 5 de fevereiro, e a da segunda fase dia 25 de março.

O presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Ophir Cavalcante, disse que o índice de 24,05% de aprovados deve ser recebido de forma muito positiva, pois é o mais alto já alcançado desde o início da unificação, refletindo entre outras coisas maior profissionalização na sua concepção, elaboração e aplicação.

A OAB-PR ainda não tinha os dados do Estado até o fechamento desta edição. No 4º Exame da Ordem, o Paraná teve 8.652 inscritos e 1.298 aprovados, o que resulta em 15% de aprovação.

FOLHA DE LONDRINA

INFORME 15 JAN 2012

Improbidade administrativa em Icaraíma

O ex-prefeito de Icaraíma (Noroeste) Paulo Valles Zampieri foi condenado por improbidade administrativa. A decisão é da 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, que manteve, por unanimidade de votos, a sentença de primeiro grau. Segundo o Ministério Público, Zampieri deixou de recolher, integralmente, os valores referentes às contribuições patronais, bem como deixou de repassar os valores relativos às contribuições previdenciárias dos funcionários públicos municipais.

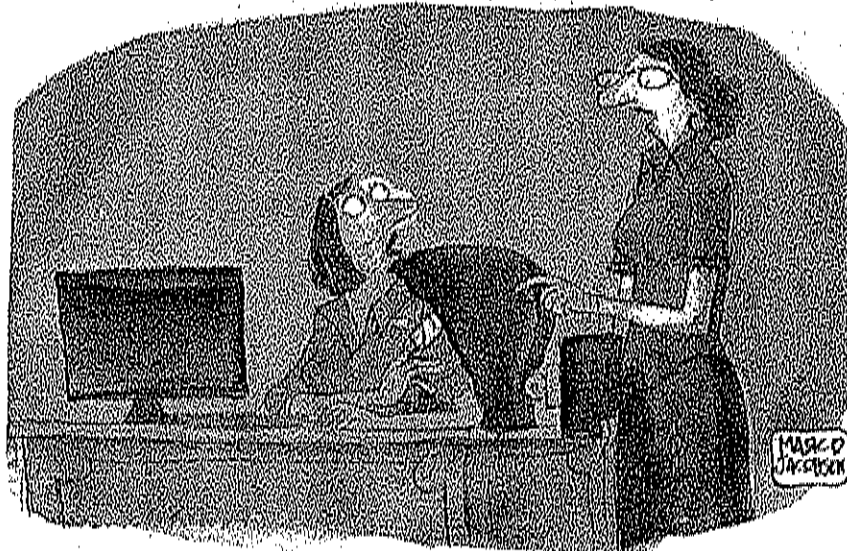
Penalidades

Zampieri, que ocupou o cargo de prefeito de Icaraíma no período de 2000 a 2004, foi condenado a pagar uma multa civil no valor da última remuneração recebida como prefeito do município. Seus direitos políticos também foram suspensos pelo prazo de três anos.

Ex-prefeito condenado

O ex-prefeito de Jussara (Noroeste) Pedro Cândido de Oliveira foi condenado por ato de improbidade administrativa e deve restituir R\$ 80 mil ao município. Recursos públicos teriam sido desviados de um convênio com o governo do Paraná para a urbanização de um fundo de vale na cidade. Na decisão, o desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná Abraham Lincoln Calixto escreveu que "a verba pública foi utilizada no pagamento de despesas particulares". Oliveira administrou Jussara entre 1997 e 2000.

FUNCIONÁRIA DO SENADO É MORDIDA POR RATO



- Menina, que horror! E você viu de que partido ele era?

FOLHA DE LONDRINA

EPIDEMIA DA DEPENDÊNCIA

Plano de 15 JAN 2012 combate ao crack é 'nebuloso'

Crack é uma droga estimulante, que provoca no início uma sensação intensa de prazer, por conta de uma liberação de dopamina no sistema nervoso central. Depois, à medida que o organismo se adapta, precisa aumentar o uso da droga para tentar ter a mesma sensação de prazer. Com o tempo, essa sensação vai desaparecendo. A pessoa passa a ter sintomas muito fortes de abstinência. Começa a querer usar a droga não só pela busca do prazer, mas também pelo desconforto que sente pela falta da droga.

A explicação sobre o efeito do crack no organismo é do médico Marco Bessa, doutor em psiquiatria pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e pesquisador da Unidade de Pesquisas em Alcool e Drogas (Uniad) da instituição. Segundo ele, o maior desafio no tratamento da droga atualmente é "ter uma estrutura de atendimento. A estrutura pública é péssima, ela é totalmente insuficiente, hospitais foram desativados, Caps são em número insuficiente e tecnicamente incapacitados de dar conta de toda gravidade do crack. A população mais pobre que depende do SUS hoje tem acesso muito reduzido ao tratamento do crack", critica.

Recentemente o governo lançou o programa de Combate ao Crack, que promete investir R\$ 4 bilhões contra a proliferação da droga. Para Bessa, o "governo vai no rumo correto de realmente se preocupar com crack, mas adverte que ainda existe uma certa "nebulosidade" em relação ao enfrentamento ao problema.

Qual é sua avaliação do plano de Combate ao Crack, lançado recentemente pelo governo federal?

Não existe muita novidade neste plano. Ele já vinha sendo falado desde a campanha eleitoral. Em 2010 se falava em R\$ 400 milhões, mas na prática acabou não acontecendo a efetivação deste plano. E agora o que tem de novidade é que o ministro da Saúde admitiu que temos uma epidemia de usuários de crack no Brasil. Ao contrário da Secretaria Nacional Antidrogas (vinculada ao Ministério da Justiça), que afirma que essa é uma avaliação exagerada. Então tem ponto positivo do plano de assumir a gravidade do problema, e parece que também tomar as rédeas do controle do programa do crack no Brasil.

CONTINUA

A dúvida que temos é como essas verbas vão chegar aos Estados e Municípios, que a rigor são as estruturas que devem administrar a aplicação do plano. A segunda questão é que o governo disse que vai priorizar o atendimento em hospitais gerais para usuários de crack. Pouquíssimos hospitais no Brasil têm estrutura tanto física quanto de corpo técnico capacitada para fazer esse atendimento. Hospitais não têm psiquiatra, não têm terapeuta ocupacional, assistente social treinados para prestar este tipo de atendimento. Essa é uma questão que o plano não explica como vai capacitar as pessoas para receberem esses pacientes. Também não fala sobre crianças e adolescentes. São poucos hospitais infantis no País, e muito menos os que estão capacitados.

E um receio também é de que esse dinheiro acabe sendo direcionados mais para comunidades terapêuticas do que hospitais ou clínicas capacitadas para oferecer atendimento.

Boa parte das comunidades terapêuticas não vê a dependência química como uma doença

Então faltou planejamento para esse plano do governo federal?

Faltou pelo menos uma explicação mais clara. Acho que existe ainda uma certa nebulosidade de como enfrentar esse problema. Essa questão do crack não é só o atendimento médico. Existe a polêmica de internamento compulsório, como se isso fosse uma questão prioritária, mas não é. É apenas uma etapa do tratamento. No caso do paciente aceitar ser internado, depois que ele sai do internamento a vida dele vai continuar e se ele voltar para rua a probabilidade dele cair é altíssima. É preciso que haja uma estrutura que dê suporte para esse paciente, para que ele tenha um novo estilo de vida depois do atendimento no hospital. E parece que isso não está muito claro no plano.

Porque (não adianta) simplesmente prestar uma assistência médica, por exemplo uma consulta de rua, que o plano prevê, e o paciente ficar indo e voltando, mas mantendo o mesmo estilo de vida, se alimentando mal. Se essas pessoas não tiverem abrigo, acesso a alimentação, elas vão ter problemas de saúde que podem inclusive levar à morte.

O senhor é favorável a internação compulsória?

A rigor não é ser a favor ou contra. É como você pensar uma UTI. Eu sou a favor nos casos que a UTI é necessária. Em relação ao internamento compulsório, a própria lei determina que seja mediante uma avaliação médica. Se o médico, por uma série de questões clínicas, chega à conclusão que o melhor para o paciente é ser internado, é

só seguir a lei. Não é uma questão de ser a favor ou contra; é uma questão de necessidade. Existem pessoas que precisam da internação e não acabam morrendo. Um exemplo muito claro é a Amy Winehouse, na Inglaterra, que claramente precisava de um tratamento e foi deixada sozinha. E o que aconteceu? Ela acabou morrendo.

A internação compulsória foi discutida recentemente como algo novo. O que tem realmente de novidade na internação compulsória?

Não tem nada de novo. Essa lei é de 2001. O que é novo é o Ministério da Saúde assumir que pode utilizar esse recurso. Pois antigamente, nas gestões anteriores do Ministério da Saúde, eles não admitiam essa condição. Pois tinha uma posição totalmente contrária ao tratamento psiquiátrico nos hospitais. Essa é uma mudança significativa. O ministro passa a admitir que essas internações involuntárias ou compulsórias são admissíveis e possíveis de serem indicadas pelo Ministério da Saúde. Mas não há nada de novo, o que mudou foi a postura do Ministério em relação a essas duas formas de internamento, que já estão previstas em lei.

O senhor aparenta ter um pé atrás quando fala sobre comunidade terapêutica. Elas não oferecem atendimento adequado?

Quando se fala de comunidade terapêutica se tem de todo tipo. Desde aquelas que são bem estruturadas, onde tem atendimento médico, psiquiátrico, onde pessoas recebem boa atenção do ponto de vista da alimentação, humano. Até aquelas que são puro golpe. Simplesmente uma forma de receber dinheiro público sem contrapartida.

O problema é que uma boa parte dessas comunidades terapêuticas não vê a dependência química como uma doença e, por isso, não oferecem tratamento médico, nem médico geral nem psiquiatra. Então essas pessoas ficam ali, muitas trabalhando, se sustentando com trabalho dentro da própria comunidade. Ou o tratamento médico psiquiátrico é substituído por uma terapia religiosa, que na verdade é uma doutrinação. Como se o problema da dependência química fosse um problema religioso ou moral.

Qual é hoje o maior desafio no tratamento de dependentes de crack?

É você ter uma estrutura de atendimento. A estrutura pública é péssima, é totalmente insuficiente. Hospitais foram desativados, CAPs são em número insuficiente e tecnicamente incapacitados de dar conta de toda gravidade do crack. A população mais pobre, que depende do SUS, hoje tem acesso muito reduzido ao tratamento do crack.

Especialista em dependência química afirma que iniciativa do governo não aponta como verba de R\$ 4 bilhões vai chegar ao destino

Caps são tecnicamente incapacitados para dar conta de toda gravidade da droga

14 JAN 2012

TRIBUNA DO PARANÁ

Curitiba entre as mais violentas do mundo

Estudo elaborado por uma organização não governamental mexicana constatou que Curitiba está entre as cidades mais violentas do mundo, pelo número de assassinatos por habitante. Com índice de 38,09 homicídios para cada 100 mil pessoas, a capital paranaense aparece em 39.º na lista, que é liderada por San Pedro Sula, em Honduras, com taxa de 158,87 homicídios. Em segundo lugar aparece Juárez, no México, com 147,77.

O levantamento mundial pode ser considerado "bondoso", se for levado em conta o levantamento feito mensalmente pela **Tribuna**, que inclui latrocínios, lesão seguida de morte e confrontos. No ano passado, foram 777 assassinatos na capital, 44 mortes para cada 100 mil habitantes. Por esses números, Curitiba subiria para a 37.ª posição.

Brasil

O estudo, realizado pela ONG Conselho Cidadão para a Segurança Pública e Justiça Penal, foi divulgado ontem. Especialistas da entidade listaram as 50 cidades mais violentas, e 40 estão na América Latina. Só o Brasil aparece com 14 capitais. Maceió (AL) está em terceiro, com 135,26 homicídios para cada 100 mil habitantes.

Roubando e lavando

Autor de denúncia política diz que privatização foi o maior roubo do planeta e que o caso Banestado foi a grande lavanderia da história

Edilson Pereira

Autor do livro bomba *Privatária Tucana*, o jornalista Amaury Ribeiro Jr. é paranaense de Londrina, criado em Santa Cruz do Monte Castelo e cujos familiares moram em Cambé. Ele vem a Curitiba, no próximo dia 19, para lançar a obra na capital paranaense. O livro já vendeu 120 mil exemplares e num primeiro momento sofreu boicote da grande imprensa. Tudo isto só serviu para dar ampla repercussão interna e internacional à denúncia.

Porque a grande imprensa silenciou sobre o seu livro?

Simple. Porque o livro bate muito na grande imprensa. Pála do comportamento que a grande imprensa teve nas últimas eleições. Ela teve que engolir e engoliu calada. Está cheio de provas lá. Mostrando o comportamento dela, no mínimo esquisito. Mas é também um livro que fala sobre lavagem de dinheiro como um todo. Do caso Banestado, aí do Paraná.

O que ele mostra?

O livro mostra como funciona o esquema. Tinha muitas pessoas que sabiam do assunto pela revista *IstoÉ*, mas elas não entendiam como funcionava o mecanismo. E com o livro a gente está fazendo com que as pessoas entendam. O Paraná foi a maior lavanderia de dinheiro do mundo. Eu estive em Nova York fazendo pesquisas. No caso do Paraná, chama mais atenção por causa disso também.

Há uma teoria de que o mensalão foi criado em Londrina pelo ex-deputado José Janene.

No tempo da *IstoÉ*, eu fiz uma matéria de capa sobre o José Janene, mostrando que o esquema dele era monstruoso. Eu até fui processado por ele e me parece que ele perdeu a ação. Mas o esquema dele era grande. E ele teve um enriquecimento monstruoso e inexplicável. Não tem origem o dinheiro dele. Infelizmente o Paraná é um estado que a gente gosta, mas criou estes megas esquemas de corrupção.

E quem são as pessoas que operam estes esquemas?

Interessante, que as pessoas são sempre as mesmas. Por exemplo, quem criou o esquema do Banestado foi o Ricardo Cesar de Oliveira, que também está no esquema das privatizações tucanas. Ele criou aquelas contas correlatas que tinham no Banco do Brasil e em bancos no Paraguai, um esquema criado para facilitar a vida de comerciantes brasileiros em Ciudad Del Este, mas que acabou virando grande duto.

Como funcionava o negócio?

Em vez do dinheiro vir para o Brasil, o dinheiro do Brasil ia para fora, para a agência do Banestado em Nova York, de onde saía para ser lavado. Quem baixou a portaria que abriu o duto do Banestado foi o mesmo cara da privatização tucana, que é o Ricardo Cesar. As coisas são muito ligadas.

O livro teve repercussão internacional?

Muitos jornais de fora do país me procuraram para me entrevistar: Argentina, Portugal, México, teve muita gente querendo saber do assunto. Eu dei entrevista até para o jornal *O Povo da China*. Houve curiosidade grande, porque não tem livro que explica como funciona a engenharia da lavagem de dinheiro. Que explica as leis. Está tudo lá.

E o que mudou para você com o livro.

Virou um fenômeno. Eu passei a ser reconhecido na rua. Eu fui para o Rio e as pessoas me conheceram na rua. As pessoas comentam nos bares, nos restaurantes. Eu sou chamado para fazer palestras em países da América Latina e quando conto o caso do Banestado, eles ficam impressionados. Eu acho que o Banestado foi o maior esquema de lavagem de dinheiro do mundo.

Quem ganha com o seu livro, depois das denúncias?

O livro é por enquanto o marco inicial. É necessário abrir a CPI. Não pode acontecer como aconteceu com o caso Banestado. Vai ficar muito mal para o governo se não for instalada a CPI para investigar, porque tem muito mais coisa. Eu mostro só uma parte da coisa. Ela é muito maior.

Por que o livro virou um sucesso tão grande?

Primeiro é o fato de ter caído na internet, virou um fenômeno nas redes sociais, que passaram a falar dele, em todos os lugares. Depois, fala de um assunto que ainda reflete na vida das pessoas, elas querem saber como foram as privatizações. Eu acho que tem uma série de componentes e caiu no gosto popular.

CONTINUA

15 JAN 2012

TRIBUNA DO PARANÁ

CONTINUAÇÃO

Caribe, piratas e tucanos

A expressão "privataria" foi cunhada pelo jornalista Elio Gaspari para definir irregularidades durante as privatizações no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB). As privatizações foram coordenadas pelo então ministro do Planejamento, José Serra (PSDB) - que veio a ser ministro da Saúde, candidato a presidente da República e governador de São Paulo. Segundo o autor do livro, grandes empresários foram beneficiados com a transferência de fortunas dos cofres públicos para os cofres privados. A transferência se deu por meio de offshores (empresas de fachada) da região do Caribe, que "lavavam" o dinheiro. A região do Caribe, nos séculos 17 e 18, foi dominada por piratas ingleses que saqueavam galeões espanhóis carregados de ouro. Ricardo Sérgio de Oliveira, acusado de articular o esquema de lavagem de dinheiro do caso Banestado, também atuou nas privatizações. Oliveira foi tesoureiro das campanhas de Serra e FHC. Serra e três parentes são acusados no caso: a filha Verônica, o genro Alexandre e o primo Gregório Marín Preciado.

Houve de início uma tentativa de desqualificar o livro a partir de sua pessoa. Como você vê isso?

Eles tentaram fazer isso, mas o livro explica tudo o que houve. Está tudo esclarecido e explicado. Eles tentaram fazer uma crítica, mas este pessoal caiu no ridículo. Foram poucas pessoas, parece até que foram escaladas para falar mal do livro porque usavam o mesmo discurso. Parecia release.

Que tipo de prova você tem?

Eu coloco lá o cara, Ricardo Cesar, que tocou as privatizações. Ele recebe o dinheiro no exterior em paraíso fiscal do cara que ganhou as privatizações: prova maior que essa não existe. Eu mostro documentos com pagamentos para esta mesma pessoa. Como é tudo documentado, eles não tiveram como reagir, tiveram uma reação fraca. Aí já era tarde. A coisa já estava pegando fogo. O livro descolou das redes sociais e começou a ser o mais vendido nas livrarias.

O livro sumiu depois de lançado. O que aconteceu?

Nós fizemos uma tiragem de 15 mil exemplares. Para um livro de reportagem não é uma tiragem pequena. E nós demos uma entrevista na blogosfera na sexta-feira à noite e no dia seguinte o livro durou duas horas nas livrarias. Aí a editora teve de contratar quatro gráficas para atender a procura que era muito grande.

Quantos livros foram vendidos até agora?

Até agora, 120 mil. Um fenômeno. E pode chegar a 200 mil, 300 mil, porque a procura ainda é grande. Se realmente chegar a este patamar, vai bater traços de edições históricas.

Teve mais roubo no governo FHC ou no governo Lula?

Eu acho que a privatização no Brasil foi o maior roubo na história do planeta. Não é nem da história do Brasil. É da história do planeta. Se for pegar a Operação Uruguaí, que levou à cassação do Collor, era uma operação de R\$ 5 milhões. E no caso das privatizações, se mapear, como eu mapeei, só um caso de propina foi de R\$ 30 milhões pro Ricardo Cesar. Se você

aprofundar a investigação vai ver que foi muito maior ainda. Muito grande. A roubalheira foi maior.

E o mensalão?

Se você pegar o mensalão, você vai ver que tinha mensalão do PT, mas também tinha mensalão do PSDB.

Você acha que seu livro enterra o projeto de Serra para presidente em 2014?

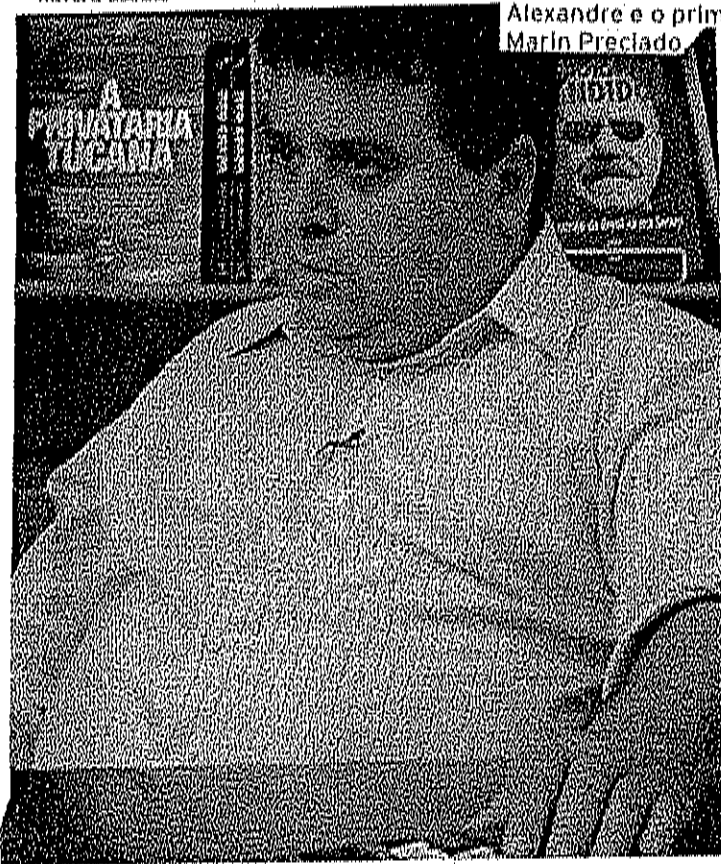
Com certeza. Não tem como. Está tendo muita divisão interna no PSDB. O clima entre o Aécio e o Serra é insuportável. Eles não se falam mais. E o livro causou indignação entre os próprios colegas, do PSDB. Fiquei sabendo que o Fernando Henrique (Cardoso), quando terminou de ler o livro teria comentado com amigos que se soubesse daquilo, ele ia falar mal dos defeitos do Serra.

Serviço:

Lançamento de *Privataria Tucana*
Local: Auditório do Sindicato dos Servidores Municipais
Rua Monsenhor Celso, 225 - 9º andar, sala 901

Dia: 19 de janeiro, quinta-feira - 19 horas

Obs: Depois do lançamento, haverá debate



Ribeiro Jr. transformou privatizações num livro-bomba.

TRIBUNA DO PARANÁ

Recorde 16 JAN 2012

11.951 pessoas passaram ontem pelo recadastramento biométrico. Ainda falam 20 mil. Prazo não será prorrogado

Eleitores lotam o TRE

Com velocidade de atendimento média de 1,2 mil pessoas por hora, a Central do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR), no Prado Velho, bateu novo recorde, ontem, no recadastramento biométrico dos eleitores, atingindo exatas 11.951 pessoas. Mesmo com essa marca, o Tribunal prevê que somente na quarta-feira, antevéspera do encerramento do prazo, atingirá os 1,091 milhão de eleitores necessários para que a biometria seja usada no pleito deste ano. Por enquanto, são 1,071 milhões recadastrados.

No sábado, 10.277 eleitores foram habilitados a votar pelo sistema biométrico. Foi o segundo melhor dia em quantidade de pessoas recadastradas pela Central do TRE-PR desde o início dos trabalhos, em 29 de março do ano passado. Esses números, porém, não evitaram a longa espera para quem deixou o recadastramento para estes últimos dias. A fila dos eleitores que não fizeram ou não conseguiram agendar pela internet ultrapassava o portão do Tribunal, ontem, tomando boa parte da quadra. Segundo a assessoria de imprensa, o tempo médio de espera para quem não agendou ficou em uma hora. Entre os que tinham marcado foi de 10 a 15 minutos.

Agendamento

Quem estava na fila, falava em duas horas de espera. A balconista Luciane Cunha, de 37

anos, disse que no feriado de Finados desistiu após esperar por mais de 90 minutos na fila. "Se estava assim em novembro, hoje (ontem) devo ficar pelo menos duas horas esperando", calculava. Ela afirmou que nos últimos três dias tentou fazer o agendamento pela internet, mas não conseguiu. A mesma dificuldade foi constatada pelo servidor público Marcos Silva, de 36 anos. "Tenho 15 megas de banda larga e não consegui marcar pela internet".

Senhas até sexta-feira

De acordo com o TRE-PR, a página carregou normalmente durante a semana passada, mas nem todos os eleitores conseguiram acessar a tempo para obter uma das 12,6 mil senhas (6,3 mil para sábado e 6,3 mil para ontem) oferecidas no último fim de semana de recadastramento. Ainda sobre o agendamento, a assessoria do TRE-PR informa que ainda existem senhas para todos os demais dias até 20 sexta-feira, quando encerra o prazo. O endereço de agendamento é:

<http://www.tre-pr.jus.br/agendaBiometria/publico/>

Durante toda esta semana o horário de atendimento da central será das 8h às 18h30.

16 JAN 2012

JORNAL DO ESTADO

O Judiciário no divã

* Carlos Augusto
Vieira da Costa

A semana passada terminou com uma boa e uma má notícia. A má ficou por conta do relatório enviado pela corregedora do CNJ, Eliana Calmon, ao STF, apontando movimentações financeiras suspeitas por parte de 3.426 integrantes do Poder Judiciário, num valor total de R\$ 856 milhões, entre os anos de 2000 e 2010.

E nesses casos, não se engane. Numa proporção de 9 para 10, onde há fumaça, há fogo. Funcionários públicos vivem de salário e, em regra, ganhos desproporcionais aos seus vencimentos é mau sinal, pelo menos até prova em contrário.

Já a boa notícia foi dada pelo relatório encaminhado pela corregedora do CNJ, Eliana Calmon, ao STF, apontando movimentações financeiras suspeitas de 3.426 integrantes do Poder Judiciário, num valor total de R\$ 856 milhões.

Não, caro leitor, não se trata de um erro de digitação que repetiu o primeiro parágrafo. O conteúdo do relatório, na verdade, não deixa de representar uma boa notícia. Afinal, foram investigados 216 mil titulares de contas bancárias, e apenas 3.426 apresentaram movimentação suspei-

ta, o que significa uma proporção de 1,62%. Ou seja, muito pouco, sobretudo se levarmos em conta o senso comum de que o Poder Judiciário representa um feudo dentro da estrutura do Estado, repleto de privilégios.

O fato é que se o percentual se confirmar, seremos obrigados a reconhecer que o Judiciário transformou-se na verdadeira reserva moral do país, acima de qualquer outra instituição que se pretenda guardiã moral, até mesmo da Santa Madre Igreja, que não raras vezes se vê comprometida pela conduta indecorosa de seus membros em proporção muito maior.

De minha parte, entretanto, fico no meio do caminho. Nunca concordei com a idéia de que o Poder Judiciário seja um nicho de corrupção. Bem ao contrário, como militante no foro percebo que se distribui justiça à Bangu por esse Brasil. Do pobre ao rico, do Estado às grandes corporações, todos ganham e todos perdem, dependendo do caso.

Ocorre que Juizes não são marcanos. São, como todos nós, indivíduos agressivos da sociedade e, por isso, carregam os mesmos vícios e virtudes da média geral. Além disto, o provimento jurisdicional não depende apenas do magistrado, mas também dos ad-

vogados, do Ministério Público e dos órgãos policiais. A própria demora dos processos decorre muito mais da legislação processual, e do uso procrastinatório dos recursos, do que propriamente do trabalho do Judiciário.

Portanto, culpar o Poder Judiciário pelas mazelas da Justiça não procede, da mesma que investir na sua desmoralização também não é o caminho. O fundamental é criação de mecanismos que possibilitem o controle disciplinar efetivo da categoria, minimizando as injunções do corporativismo, que é uma contradição não apenas do Judiciário, mas de qualquer outra categoria profissional, e que está na gênese da própria sociedade.

E aqui voltamos ao ponto de partida, qual seja, a discussão sobre o poder e a competência do CNJ para investigar e julgar em caráter originário magistrados de toda e qualquer instância. A questão já está sub judice, por conta da ADIN proposta pela Associação dos Magistrados Brasileiros contra o CNJ. Qual será o resultado da ação, ninguém sabe. De certo mesmo, apenas o velho aforisma que vale para os jurisdicionados: quem não deve, não teme. Ou pelo menos assim deveria.

Carlos Augusto Vieira da Costa
Procurador do Município de Curitiba

16 JAN 2012

JORNAL DO ESTADO

Juíz prende, Tribunal mantém, STJ solta

*Jonatas Pirkiel

Neste início de Ano Novo, vamos reproduzir umas das notícias da página do STJ que me foi enviada por um dos nossos leitores. Achei interessante e curiosa a situação que se envolveu "um pobre homem" acusado de venda ilegal de combustível na ilha de Marajó.

"...No dia 7 de agosto de 2011, ele foi preso em flagrante sob a acusação de comercializar óleo diesel, ilegalmente, em sua embarcação. Dias depois, pagou fiança e teve sua liberdade provisória concedida.

Com base no artigo 319 do Código de Processo Penal (CPP), o juízo de primeiro grau impôs, como condição para manter a liberdade provisória até o julgamento, que o réu não deixasse sua residência no período compreen-

dido entre 22h e 6h, todos os dias.

Porém, segundo consta do processo, ele foi flagrado em um bar ingerindo bebida alcoólica após as 22h. Com isso, a primeira instância decidiu cassar o benefício e decretar a prisão preventiva, respaldada no que dispõe o artigo 343 do CPP: "O quebramento injustificado da fiança importará na perda de metade do seu valor, cabendo ao juiz decidir sobre a imposição de outras medidas cautelares ou, se for o caso, a decretação da prisão preventiva."

O Tribunal de Justiça do Pará considerou a decisão do juiz de primeira instância satisfatoriamente fundamentada. No habeas corpus impetrado no STJ, a defesa alegou que a decisão do juiz foi equivocada. Segundo ela, o magistrado fundamentou no fato de que o acusado estaria, suposta-

mente, ingerindo bebida alcoólica após as 22h e, além disso, em uma denúncia anônima de que ele teria voltado a se envolver com a venda ilegal de combustível enquanto esteve em liberdade.

Pargendler explicou que o descumprimento das medidas cautelares previstas no artigo 319 do CPP autoriza a decretação da prisão preventiva, mas desde que também estejam presentes os requisitos previstos no artigo 312 do CPP, o que não ocorreu no caso. Diante disso, o presidente determinou que o acusado aguarde o julgamento do habeas corpus em liberdade, se não estiver preso por outro motivo... Assim caminha a humanidade!

* O autor é advogado criminalista
(jonataspirkiel@terra.com.br)

16 JAN 2012

PAINEL JURÍDICO

Legitimidade

O Espólio pode acionar diretamente a seguradora para receber indenização por acidente de trânsito, mesmo sem figurar no pólo passivo da demanda. O entendimento é da ministra Nancy Andrighi, da 3ª Turma do STJ.

Especialização

Estão abertas as inscrições para os cursos de Pós-Graduação Lato Sensu, do UNICURITIBA em Direito Civil e Processual Civil; Direito do Trabalho e Processual do Trabalho; Direito Eleitoral e Processual Eleitoral; Direito Empresarial; Direito Tributário e Processual Tributário; Direito Penal e Processual Penal e Segurança Pública. As aulas serão de março 2012 a junho de 2013. Ex-alunos do UNICURITIBA terão 20% de desconto a partir da segunda mensalidade. Informações e matrículas www.unicuritiba.edu.br/posgraduacao e pelo fone (41) 3213-8770

Liberdade

O TJ do Rio de Janeiro trocou a prisão preventiva de um acusado de furtos qualificados e receptação por medidas alternativas de comparecimento semanal em juízo, sustentando que a privação de liberdade só poderá ser decretada contra acusados de crimes com penas maiores que quatro anos. Para os desembargadores, as penas não podem ser somadas para efeito de decretação da prisão preventiva.

Risco do negócio

As autoescolas e não podem ser repassar aos seus empregados a responsabilidade sobre colisões e infrações que são inerentes as suas atividades, salvo nos casos em que o empregado seja comprovadamente culpado. O entendimento é da 3ª Turma do TRT do Rio Grande do Sul.

Professores

A Faculdade de Educação Superior do Paraná (FESP) oferece duas vagas para professores de Direito. As inscrições para o processo seletivo estão abertas e podem ser feitas até o próximo dia 19 na secretaria geral da FESP. Os candidatos devem ser mestres ou doutores. Mais informações no site www.fesppr.br.

Honorários

O deputado Jorge Silva (PDT-ES) apresentou Projeto de Lei que fixa o valor dos honorários advocatícios, nos casos de cobrança extrajudicial por falta de pagamento em, no máximo, 5% do valor total devido.

Tatuagem

Uma candidata ao na Aeronáutica que havia sido excluída da disputa por causa de uma tatuagem vai prosseguir no processo seletivo. A decisão é da 6ª Turma especializada do TRF da 2ª Região.

DIREITO SUMULAR

Súmula n. 714 do STF — É concorrente a legitimidade do ofendido, mediante queixa, e do Ministério Público, condicionada à representação do ofendido, para a ação penal por crime contra a honra de servidor público em razão do exercício de suas funções.

Recorde no TRE (I)

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PR) atendeu número recorde de pessoas ontem para o recadastramento biométrico dos eleitores de Curitiba. A assessoria de imprensa do TRE-PR informou que 11.951 pessoas se utilizaram o serviço. Foi o dia de maior movimentação da história do tribunal na capital paranaense. No sábado (14), 10.277 eleitores se recadastraram. O prazo para se recadastrar acaba na próxima sexta-feira. Mais gente, mais tempo de espera para ser atendido. Nos dias de semana, o tempo de espera não passava de 45 minutos, mas ontem chegou a três horas de espera.

Recorde no TRE (II)

Com o movimento do fim de semana, a implantação do voto biométrico — pelo qual os eleitores passarão a serem identificados pelas impressões digitais — está praticamente assegurada. Pelas regras do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), é preciso recadastrar pelo menos 80%, ou 1.048.000 eleitores, para que o novo modelo de votação seja adotado.

Descriminalização na atual legislação antidrogas brasileira

A sociedade mundial passa por um momento delicado e, entre os principais temas discutidos, as drogas têm chamado a atenção de todos, exigindo reflexões que nem sempre convergem para o mesmo ponto. Na verdade, um dos grandes dilemas da sociedade moderna se resume na seguinte questão: como evitar o número cada vez maior de usuários e desestimular o comércio de entorpecentes? A resposta não é simples, pois exige o equilíbrio entre punir adequadamente o traficante e tratar corretamente o dependente químico.

A vigente Lei de Tóxicos (n.º 11.343/06) resulta do desdobramento de uma política de criminalização das drogas que se estende desde as Ordenações Filipinas, refletindo o momento pelo qual passa a sociedade mundial.

A Lei manteve a essência dos estatutos que a precederam, mas procurou amenizar a situação do usuário; ao mesmo tempo, que permaneceu o teor punitivo quando se trata do traficante. Nota-se, contudo, que a norma enfatiza a atual política preventiva e, dentre outras inovações, cria o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad). Esse sistema tem como finalidade a articulação, integração, organização e coordenação das atividades relativas à prevenção do uso indevido, a atenção e a reinserção social de usuários e dependentes de drogas, bem como a repressão da produção não autorizada e do tráfico ilícito de drogas.

Essa divisão voltada para prevenção, tratamento e repressão ampliou o horizonte estabelecido pela política que regia as

normas anteriores, pois a nova lei antidrogas apresentou características preventivas, diferentes da política de combate surgida no âmbito do regime militar. No entanto, não se pode deixar de notar alguns resquícios do sistema repressivo.

Assim, conforme o direcionamento tomado pelo Estado Brasileiro após a abertura política e a promulgação da Carta Constitucional de 1988, o mais adequado seria a adoção de uma política antidrogas com perfil mais preventivo do que repressivo, pois neste contexto a preocupação maior e inicial deve ser com a prevenção ao uso indevido de entorpecentes, já que o aparato repressivo estatal deve ser aplicado quando não houver outra forma de conter a conduta tipificada como criminosa.

De fato, percebe-se que uma das grandes novidades desta lei é a descriminalização do usuário. Por outro lado, no que tange ao tráfico de entorpecentes, o atual estatuto se mostra bastante severo, com penas ainda mais duras.

Portanto, o esforço dos setores sociais e governamentais para amenizar e tentar solucionar os graves traumas causados pelas drogas deve passar pela aplicação de políticas sociais adequadas, que se refletem na lei como expressão maior do Estado Democrático de Direito.

Entende-se, assim, que a atual Lei de Drogas se trata de um movimento na direção do equilíbrio entre a prevenção e o tratamento dos dependentes e o combate à conduta nociva dos traficantes.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

MURÁ

16 JAN 2012

STEPHANES CONDENADO A PAGAR R\$ 5 MILHÕES

Nos próximos dias, não se sabe quando (pode ser a qualquer momento), o ex-ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, terá de desembolsar R\$ 2 milhões para ressarcir os cofres públicos, segundo decisão prolatada dias atrás pelo Tribunal de Justiça do Paraná, decorrente de ação popular iniciada no primeiro governo Jaime Lerner, quando ele presidiu o Banestado.

A decisão cabe recurso de Stephanes, mas ela não tem efeito suspensivo. Quer dizer: o valor tem ser pago para que se processe o recurso a instância de terceiro grau. E na verdade, poderá chegar ao valor de R\$ 5 milhões, com juros e correção monetária.

COMO COMEÇOU

A origem do questionamento judicial foi a cobrança que o jornal Gazeta do Paraná fez, reclamando ao extinto Banestado o pagamento por matérias publicitárias do Governo do Estado, e para as quais não tinha autorização formal para publicar.

A ação foi ganha, em primeira instância, pelo Banestado.

Mesmo assim – segundo explica fonte do TJ-PR – “o presidente do Banestado, seguindo determinação do governador, promoveu acordo, quitando financiamentos do jornal e de dirigentes da publicação junto ao banco.”

AÇÃO INCOMODOU...

Ao tomar posse como ministro da Agricultura do Governo Lula, Reinhold Stephanes teve sua carreira minuciosamente examinada pela imprensa do Rio e São Paulo, conhecida pela maneira como escrutina a carreira de políticos que estão na berlinda. Na ocasião, a ação popular iniciada em Cascavel contra Reinhold Stephanes, foi explicitada em todos os detalhes. O ministro, questionado sobre o assunto, disse, na ocasião, que não tinha nada a temer, e que venceria na justiça.

UMA CARREIRA ÚNICA

Reinhold Stephanes foi o paranaense que, em toda a história da República, mais cargos de primeiro escalão ocupou no País. Foi várias vezes ministro e presidiu o órgão antecessor do INSS, no regime militar. Foi ministro da Previdência Social.

Foi secretário de Agricultura do Paraná. Considerado eficiente como administrador público, Stephanes enfrentou – e se saiu bem – os chamados movimentos sociais (MST e companhia) durante o Governo Lula. E também conduziu com equilíbrio o encaminhamento do Código Florestal.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

MURA 16 JAN 2012

AVÓ E NETO EM PARCERIA INÉDITA

A história literária não registra parcerias entre avós e netos. Mas Curitiba inaugura esse gênero com a publicação de "Essências Transfiguradas/"Transfigured Essences", livro de poemas escritos em português por Chloris Casagrande Justen e vertidos em inglês por Ivan Justen Sanfana.

Avó e neto contam ainda com a parceria de Gianna Nadolny Roland, cujas gravuras e capitulares não apenas ilustram o livro, mas se integram estruturalmente ao que os teóricos do concretismo chamariam de "contexto verbo-visual". A bela edição, lançada no final do ano passado, é ainda valorizada pelo projeto gráfico de Felipe Leoni Gomes.



Chloris Justen: a acadêmica

66 poemas constituem o conteúdo do livro, 33 em português e 33 na versão em língua inglesa, muito bem dominada por Ivan, nascido em Curitiba em 1973, poeta, compositor, publicitário, professor de literatura e língua portuguesa, Mestre em Letras pela USP, em 2002, com dissertação sobre as traduções de Paulo Leminski, e atualmente doutorando em Estudos Literários pela UFPR.

CHLORIS

A autora do texto em português, Chloris Casagrande Justen, é professora aposentada do sistema estadual de ensino (foi discípula do histórico prof. Erasmo Pilotto). Viúva do desembargador Marçal Justen, tem três filhos, nove netos e quatro bisnetos. Paranaense de Curitiba, fez diversos cursos de especialização e aperfeiçoamento, inclusive no Instituto de Desenvolvimento do Potencial Humano, em Philadelphia, EUA. Escritora e poetisa, pertence à Academia Paranaense de Letras do Paraná, Instituto Histórico e Geográfico, Centro de Letras do Paraná e outras instituições. Como presidente do Centro Paranaense Feminino de Cultura, foi responsável pela construção e instalação da nova sede, resultante da troca de seu terreno por área construída no mesmo local, tendo decuplicado o valor patrimonial da propriedade, caracterizando-se nesse campo como a mais sólida instituição cultural não-governamental de todo o Paraná.

CONTÍNUA

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

ATIVIDADE MÚLTIPLA CONTINUAÇÃO

essências transfiguradas
transfigured essences



Capa da edição bilingue

Chloris é autora do livro didático "O Estatuto da Criança e do Adolescente e a Instituição Escolar", para professores de primeiro e segundo graus, com 17.000 exemplares distribuídos e trabalhados no Sistema

Estadual de Ensino do Paraná. Escreveu "Jogo de Luz", poesias; "Conversando sobre Soroptimismo", crônicas; coordenou e foi redatora dos livros de crônicas "Mulheres Escrevem", das Centristas do Centro Paranaense Feminino de Cultura; "Com Justiça e com Afeto. I e II", das Mulheres da Magistratura Paranaense; o "Soroptimismo em Minha Vida", das Soroptimistas dos três clubes de Curitiba.

Convidada para ser Consultora de Educação no Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência, foi pioneira no processo de implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente, prestando consultoria em Secretarias dos Municípios e do Estado, assessorando Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselhos Tutelares, ministrando cursos e palestras na maioria dos municípios paranaenses e em vários estados do Brasil, a convite do UNICEF em Recife, Belo Horizonte e Roraima.

BIOGRAFIA

Em 2008, Teresa Teixeira de Britto lançou o livro "Chloris, Uma História de Resistência", 313 páginas contando a vida de Chloris, como educadora, escritora e inspiradora de diversos projetos de lei, vários efetivamente transformados em normas em vigor, que favorecem o sistema educacional, a atividade cultural e a defesa da criança e do adolescente. De lá para cá, no entanto, a biografada desenvolveu novas atividades, incluindo a elaboração dos poemas de "Essências Transfiguradas", vertidos para o inglês por seu neto Ivan, caracterizando parceria inédita no mundo literário. Para ser completa, a biografia escrita há quatro anos por Teresa Britto está, pelo visto, carecendo de um apêndice que relate as mais recentes iniciativas culturais e ações de sentido social desenvolvidas pela incansável educadora e escritora curitibana.

WHO'S WHO LEGAL

Vale assinalar que o único filho homem de Chloris e Marçal segue as pegadas paternas e maternas. A edição de 2009 da Who's Who Legal: Brazil indica Marçal Justen Filho como um dos principais advogados do país na área de licitações e contratações públicas. A revista é publicada pela editora britânica Law Business Research e relaciona os advogados mais destacados em 29 áreas de atuação. De acordo com a publicação, os indicados foram selecionados por meio de uma pesquisa independente com profissionais especializados.

Marçal Justen Filho é formado em Direito pela Universidade Federal do Paraná (1977), onde foi professor titular e lecionou por 28 anos, até 2006. Mestre (1984) e Doutor (1985) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo foi visiting-fellow no Instituto Universitário Europeu, em Florença (1999).



Ivan Justen:
neto e tradutor

16 JAN 2012

14 JAN 2012

CARTA CAPITAL

Linha de Frente Wálter Fanganiello Maierovitch

O terror higienista

O FENÔMENO REPRESENTADO PELAS drogas ilícitas é complexo. Desde o fracasso do proibicionismo, convencionado na sede nova-iorquina das Nações Unidas em 1961, vários países, preocupados com os direitos humanos e com a possibilidade de colocar a segurança pública na rota da civilidade, buscaram políticas próprias a fim de:

(1) contrastar a oferta pelo combate à economia das organizações criminais, (2) reduzir danos e riscos causados pelo consumo, (3) tratar sem crueldade os dependentes químicos, (4) eliminar os confinamentos territoriais, a exemplo das crackolândias, e (5) promover a reinserção social. A dimensão desse fenômeno foi mostrada na sexta-feira 6 pelos pesquisadores da University of New South Wales, na Austrália. Em um mundo com 7 bilhões de habitantes, uma pessoa em cada 20 consome habitualmente alguma droga proibida pela ONU. Temos um mínimo de 149 milhões de usuários e um máximo de 271 milhões. Por ano, as drogas ilícitas matam 250 mil pessoas.

A maconha é a droga proibida mais usada no mundo, consumida entre 125 milhões e 203 milhões de habitantes. A propósito de escolhas políticas, a Holanda admitiu, em 1968, para cortar o vínculo entre o traficante e o usuário, a venda de maconha em coffee shops. No primeiro dia de 2012, e com a volta dos conservadores ao poder, proibiu-se a venda ao turista estrangeiro. Segundo os economistas, haverá perda anual de 10 bilhões de euros, afetando o produto interno bruto holandês.

Na Suíça, não deram certo os espaços abertos para livre consumo. Dado o grande número de extracomunitários, que fizeram dos parques residências permanentes, com aumento de roubos, furtos e violência física, ocorreu uma correção de rota: desde 1995 o país fornece aos usuários drogas em locais fechados, com assistência médica.

Sobre extinção de áreas de confinamento, em Frankfurt foram implantadas as narcossalas em 1994, ou melhor, salas secretas para uso com apoio socio-sanitário. Conforme apontei neste espaço em artigo intitulado "Crackolândia, a hora das narcossalas", houve em Frankfurt e em outras oito cidades alemãs recuperações, reduções de uso e volta ao trabalho e às famílias. O sucesso levou, na Alemanha, as federações da Indústria e do Comércio a investirem 1 milhão de euros no projeto de narcossalas.

A política exitosa de Frankfurt foi copiada na Espanha. Nas grandes cidades dos EUA, aumentou o número de postos de saúde que ofertam metadona, droga substitutiva, para dependentes de heroína controlarem as crises de abstinência. Sobre as narcossalas, a Nobel de Medicina Françoise Barre Sinoussi lutou pela implantação, em Paris, do modelo de Frankfurt.

As narcossalas foram fundamentais para o resgate social dos



São Paulo insiste na repressão e usa o crack como desculpa para segregar pobres

dependentes, antes empurrados para áreas urbanas degradadas, depois transformadas em confinamentos. Na capital paulista, a região central da Luz foi, por duas vezes, território de confinamento de prostitutas, ou seja, área onde os governos fizeram vista grossa para a exploração e o desfrute sexual de seres humanos.

Nos anos 1950, as prostitutas foram obrigadas a migrar da Luz para o bairro do Bom Retiro. Passados alguns anos, a prostituição e o rufianismo voltaram à Luz, em um confinamento chamado de Boca do Lixo. Nos anos 90, a Boca do Lixo cedeu lugar à Crackolândia. Um quadrilátero onde habitam ao menos 400 dependentes químicos e, diariamente, 1.664 usuários compram

crack de pessoas a serviço de uma rede de abastecimento que as polícias estaduais nunca incomodaram.

Na Itália, conforme atestado pela ONU, a comunidade terapêutica denominada San Patrignano (Rimini), que acolhe 1,6 mil jovens, consegue recuperar 7 entre 10 que passam voluntariamente (não se aceita internação compulsória) pelos seus programas. San Patrignano é um centro de acolhimento sem discriminações ideológica, social e religiosa. É gratuito e não são aceitas verbas governamentais. Como empresa produtiva, banca as despesas.

Para acabar com uma Crackolândia, e sem um único posto de apoio médico-assistencial no local, a dupla Alekmin-Kassab, governador e prefeito, partiram para ações policiais. Mais uma vez, assistiu-se à Polícia Militar atuando violentamente, sem conseguir expulsar os visíveis e expostos vendedores de crack.

A dupla busca a tortura físico-psicológica. Inventaram um novo tipo de pau de arara. Procuram, com o fim da oferta, provocar um quadro torturante e dramático de abstinência nos dependentes químicos. E, pelo sofrimento e desespero, os dependentes, na visão de Alekmin e Kassab, iriam buscar tratamento oficial. Esse torturante plano só é integrado no rótulo. A meta é "limpar o território" com ações militarizadas e empurrar para a periferia distante os "indesejados".

Pano rápido. Nesse cenário desumano, que já dura mais de uma semana, percebe-se o sepulcral silêncio do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que buscou no tema das drogas um parlance para se mostrar vivo politicamente. O silêncio de FHC é a prova provada da atuação farsante, própria de oportunistas. ●

14 JAN 2012

CARTA CAPITAL

Sem enxergar suas obrigações

Venha de onde vier, torna-se preocupante toda vez que uma reação se torna exagerada e descabida com relação ao ato ou ação contra o qual se insurja. Está neste patamar a revolta de alguns ministros da mais alta corte de Justiça do Brasil, apoiada pelas várias associações representativas da categoria, contra a ministra Ellana Calmon, corregedora do Conselho Nacional de Justiça.

A movimentação teve início quando a ministra afirmou a existência de bandidos de toga. Caberia a indagação desnecessária se alguém tem dúvida sobre a existência deles. Há muito tempo surgem acusações de magistrados que vendiam habeas corpus e não é de agora que se "castigam" magistrados, inclusive ministros, com aposentadorias compulsórias com salários integrais. Além disso, há diferença de tratamento pela Justiça no julgamento conforme o status social dos envolvidos.

Mesmo com a vigência do princípio constitucional da publicidade na administração pública, nas investigações de magistrados se manifesta a proteção com uma tarja preta trazendo a inscrição "segredo de Justiça". Esse segredo protege apenas quem tem a necessidade de se esconder atrás dele. A partir daí, tudo pode acontecer na mais perfeita normalidade e legalidade, sustentado pelo mais absoluto desconhecimento da sociedade. Além disso, na Justiça brasileira ainda impera uma morosidade vergonhosa.

PEDRO CARDOSO DA COSTA
São Paulo, SP

14 JAN 2012

CARTA CAPITAL

Linha de Frente Walter Fanganiello Maierovitch

Supremos corporativismos

O MINISTRO MARCO Aurélio Mello colocou o Supremo Tribunal Federal (STF) numa camisa de 11 varas. Ele concedeu, no apagar das luzes do ano judiciário de 2011 e sem que houvesse situação de urgência e de maneira a contrariar o espírito de norma constitucional moralizadora, uma medida liminar a esvaziar as atribuições correccionais do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), instalado em 2005.

A camisa com essa medida (vara) era, na Inglaterra, colocada nos condenados à morte. No particular, o ministro Marco Aurélio, com a liminar, levou ao patíbulo a ética e a transparência. Conhecido como novidadeiro, Marco Aurélio, como apontou o jurista Joaquim Falcão, teve 73% de posicionamentos vencidos em julgamentos de questões constitucionais. No caso do CNJ, ele contou com um "abraço de afogado" dado pela Associação de Magistrados Brasileiros (AMB).

Uma medida liminar só pode ser concedida quando existir urgência. E essa urgência é verificável, medida (mesurada), em face do risco de dano irreparável ou de difícil reparação. A expressão latina *periculum in mora* é utilizada pelos autores de obras sobre as primeiras linhas do direito processual para ensinar que o atraso, a mora, pode prejudicar a satisfação da sentença final. No caso da liminar de Marco Aurélio, a urgência era nenhuma. O CNJ já afastou, mediante atuação autônoma, diversos magistrados por desvios funcionais, como o ministro Paulo Medina, do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ex-presidente da AMB.

Pergunta-se por que só agora Marco Aurélio resolveu suspender suas atividades e determinou o envio de todos os processos disciplinares para as corregedorias estaduais e federais?

Os ministros do STF, em sessão plenária ocorrida em setembro do ano de 2011, retiraram de pauta o julgamento a ação direta de inconstitucionalidade (Adin) sobre a atividade correccional do CNJ. Fosse urgente a questão, os ministros não teriam adiado o julgamento. No STF tramitam mais de 30 ações, incluídas as de magistrados sancionados, a questionar a competência do CNJ. A prevalecer o entendimento aureliano, tudo será anulado e juízes reintegrados às funções.

O posicionamento de Marco Aurélio é conhecido desde 2004 e insistente, apesar da clareza solar do dispositivo constitucional: "Compete ao CNJ conhecer das reclamações contra membros ou órgãos judiciários". Para Marco Aurélio, o CNJ nas fiscalizações só pode atuar subsidiariamente, ou seja, apenas estaria legitimado a agir na inércia ou inérgia das corregedorias estaduais ou federais. Tal entendimento é minoritário na doutrina brasileira, que entende concorrentes as funções.

A integrar esse quadro surreal não se deve esquecer a limi-

nar do ministro Ricardo Lewandowski, apesar de correções anteriores realizadas em diferentes tribunais estaduais. Essa liminar nada urgente suspendeu as correções no Tribunal de Justiça de São Paulo, em face de suspeitas de indevidos favorecimentos a um grupo seleto de desembargadores.

O CNJ nasceu de uma reforma do Judiciário que durou cerca de 11 anos. Quando sancionada, o presidente Lula avisou que o CNJ abriria a "caixa-preta" do Judiciário. Mais comedido, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, falou em órgão de controle externo da Magistratura brasileira. O órgão não é de controle externo e, também, não fiscaliza toda a Magistratura; o STF, por interpretação em causa própria é distante do espírito do legislador, entende estar imune ao CNJ. O CNJ decorreu de uma exigência da sociedade, inconformada com a atuação das corregedorias dos tribunais.

A última ação atabalhoada e voltada a desqualificar perante a opinião pública as atuações da corregedoria do CNJ diz respeito à representação proposta pela AMB. A propósito, Marco Aurélio fala em condutas criminosas, após insinuação da lavra do presidente Cezar Peluso, diretamente envolvido na tese da atuação subsidiária.

A representação foi encaminhada ao procurador-geral da República e a "notícia de crime" refere-se às requisições dos integros corregedores Gilson Dipp e Eliana Calmon ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), criado por lei de 1998.

O Coaf examinou a movimentação financeira de servidores e magistrados e apontou para 3,4 mil casos de movimentação fora do padrão habitual. Em síntese, magistrados ou servidores que podem, por exemplo, ter ganho na loteria, recebido herança ou, até, vendido decisões.

Pelo que se nota, o ministro Marco Aurélio Mello não sabe que o Coaf tem, por força de lei, o chamado "dever de vigilância". Não é um órgão de investigação, mas de inteligência financeira, ou melhor, detecta e informa a quem tem o dever de investigar. O dever de vigilância é adotado em países civilizados e representa uma conquista internacional a impedir a lavagem de dinheiro e a ocultação de capitais por organizações terroristas, de narcotraficantes etc.

Ao atender a uma requisição de órgão judiciário (o CNJ integra o Poder Judiciário), o Coaf prestou informes. Mas até isso incomoda os que querem a volta da caixa-preta. ●



De como Marco Aurélio Mello logrou contrariar o espírito da Constituição

